

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

Plano Plurianual 2008-2011

VOLUME II

EXERCÍCIO 2011
ANO BASE 2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Jorge Alberto Portanova Mendes Ribeiro Filho

Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

Ministra de Estado da Cultura

Ana Maria Buarque de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Roberto Lupi

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves Filho

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo Silva

Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Aloizio Mercadante Oliva

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Mônica Teixeira

Ministro de Estado do Esporte

Orlando Silva Junior

Ministro de Estado do Turismo

Pedro Novais Lima

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Afonso Bandeira Florence

Ministro de Estado das Cidades

Mário Negromonte

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira

Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República

Gilberto Carvalho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Ideli Salvatti

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Helena Chagas

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Wellington Moreira Franco

Advogado-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Luiza Helena de Bairros

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Iriny Lopes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Maria do Rosário Nunes

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos

José Leônidas Cristino

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Wagner Bittencourt de Oliveira

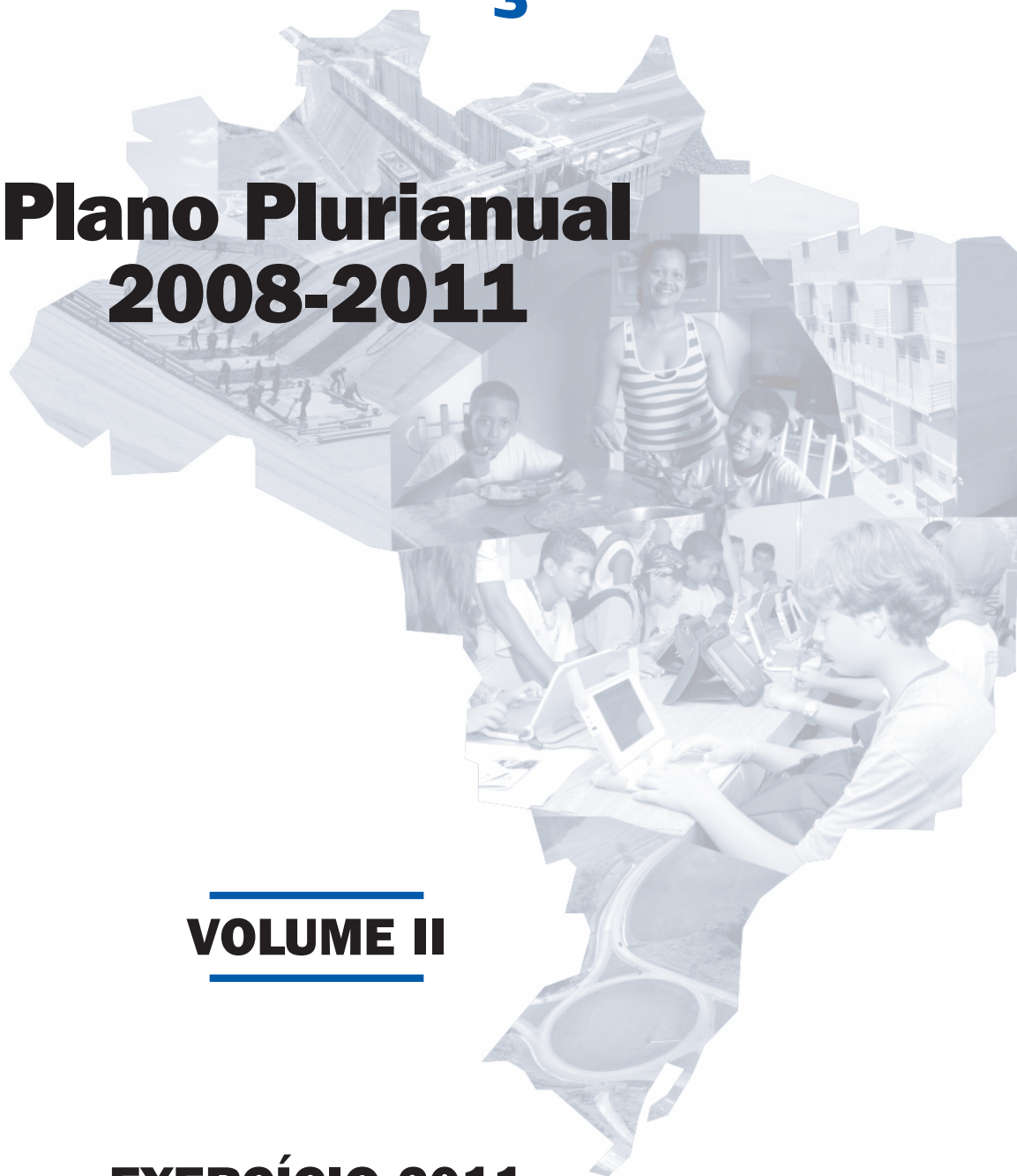
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

Relatório de Avaliação

Plano Plurianual 2008-2011

VOLUME II

EXERCÍCIO 2011
ANO BASE 2010



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K
FONE: 55 (61) 2020.4080
FAX: 55 (61) 2020.4498
Site: www.planejamento.gov.br
CEP: 70040-906 – Brasília – DF

© 2011, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Normalização Bibliográfica DIBIB/CODIN/SPOA

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Relatório de avaliação : plano plurianual 2008-2011 : exercício 2011 : ano base 2010 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. - Brasília : MP/SPI, 2011.

2 v.

Conteúdo: volume 2.

1. Planejamento governamental. 2. Programas : avaliação dos indicadores e probabilidades. I. Título

CDU 338.26"2008-2011"(047)



(Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Artigo 19º, incisos III e IV)

Volumell

Em atendimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 19 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e suas alterações, o Volume II contempla:

- a) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2010 e dos índices finais previstos; e
 - b) avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.
-

Programa 0352 Abastecimento Agroalimentar

Órgão
Responsável

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira

Público-alvo Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	15,00	12/2010	16,00	59,00	Média	O Crescimento da economia , do emprego e da massa salarial em curso no país está levando a um maior consumo da matéria-prima por parte das indústrias de fiação . A percepção dos agentes de mercado é de que a indústria têxtil possa consumir 1.065,6 mil t, o que em termos % representa um acréscimo de ordem de 5%, em relação ao consumo de 2010 (1.014,9 mil t). Diante da iminente escassez do produto no mercado interno, o governo recorreu as importações de até 250 mil t, que, adicionado ao volume produzido internamente , estimado em 1.950,2 mil toneladas, poderá ser suficiente para atender a demanda total (consumo das indústrias mais exportações). Está previsto um expressivo crescimento da área plantada de algodão na safra 2010/2011, de 1.304,7 mil há, superior em 56% à cultivada na safra 2009/1010, motivado pela alta de preços provocada pela forte redução dos estoques mundiais, o que torna promissor o atingimento em torno de 59% de margem de disponibilidade do produto no final de 2011.
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	9,00	12/2010	11,00	6,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Milho (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	31/12/2003	17,00	12/2010	24,00	18,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Trigo (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	28/2/2004	3,00	12/2010	24,00	3,00	Alta	-
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (unidade)	CONAB	30/12/2006	11.006,00	12/2010	8.104,00	17.084,00	Média	Conab contabiliza somente os adquirentes/arrematantes (produtores rurais e cooperativas) que efetivamente comprovaram a operação,no ano de 2010, tanto na Formação de Estoques (AGF e Contratos de Opção de Venda) como na garantia e Sustentação de Preços (PEP e PEPRO). No caso das cooperativas, é grande o número de produtores associados e beneficiados, o que dificulta o controle de quantitativo de atendimento. Além disso, são variados os prazos de comprovação dos diversos instrumentos de apoio à comercialização, como é o caso do PEPRO, que tem o prazo de oito a doze meses após a realização do leilão.
Produção Nacional de Grãos (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/4/2004	123,20	12/2010	149,00	150,00	Alta	-



Programa 0352 Abastecimento Agroalimentar

**Órgão
Responsável**

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira

Público-alvo Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB e Banco do Brasil	31/12/2006	3.133.029,00	12/2010	3.402.849,23	4.271.152,00	Alta	-
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB	1/8/2007	11.301.553,00	12/2010	55.839.414,24	16.639.331,00	Alta	-

Programa 1049 Acesso à Alimentação

Órgão
Responsável55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(MDS)

Objetivo Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana

Público-alvo Agricultores familiares, famílias em situação de insegurança alimentar e/ou risco nutricional, comunidades populacionais específicas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Agricultores Familiares Beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (unidade)	SESAN/MDS	31/12/2006	118.140,00	12/2010	145.026,00	167.580,00	Alta	-
Número de Bancos de Alimentos Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	SESAN/MDS	31/8/2007	34,00	12/2010	67,00	123,00	Baixa	1- Suplementação orçamentária para correção/atualização/adequação de custos de projeto, obras e equipamentos. 2- Recursos Humanos.
Número de Cisternas Construídas (-)	SESAN/MDS	2/1/2009	39.465,00	12/2010	35.775,00	45.036,00	Alta	-
Número de Cozinhas Comunitárias Instaladas com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS/SESAN	31/8/2007	283,00	12/2010	407,00	500,00	Baixa	1- Suplementação orçamentária para correção/atualização/adequação de custos de obras e equipamentos. 2- Recursos Humanos.
Número de Pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional Beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (unidade)	MDS/SESAN	31/12/2006	10.795.470,00	12/2010	18.800.000,00	13.909.150,00	Alta	-
Número de Restaurantes Populares Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)	MDS	31/8/2007	27,00	12/2010	89,00	183,00	Baixa	1- Suplementação orçamentária para correção/atualização/adequação de custos de projeto, obras e equipamentos. 2- Recursos Humanos.



Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira

**Órgão
 Responsável**

25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação

Público-alvo Governo Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil (percentagem)	MP/SPS e Copat/SRF/MF	31/12/2006	110,00	01/2011	106,02	109,00	Baixa	Esta Secretaria da Receita Federal do Brasil vem desenvolvendo iniciativas de fiscalização, de cobrança de créditos tributários e, em especial, de implantação de instrumentos de gestão, que devem resultar em valores expressivos para a arrecadação federal, o que poderá aproximar os resultados dos índices previstos para 2011.

Programa	1102 Agenda 21	Órgão Responsável	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
-----------------	----------------	--------------------------	-----------------------------------------

Objetivo *Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais para estabelecer as prioridades a serem executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva de constituição de sociedades sustentáveis*

Público-alvo *Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local*

Este programa não apresenta indicador.



Programa 0351 Agricultura Familiar - PRONAF

Órgão
Responsável

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores

Público-alvo Agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	50,55	12/2010	63,16	85,00	Muito Baixa	A aplicação deste crédito depende diretamente da implantação de consolidação de assentamentos por parte do Inera, uma vez que o crédito Pronaf para o grupo A é o crédito produtivo concedido aos assentados da Reforma Agrária, após a implantação do assentamento e concessão dos créditos iniciais de instalação. Desta forma, em função da dificuldade de avanço nestes passos iniciais, entendemos que não será possível atingir o percentual de 85% inicialmente previsto para 2011.
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	17,00	12/2010	55,61	48,00	Alta	-
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha V (percentagem)	Dados do Banco Central do Brasil □ RECOR	1/12/2007	55,80	12/2010	61,01	62,38	Alta	-

Programa 0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF)
Responsável

Objetivo Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários

Público-alvo Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais (%)	Bancos Federais	-	-	12/2010	93,18	92,43	Média	Modificar, conforme já proposto na avaliação do programa em 2009 (relativa ao exercício de 2008), o nome do indicador do programa para "Índice de Representatividade das Transações em Canais não Convencionais", com a fixação da meta de 92,43%, para 2011, sob o entendimento de que o aumento das transações em canais não convencionais evidencia a modernização na capacidade de atendimento aos clientes e ampliação de acesso aos serviços bancários. Além do mais, o indicador reflete de forma adequada o grau de automação das instituições financeiras oficiais e capta a importância da expansão da rede para o aumento da base de clientes. Assim, o índice de 92,43% representa meta desafiadora para o Banco da Amazônia, cujo indicador apresentou pequena melhora em relação a 2009, alcançando 49,41%, justificada pelo fato de que os clientes ainda utilizam o caixa para realizar operações de pagamento. Como medida corretiva, o BASA pretende realizar investimentos no montante de R\$ 2,8 milhões.

Programa 1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

**Órgão
Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo Contribuir para a formação de opinião sobre as principais questões e temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da preservação da história diplomática do Brasil

Público-alvo Sociedade e meio acadêmico e diplomático

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior (%)	Fundação Alexandre de Gusmão	1/6/2007	23,00	01/2011	104,39	5,00	Alta	Embora a expectativa de alcance dos índice previsto para 2011 seja alta, deve ser registrado que para o próximo PPA deverá ser revista a sua fórmula de cálculo, uma vez que mesmo que sejam alcançadas as metas previstas para cada ano, isso não assegura a medição do avanço na divulgação, podendo o resultado final ser 0 ou inferior. Somente se houver a superação de metas em relação ao ano anterior é que se obtém um índice % maior que 0.

Programa 1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde **Órgão** 36000 Ministério da Saúde (MS)
Responsável

Objetivo Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde, assim como promover a desprecarização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho

Público-alvo Gestores federais, estaduais, municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos, entidades representantes dos trabalhadores da saúde e estudantes da área de saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação em Saúde (%)	Pesquisa da Assistência Médico - Sanitária	31/12/2006	22,00	12/2010	60,00	45,00	Alta	-

Programa 6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Órgão
Responsável22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário

Público-alvo Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Custo Médio do Transporte de Grãos (R\$/ton)</i>	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq/Sifreca	30/4/2005	157,38	12/2010	150,00	124,00	Baixa	A articulação interinstitucional destinada a acompanhar o desenvolvimento dos empreendimentos de infraestrutura viária, que têm o condão de reduzir o custo logístico da movimentação de cargas agropecuárias. A inversão do fluxo de movimentação das cargas do agronegócio, com maior volume de produção no centro-norte, ocorrerá mediante a expansão da capacidade operacional do complexo portuário das regiões Norte e Nordeste Itacoatiara (AM), Santarém, Vila do Conde e Outeiro (PA), Itaquí (MA), Salvador e Ilhéus (BA). Adicionalmente a conclusão das obras de ampliação e adequação das Rodovias BR-080, BR-158, BR-163, BR-242 e BR-364 e a implementação da malha ferroviária em construção e, ainda, das hidrovias dos rios Tocantins e Madeira e Teles Pires 3 Tapajós, são medidas que proporcionarão a redução do custo de transporte.
<i>Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional (%)</i>	Associação Nacional do Exportadores de Cereais - ANEC	31/3/2005	7,00	06/2010	7,50	8,02	Alta	-
<i>Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros (milhão de t)</i>	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	30/4/2005	43,05	12/2010	57,25	59,12	Alta	-

Programa 0661 Aprimoramento da Execução Penal

**Órgão
 Responsável**

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes

Público-alvo Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Mulheres em Presídios Femininos (%)	DEPEN	9/7/2007	0,63	-	-	0,71	Alta	-
Percentual de Presos que Trabalham (%)	DEPEN	9/7/2007	0,24	-	-	0,35	Alta	-
Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (unidade)	Departamento Penitenciário Nacional	9/7/2007	0,69	12/2010	0,60	0,81	Muito Baixa	Necessidade de maior aporte de recursos na contratação e consequente geração de vagas, bem como ampliar as ações de fomento à aplicação de medidas alternativas à prisão.

Programa 0256 Aprimoramento dos Serviços Postais

Órgão
Responsável

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo *Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento (percentual)</i>	Pesquisa externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	95,40	12/2010	95,30	100,00	Média	Tendo em vista que a pesquisa é bianual, as medidas corretivas necessárias só poderão ser apuradas em 2012.
<i>Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição (percentual)</i>	Pesquisa Externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	97,80	12/2010	95,60	100,00	Média	Tendo em vista que a pesquisa é bianual, as medidas corretivas necessárias só poderão ser apuradas em 2012.
<i>Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal (percentual)</i>	DICOM/ECT	31/12/2006	85,40	12/2010	75,48	100,00	Baixa	O índice atingido está menor que o índice inicial em função da reavaliação periódica dos valores que compõem a meta. A meta vem sendo ajustada em função da criação de novos distritos no período que compreende o tempo entre a realização dos censos do IBGE.
<i>Taxa Populacional com Distribuição Postal (percentual)</i>	DIOPE/ECT	31/7/2002	79,09	12/2010	88,22	89,21	Alta	-

Programa	0499 Áreas Protegidas do Brasil	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
-----------------	---------------------------------	--------------------------	-------	-----------------------------------

Objetivo *Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes*

Público-alvo *População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1016 Artesanato Brasileiro

Órgão 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Responsável Exterior (MDIC)

Objetivo Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo

Público-alvo Artesãos cadastrados nos órgãos estaduais competentes

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes (número índice)	MDIC	31/8/2007	100,00	-	-	0,00	Muito Baixa	- Lançamento de nova versão do SICAB, que permitirá a integração do Sistema com bases estaduais de cadastramento do Artesanato. - Firmar Acordo de Cooperação com IPEA para a realização de estudos sobre o setor.

Programa 0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais

**Órgão
Responsável**

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Promover a democratização do acesso à terra

Público-alvo Trabalhadores rurais sem-terra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	143,00	03/2011	72,34	100,00	Média	Esse indicador deve ser revisto, pois traduz a quantidade de lotes de assentamentos por projeto criado. Determinar que o índice esteja em 100 unidades de produção familiar por imóvel incorporado no PNRA não faz sentido, visto que em um país de dimensões continentais a variação de tamanho dessas unidades e a relação desse tamanho com a área total dos imóveis e, ainda, os dois fatores apontados relacionados ao modo de produção de cada bioma, região ou estado produzem resultados muito desiguais e, portanto, é temerária a aferição considerando um indicador de âmbito nacional.

Programa 1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

**Órgão
Responsável**

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (1/100.000 habitantes)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2006	0,44	01/2011	0,68	0,70	Alta	-
Índice de Consulta por Habitante (Consulta per capita)	MS/SAS - SIA/SUS e IBGE	31/12/2005	2,50	01/2011	2,87	2,90	Alta	-
Índice de Leitos Disponibilizados (1/1.000)	MS/SAS/CNES e IBGE	30/6/2006	2,66	01/2011	2,66	3,00	Alta	-
Índice de Transplantes Realizados no SUS (1/1.000.000)	SAS/MS	31/12/2006	59,60	01/2011	82,36	74,60	Alta	-
Quociente de Internação Hospitalar no SUS (%)	SIH / SIA - MS	30/6/2007	3,43	01/2011	3,11	2,90	Alta	-
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (%)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2005	44,53	01/2011	67,71	75,00	Alta	-

Programa 1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD)
Responsável

Objetivo Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do país

Público-alvo Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação (percentagem)	Estado Maior do Exército	1/1/2006	100,00	12/2010	24,00	50,00	Muito Baixa	Exclusão do indicador, por não estar alinhado à disponibilidade orçamentária e depender de capacidade de contratação de estados e municípios e não de execução de obras por parte dos Batalhões de Engenharia do Exército.

Programa 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Órgão Responsável 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizado pelo SUS (percentagem)</i>	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)	31/12/2006	85,00	-	-	95,00	Muito Baixa	Estes indicadores foram excluídos na fase qualitativa do PPA, abril de 2010.
<i>Taxa de Esquemas Terapêuticos para Tratamento da Tuberculose Disponibilizado pelo SUS (percentagem)</i>	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF).	31/12/2006	90,00	-	-	95,00	Muito Baixa	Estes indicadores foram excluídos na fase qualitativa do PPA, abril de 2010.

Programa 0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita

**Órgão
 Responsável**

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça

Público-alvo Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita, e que não tem condições econômicas de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita (unidade)	DPU/MJ	1/1/2007	98.970,00	12/2010	378.176,00	140.000,00	Alta	-
Custo por pessoa assistida (unidade)	DPGU	-	0,00	12/2010	413,00	0,00	Alta	-
Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão (unidade)	Defensoria Pública da União/MJ	31/8/2007	227.000,00	12/2010	1.000.204,00	500.000,00	Alta	-

Programa 1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

Órgão Responsável

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo *Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais*

Público-alvo *Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Agentes de Ater Formados (%)</i>	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	20,00	12/2010	89,09	80,00	Alta	-
<i>Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%)</i>	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	37,00	12/2010	13,23	51,00	Média	Há necessidade de ampliar o orçamento no ano de 2011, por meio de suplementação.
<i>Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)</i>	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ? DATER/SAF	31/12/2006	33,33	12/2010	35,36	61,00	Média	Será necessário focar as Chamadas Públicas de Ater para contratação dos serviços de Ater voltadas para o crédito investimento. Será necessário também suplementação orçamentária na ação de Ater.

Programa 1214 Atenção Básica em Saúde

Órgão Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde Bucal (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	41,20	12/2010	0,00	66,00	Muito Baixa	Adequação das bases populacionais das duas equipes SF e SB e ao mesmo tempo sensibilizar os gestores municipais e estaduais, para a nova forma de cálculo desse índice a ser utilizado a partir de 2011.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	47,10	12/2010	52,20	70,00	Média	O Ministério da Saúde vem apontando nos últimos anos a necessidade de priorização de novos recursos para a Atenção Básica, por meio do aumento dos valores dos incentivos bem como e de novas formas de financiamento, buscando a fixação dos profissionais para as Equipes de Saúde Família, aumentando assim a possibilidade do alcance da meta.
Taxa da População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com mais de 100.000 Habitantes (percentagem)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	36,30	12/2010	35,10	52,00	Média	A segunda fase do Proef iniciada no segundo semestre de 2010, desenvolvido para contribuir para a implantação e consolidação da Estratégia da Saúde da Família nos municípios que possuem mais de 100 mil habitantes e incentivar a melhoria da qualidade dos processos de trabalho e do desempenho dos serviços de saúde no país, irá contribuir para o incremento dessa meta para o próximo ano.
Taxa de cobertura do auxílio-reabilitação psicossocial do Programa "De Volta Pra Casa" (%)	DATASUS / Coordenação de Saúde Mental	31/12/2006	21,00	12/2010	40,68	86,00	Média	São necessários mais investimentos na organização da rede de saúde mental extra-hospitalar de serviços abertos como CAPS, residências terapêuticas com interface aos dispositivos intersetoriais e com vínculos à ação social, trabalho, emprego e cultura.

Programa 0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural

Público-alvo Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Refino Instalada no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	129,00	12/2010	281,00	533,79	Alta	A capacidade de refino de 533,79 mil barris por dia, reflete a meta originalmente estabelecida no PPA 2008-2011, quando à época, fazia sentido o estabelecimento deste nível de capacidade no posicionamento estratégico do Programa 0282. No entanto, as alterações ocorridas no ambiente de negócios no qual o Programa está inserido, não permitem mais que este nível de meta seja saudável ao cumprimento dos objetivos propostos. Assim, a medida corretiva tomada foi rever o posicionamento estratégico e o plano de investimentos do Programa, em seus ciclos anuais de revisões de planejamento, de forma a rediscuti-los e estabelecer nova meta a ser atingida. Sendo assim, a meta para 2011 de capacidade de Refino atualmente aprovada pelo mais recente plano de investimentos é de 230,19 mil bpd, que leva em consideração o reposicionamento em determinados ativos atualmente existentes, de forma a otimizar a eficiência na gestão dos recursos do programa. A probabilidade de alcance da meta é alta.
Produção média de gás natural no exterior (milhões de m3/dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	14,44	12/2010	16,00	19,79	Alta	A produção média de gás de 19,79 milhões m3 por dia, reflete a meta originalmente estabelecida no PPA 2008-2011. Entretanto, as mudanças ocorridas no ambiente de negócios no qual o Programa atua, não mais permitiam que o alcance desta meta no prazo proposto pelo PPA original, fosse benéfico aos objetivos do Programa. Assim, a medida corretiva tomada foi a rediscussão dos riscos e oportunidades vinculados a esta meta e consequente revisão do plano de investimentos, garantindo uma alocação de recursos mais eficiente, sem perder de vista o objetivo do Programa. A meta para 2011 de produção de Gás Natural atualmente aprovada pelo mais recente plano de investimentos é de 16,22 milhões de m3/dia, a qual já foi alcançada ao final do ano 2010, com os resultados da Argentina e Bolívia. Em razão destes resultados, tal meta será revista na revisão do novo plano de investimentos do programa, tendo em vista os objetivos estratégicos a serem atingidos.

Programa 0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo

**Órgão
Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural

Público-alvo Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A.	31/12/2003	160,90	12/2010	151,10	179,40	Alta	A produção média de óleo e LGN de 179,40 mil barris por dia, reflete a meta original estabelecida no PPA 2008-2011. Entretanto, mudanças ocorridas no ambiente de negócios no qual o Programa atua, não mais permitiam que o alcance desta meta no prazo proposto por este PPA, fosse benéfico ou mesmo possível aos objetivos do Programa. Assim, houve uma rediscussão dos riscos e oportunidades vinculados a esta meta e conseqüente revisão do plano de investimentos, em seus ciclos anuais de planejamento, surgindo um plano orientado para a diminuição da dependência das atividades do Programa, das variáveis de mercado que poderiam prejudicar a rentabilidade dos recursos, visando maior segurança na sua alocação. A meta para 2011 deste indicador atualmente aprovada pelo mais recente plano de investimentos é de 146,62 mil bpd, a qual já foi superada ao final do ano 2010, com as produções de Nigéria e Argentina. Assim, tal meta será revista, tendo em vista os objetivos estratégicos a serem atingidos.

Programa	0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	Órgão Responsável	01000 Câmara dos Deputados (Câmara do Deputados)
-----------------	--------------------------------------------------	------------------------------	--------------------------------------------------

Objetivo *Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros*

Público-alvo *Sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0551 Atuação Legislativa do Senado Federal	Órgão Responsável	02000 Senado Federal (Senado Federal)
-----------------	--------------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------

Objetivo *Representar a federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do poder público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais*

Público-alvo *Unidades da Federação e sociedade*

Este programa não apresenta indicador.



Programa 1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Órgão Responsável

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos

Público-alvo Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	23,40	-	-	15,72	Média	Fortalecer a organização da política de Educação de Jovens e Adultos, como resposta à queda na cobertura das matrículas na modalidade em relação ao público potencial e ao atendimento em turmas de alfabetização;
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	3,70	-	-	2,09	Alta	-
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE	24/9/2005	11,05	-	-	6,19	Baixa	Ampliar a escala de atendimento de turmas de alfabetização e de continuidade de estudos, garantindo um atendimento acima dos 2 milhões de alfabetizandos no ciclo 2011; melhorar o monitoramento da execução do Programa e melhorar a qualidade da formação no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado com vista a aumentar a efetividade do programa; organizar a política de Educação de Jovens e Adultos para as matrículas nesta modalidade.
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	25,00	-	-	14,00	Baixa	Formulação de uma agenda nacional a partir de diagnóstico da situação de Alfabetização e EJA, das recomendações e dos desafios de cada território, de acordo com os Planos Estratégicos para execução da EJA; da articulação dos parceiros por meio da realização de novas oficinas de trabalho sobre as ações articuladas; e da ênfase da questão da alfabetização e escolarização no campo.
<i>Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste (%)</i>	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	21,90	-	-	12,28	Baixa	Formulação de uma agenda nacional a partir de diagnóstico da situação de Alfabetização e EJA, das recomendações e dos desafios de cada território, de acordo com os Planos Estratégicos para execução da EJA; formação de comissões estaduais para o fomento da articulação dos parceiros por meio da realização de novas oficinas de trabalho sobre as ações articuladas; dar ênfase à questão da alfabetização e escolarização nos Estados do Nordeste.

Programa 1045 Brasil com Todo Gás

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte

Público-alvo Consumidores de gás natural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade da rede de dutos para o transporte de gás natural (milhão de m ³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	7.870,00	12/2010	60,00	-	-	Sem comentários.
Extensão da malha de gasodutos da Petrobras (km)	Petrobras Transporte S.A.	31/12/2007	6.511,00	12/2010	9.719,00	9.621,00	Alta	-
Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil (milhões de m ³ /dia)	Petrobras - Unidade de Gás Natural	31/12/2002	23,80	12/2010	49,50	-	-	Sem comentários.

Programa 1061 Brasil Escolarizado

Órgão
Responsável

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência

Público-alvo Crianças, adolescentes e jovens

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	13,00	-	-	54,40	Baixa	Aguardando aferição do índice pela fonte de divulgação.
Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	80,70	-	-	91,90	Alta	-
Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	62,90	-	-	87,50	Média	Aguardando aferição do índice pela fonte de divulgação.
Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	94,40	-	-	97,50	Alta	Aguardando aferição do índice pela fonte de divulgação.
Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios ? PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	45,30	-	-	52,80	Alta	-

Programa 0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão **Órgão** 51000 Ministério do Esporte (ME)
Responsável

Objetivo Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior

Público-alvo Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento	31/1/2007	44,82	-	-	60,00	Muito Baixa	Elaboração de novos indicadores que sejam representativos quanto ao resultado do programa e que sejam mensuráveis e padronizados a situação do esporte de alto rendimento.

Programa 0167 Brasil Patrimônio Cultural

Órgão Responsável 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro

Público-alvo Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (percentagem %)	Iphan/MinC	31/12/2006	70,66	01/2011	82,10	0,00	Média	É preciso ocorrer um maior equilíbrio entre as diversas ações que compõem o IPPM. No ano de 2010 a fiscalização teve um peso muito grande no resultado do índice, enquanto as demais ações analisadas ficaram abaixo do esperado.
Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial (unidade)	IPHAN	31/12/2006	7,00	01/2011	4,00	0,00	Muito Baixa	Reavaliar o número de Registros que deverão ocorrer por ano, afinal os processos de Registro, por vezes, ultrapassam temporalmente o período de 1 ano e o início do processo de registro não garante que ao final o objeto em estudo será registrado.

Programa 1336 Brasil Quilombola

Órgão
Responsável20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da
Igualdade Racial (SEPPIR)

Objetivo *Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas*

Público-alvo *População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número índice de evolução da certificação de comunidades remanescentes de quilombos (número índice)</i>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	12/2010	228,28	130,00	Alta	-
<i>Número índice de evolução da publicação de portaria de reconhecimento de territórios quilombolas (número índice)</i>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	31/12/2008	100,00	12/2010	0,69	160,00	Muito Baixa	Ampliar e estruturar o quadro de pessoal do órgão responsável pela condução das etapas que compõem o processo de titulação, considerando que uma delas é a publicação de portarias de reconhecimento de territórios quilombolas, para a qual é necessária a elaboração e publicação dos relatórios técnicos de identificação e delimitação, para cujo trâmite não existe prazo estabelecido.
<i>Número índice de evolução da titulação de territórios quilombolas (número índice)</i>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2008	100,00	12/2010	44,40	117,00	Baixa	Ampliar e estruturar o quadro de pessoal do órgão responsável pela execução dessa ação, bem como rever a legislação pertinente a essa temática, pois o processo de titulação de terras quilombolas compõe-se de várias etapas, todas passíveis de recurso.
<i>Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável (percentual)</i>	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	15,52	12/2010	0,98	10,00	Muito Baixa	Destinar recursos para ações de investimento aos órgãos responsáveis pela execução dessa ação dentro do PBQ, pois os recursos, em sua maior parte, destinam-se a ações de custeio.

Programa 1073 Brasil Universitário

Órgão
Responsável

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento

Público-alvo Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior (unidade)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	15,22	-	-	16,34	Média	Não há informações suficientes para prestar a informação. Não foi publicado o censo da educação superior em 2010
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	44,26	12/2010	65,62	56,90	Alta	-
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	29,40	12/2010	7,17	22,74	Alta	-
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	26,32	12/2010	27,21	20,36	Alta	-
<i>Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	25,38	12/2010	33,89	40,09	Muito Baixa	-
<i>Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	60,13	-	-	64,09	Média	Não há informações suficientes para prestar a informação. Não foi publicado o censo da educação superior em 2010

Programa 0169 Brasil, Som e Imagem

**Órgão
Responsável**

42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual

Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil (percentual)	Ministério da Cultura	27/5/2006	11,00	12/2010	18,78	11,76	Alta	Não há necessidade de correção, pois o índice atingido superou o de exercícios anteriores: 10,5% em 2006; 11,11% em 2007; 10,16% em 2008; 14,28% em 2009, o que denota uma evolução no potencial comercial das produções cinematográficas brasileiras. Ainda que o indicador seja afetado positivamente por fenômenos relativamente isolados de bilheteria, a recorrência de filmes nacionais entre os maiores públicos de cada ano demonstra que a política de estímulo à indústria audiovisual tem dado frutos. Em 2010, três filmes brasileiros se destacaram, ocupando o ranking dos 20 maiores públicos do ano: "Tropa de Elite 2" (1º), "Nosso Lar" (8º) e "Chico Xavier" (9º). Vários fatores têm levado a uma reaproximação entre cinema nacional e público: melhor qualidade técnica dos filmes, maior organização dos agentes do setor e um calendário de lançamentos mais estratégico.

Programa 1163 Brasil: Destino Turístico Internacional

Órgão Responsável

54000 Ministério do Turismo (MTur)

Objetivo Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país

Público-alvo Turistas estrangeiros - atual e potencial, trade turístico e a mídia

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Divisas Geradas pelo Turismo (US\$ bilhão)	Banco Central do Brasil	31/12/2006	4,30	01/2011	5,92	8,80	Baixa	Aumentar a competitividade do produto turístico brasileiro no mercado internacional. O Documento Referencial do Conselho Nacional de Turismo 2011 - 2014 e o Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil 2020 tem um amplo diagnóstico e indica as estratégias a serem seguidas pelo País.

Programa 0643 Calha Norte

Órgão 52000 Ministério da Defesa (MD)
Responsável

Objetivo Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região

Público-alvo População dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios da calha norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Cobertura de Atendimento aos Municípios do PCN (%)	Relatório Anual de Gestão do Programa	1/12/2006	78,00	12/2010	87,11	100,00	Média	Há necessidade de um engajamento mais efetivo por parte dos Governos Estaduais e municipais, da Região do Program Calha Norte(PCN), nas tratativas com o legislativo para alocação de emendas destinadas aos municípios que ainda não foram contemplados com ações da Vertente Civil do Programa.
Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento integrado à Pequena Unidade Militar (km por núcleo)	Ministério da Defesa	31/7/2003	375,00	12/2010	350,00	280,00	Média	Criação de novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs)

Programa 0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF)
Responsável

Objetivo Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais

Público-alvo Servidores públicos e profissionais voltados ao aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Satisfação dos Alunos (percentagem)	ESAF	31/12/1999	76,00	01/2011	93,93	90,00	Alta	Análise crítica e revisão do questionário do aluno, e da forma de coleta, incluindo a utilização de parâmetros estatísticos para validação da consistência interna de itens.
Grau de Satisfação dos Contratantes (percentagem)	ESAF	31/12/1999	85,00	01/2011	97,03	95,00	Alta	Análise crítica e revisão do questionário do contratante, e da forma de coleta, incluindo a utilização de parâmetros estatísticos para validação da consistência interna de itens. Além disso, é necessário intensificar a comunicação com o contratante, no sentido de obter em tempo hábil a resposta do referido questionário. O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 95, conforme registro no item "Caracterização".

Programa 1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres **Órgão Responsável** 20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Objetivo Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo

Público-alvo Mulheres

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	51,85	01/2011	88,90	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	2,54	12/2009	18,70	4,10	Alta	-
Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	-	12/2010	427,30	400,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,89	12/2010	96,30	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	3,30	12/2010	10,70	5,20	Alta	-

Programa 1122 Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais**Órgão
Responsável**

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e à conservação dos recursos naturais**Público-alvo** Comunidade científica; indústria; comunidades locais; e poder público

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Núcleos de Biogeoinformática Institucionais Constituídos (unidade)	Ministério da Ciência e Tecnologia, Institutos do MCT, Universidades	31/12/2007	0,00	01/2011	3,00	4,00	Alta	-
Rede de pesquisa apoiada (unidade por ano)	SEPED/MCT	22/5/2009	12,00	01/2011	11,00	11,00	Alta	-

Programa 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde

**Órgão
Responsável**

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento e inovação para o complexo produtivo de bens e serviços de saúde no país, por intermédio da interação entre saúde, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no complexo de saúde, orientando, apoiando e realizando investimentos para a produção científica e de insumos estratégicos para a saúde

Público-alvo Usuários do SUS; Gestores e Instituições de Saúde do SUS; Laboratórios Públicos de Produção de Insumos da Saúde; Instituições de Ensino e Pesquisa; Instituições do complexo produtivo da saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela Fiocruz (unidade)	MS/Relatórios periódicos das unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	26,00	12/2010	28,00	40,00	Alta	-
Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela Fiocruz (unidade)	MS/FIOCRUZ	31/12/2006	25,00	12/2010	61,00	40,00	Alta	-
Número de Patentes Depositadas (unidade)	MS/Relatórios de atividades das unidades da Fiocruz	31/12/2006	4,00	12/2010	14,00	10,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	112,00	12/2010	280,00	220,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	50,00	12/2010	67,00	70,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	797,00	12/2010	1.181,00	1.145,00	Alta	-
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul (unidade)	MS/ Relatórios de atividades das Unidades da Fiocruz	31/12/2006	20,00	12/2010	14,00	50,00	Alta	-
Taxa de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica (%)	MS/Fiocruz, MEDLINE	31/12/2006	71,00	12/2010	92,00	80,00	Alta	-

Programa 1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) **Órgão** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) **Responsável**

Objetivo Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional

Público-alvo Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos (unidade)	ABNT/INMETRO	31/12/2007	9.614,00	01/2011	5.978,00	14.374,00	Baixa	A medida seria a correção da previsão(estimativa) do índice esperado pois em termos quantitativos, mesmo com os esforços realizados, a recuperação do número de certificações não vem ocorrendo na taxa esperada e o aumento, caso ocorra, não será na proporção que permita a se aproximar do índice.
Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2007	13,40	01/2011	15,10	16,80	Média	Aumentar os estímulos para atração dos profissionais com essas titulações junto as empresas. Uma maior ênfase a Ação relacionada a este estímulo.
Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (%)	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC	31/12/2007	8,10	02/2011	7,30	9,60	Baixa	O Índice não deve ser alcançado mesmo considerando o crescimento do valor absoluto da participação em termos financeiros. A correção é difícil e o índice vem crescendo de maneira geral a 0,5/ano.
Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados por Residentes no Brasil (unidade)	United States Patent and Trademark Office (USPTO)	31/12/2007	385,00	01/2011	432,00	504,00	Alta	-
Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2005	0,85	01/2011	0,99	1,06	Alta	-
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	3.742,00	02/2011	4.159,00	4.981,00	Alta	-

Programa 0471 **Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social** **Órgão** 24000 **Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)**
Responsável

Objetivo Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico visando à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social

Público-alvo População excluída rural e urbana; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres e comunidades negras; participantes do programa da juventude; pessoas com insegurança alimentar e nutricional; pequenos produtores; micro e pequenas empresas; populações de regiões deprimidas social e economicamente, especificamente, população de catadores de materiais recicláveis e suas famílias; e empreendimentos econômicos solidários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos aos Sites das Instituições de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	1/12/2006	23.816.115,00	02/2011	24.234.367,00	45.059.306,00	Alta	-
Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (unidade)	Departamento de Difusão e Popularização da Ciência - DEPD/SECIS/MCT	1/10/2007	390,00	01/2011	450,00	700,00	Alta	-
Número de Visitas às Instituições de Ensino e Pesquisa e Museus de Ciências do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	31/12/2007	430.065,00	02/2011	361.503,00	440.000,00	Média	O índice alcançado em 2010 foi de 361,503 conforme informado no Relatório de Gestão do ano de 2010.
Pessoas que Declararam muito Interesse pelo Tema Ciência e Tecnologia (%)	Pesquisa de Percepção Pública de C&T - SECIS/MCT	1/12/2006	41,00	01/2011	65,00	46,00	Alta	-

Programa 1080 Combate à Desertificação **Órgão** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Responsável

Objetivo Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação

Público-alvo População das Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação (km²)	Ministério do Meio Ambiente	1/3/2005	9.750,00	12/2010	90.360,00	190.869,00	Alta	-

Programa 0812 Competitividade das Cadeias Produtivas

Órgão 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Responsável Exterior (MDIC)

Objetivo Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações

Público-alvo Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria (percentual)	BACEN e SECEX	20/1/2007	1,88	01/2011	1,94	2,63	Alta	-

Programa	0798 Compras Governamentais	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	-----------------------------	--------------------------	-----------------------------------------------------------

Objetivo *Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normatizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais*

Público-alvo *Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e Inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar</i>		
Público-alvo	<i>Nação brasileira</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1145 Comunidades Tradicionais **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social

Público-alvo Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção (%)	Ministério do Meio Ambiente	31/7/2005	4,27	12/2010	49,31	50,33	Alta	-

Programa 1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

**Órgão
Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo *Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos (unidade)</i>	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2007	28,00	03/2011	0,33	40,00	Muito Baixa	-
<i>Taxa de Proteção Integral dos Biomas (percentagem)</i>	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-MMA	15/8/2005	3,40	03/2011	0,42	10,00	Muito Baixa	-
<i>Taxa de Uso Sustentável dos Biomas (percentagem)</i>	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	15/8/2005	4,22	03/2011	0,73	11,00	Muito Baixa	-

Programa 0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo *Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado*

Público-alvo *Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbários, a academia e a comunidade internacional*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas (percentagem)</i>	Ministério do Meio Ambiente	15/8/2003	2,00	03/2011	33,67	80,00	Baixa	Os órgãos se ressentem da falta de técnicos e recursos para a integralização de suas atividades. Os recursos previstos nos PPA para a execução das ações dos programas deveria ser disponibilizado para os órgãos, para que executem suas atividades

Programa 1426 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Órgão 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Responsável

Objetivo Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais

Público-alvo Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	-	-	0,21	Média	-

Programa 1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário **Órgão** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)
Responsável

Objetivo Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados

Público-alvo Poder Judiciário e Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça (%)	Conselho Nacional da Justiça	15/12/2006	100,00	12/2010	21,27	100,00	Média	Imprimir maior celeridade no processamento e julgamento dos feitos. Aperfeiçoamento do funcionamento do processo eletrônico e prover de melhores condições para a universalização do seu acesso. Ampliar a estrutura de assessoria dos Gabinetes dos Conselheiros, de modo a propiciar o atendimento à demanda do atual volume de processo aguardando julgamento.

Programa 0550 Controle Externo **Órgão** 03000 Tribunal de Contas da União (TCU)
Responsável

Objetivo *Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo*

Público-alvo *Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União (percentagem)</i>	Tribunal de Contas da União	31/12/2006	45,00	12/2010	56,11	42,00	Alta	-

Programa 1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção **Órgão** 20125 Controladoria Geral da União (CGU)
Responsável

Objetivo *Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública*

Público-alvo Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União - IDIC (%)	SIGPLAN	31/12/2008	100,00	12/2010	101,74	100,00	Alta	-

Programa	0237 Corredor Araguaia-Tocantins	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	----------------------------------	--------------------------	---------------------------------------

Objetivo *Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás*

Público-alvo *Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás*

Este programa não apresenta indicador.



Programa	0233 Corredor Mercosul	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	------------------------	--------------------------	---------------------------------------

Objetivo *Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul*

Público-alvo *Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País*

Este programa não apresenta indicador.



Programa	0235 Corredor Nordeste	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
Objetivo	<i>Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas</i>		
Público-alvo	<i>Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas</i>		

Este programa não apresenta indicador.



Programa	0229 Corredor São Francisco	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	-----------------------------	--------------------------	---------------------------------------

Objetivo *Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais*

Público-alvo *Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais*

Este programa não apresenta indicador.



Programa	0231 Corredor Transmetropolitano	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	----------------------------------	--------------------------	---------------------------------------

Objetivo *Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais*

Público-alvo *Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais*

Este programa não apresenta indicador.



Programa 1116 Crédito Fundiário **Órgão** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Responsável

Objetivo Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadrem nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis

Público-alvo Famílias sem-terra, arrendatários, parceiros, meeiros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2003	4,50	10/2201	11,62	13,76	Alta	-

Programa 0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda

Público-alvo Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito (unidade)	Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED	30/12/2006	1.619.007,00	02/2011	1.860.082,00	-	Baixa	A concessão de crédito com recursos do FAT implica algumas dificuldades que impossibilitam, a priori, a definição de metas e, conseqüentemente, distorções em seu cumprimento. Ademais, ao longo dos anos caíram as disponibilidades financeiras do FAT para aplicação no Proger, devido ao aumento das despesas com o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, o que também pode inviabilizar o alcance dos índices previstos no início do PPA.

Programa 0172 Cultura Afro-Brasileira **Órgão** 42000 Ministério da Cultura (MinC)
Responsável

Objetivo Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro

Público-alvo Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Comunidades Quilombolas Certificadas (unidade)	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	390,00	12/2010	225,00	0,00	-	-

Programa 1141 Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural

Público-alvo Populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura (porcentagem)	SPPC/MinC	31/12/2007	0,30	03/2011	0,67	0,00	Média	Para alcançar os resultados almejados na mensuração do Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura será necessário restabelecer o fluxo normal dos recursos destinados aos Pontos e seus participantes, seja por meio do pagamento das parcelas dos convênios em execução quanto pelo pagamento das bolsas e prêmios que foram suspensos pelo contingenciamento. O resultado apurado para o ano de 2009 foi de 0,53. Na época, foi previsto o índice de 0,73 para 2010. Como o índice apurado em março de 2011 referência 2010 foi de 0,67, verifica-se um resultado aquém do esperado e consideravelmente distante do índice de 0,92 previsto para 2011. O baixo resultado aferido em 2010 coincide com o contingenciamento que teve forte impacto sobre o programa nesse período. O cumprimento dos compromissos assumidos junto às entidades da sociedade civil e aos governos estaduais e municipais elevará o número de oficinas realizadas e seus participantes, elementos importantes na formação do índice.

Programa 0581 Defesa da Ordem Jurídica

Órgão Responsável 34000 Ministério Público da União (MPU)

Objetivo Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processo Elaborado (%)	Ministério Público da União	31/12/2003	100,00	03/2011	100,00	100,00	Alta	-

Programa 0697 Defesa do Consumidor

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Promover a proteção e defesa do consumidor

Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Processos Administrativos Concluídos (unidade)	SINDEC	31/12/2006	60,00	12/2010	88,00	100,00	Alta	Apesar da dificuldade que um ano eleitoral oferece, dado que o DPDC executa e articula muitas de suas ações com parceiros estaduais (Procons), a execução do programa ocorreu de forma satisfatória.
Número de Procons Municipais Integrados ao SINDEC (percentual)	SINDEC	31/12/2006	22,00	12/2010	39,00	100,00	Alta	A unidade de medida deste indicador não é percentual, e sim UNIDADE (valor absoluto). Na próxima revisão do Programa, esse indicador deve ter os seus parâmetros corrigidos.



Programa 0695 Defesa Econômica e da Concorrência

Órgão Responsável 30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência

Público-alvo Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Processos de Apuração de Infrações contra a Ordem Econômica Julgados pelo CADE (unidade)	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	31/12/2006	65,00	12/2010	71,00	74,00	Alta	-
Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração (dia)	CADE	31/12/2006	100,00	12/2010	96,00	94,00	Alta	-

Programa 0580 Defesa Jurídica da União

**Órgão
 Responsável**

20114 Advocacia-Geral da União (AGU)

Objetivo Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo

Público-alvo União

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Análise de Processos pela Advocacia Geral da União (AGU) (percentagem %)	AGU	31/12/2011	100,00	12/2010	100,00	100,00	Alta	-

Programa 1132 Democratização das Relações de Trabalho

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores

Público-alvo Trabalhadores, empresas e organizações sindicais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Eficácia das Mediações (porcentagem (%))	Secretaria de Relações do Trabalho SRT/MTE	-	0,00	12/2010	76,54	70,69	Alta	-
Taxa de Resolução de Conflitos (%)	Dados enviados pelas DRT e CGRT	31/12/2007	74,44	12/2010	74,67	75,00	Média	Um maior investimento na capacitação de mediadores durante o ano poderá auxiliar no alcance do índice previsto para 2011.

Programa 1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural

Público-alvo Governo e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos (porcentagem %)		31/12/2007	100,00	12/2010	41,61	-	Alta	...

Programa 1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural

Órgão Responsável 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Total de Matérias Jornalísticas (unidade)	Radiobrás	31/5/2005	181.585,00	12/2010	547.163,00	0,00	Alta	-
Transmissão de Eventos da Presidência da República (%)	Radiobrás	31/12/2004	100,00	12/2010	100,00	0,00	Alta	-

Programa 1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Órgão Responsável

56000 Ministério das Cidades (MCidades)

Objetivo Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais

Público-alvo População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Maceió, João Pessoa e Natal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	39.490,00	12/2010	50.555,70	70.500,00	Baixa	Deve ser equacionada a aquisição da nova frota de TUE, possibilitando o aumento da demanda transportada.
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	6.271,00	12/2010	2.923,25	8.200,00	Baixa	Face ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, as obras na Linha Sul ainda não foram concluídas. O início da operação parcial é previsto ainda em 2011.
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.874,00	12/2010	2.809,23	3.632,00	Alta	-
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Maceió - AL (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	1.564,00	12/2010	1.265,58	3.080,00	Baixa	A revisão no indicador foi ineficaz diante da tragédia que se abateu no sistema, decorrente das fortes chuvas ocorridas em junho de 2010. Estão sendo realizadas obras emergenciais, visando a recomposição da via permanente. O sistema ainda está em operação parcial.
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	2.794,00	12/2010	2.250,10	2.683,00	Alta	-
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (milhar)	Trensurb/Ministério das Cidades	31/12/2003	44.683,00	12/2010	48.685,32	45.621,94	Alta	-
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Recife - PE (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	56.615,00	12/2010	68.122,37	80.080,00	Alta	O incremento esperado na demanda dos novos trechos e a entrada em operação do VLT entre Cabo e Cajueiro Seco permitirão o alcance do índice
Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (milhar)	CBTU/Ministério das Cidades	31/12/2007	3.606,00	12/2010	2.444,10	60.060,00	Baixa	Para atendimento a demanda esperada, é necessária a conclusão da revisão dos trens e da definição da operação do sistema, pela CTS. A conclusão das obras civis deve ocorrer até o mês de junho/2011.
Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos (porcentagem)	CBTU/Mcidades	31/12/2007	75,40	12/2009	75,40	75,40	Alta	-

Programa 0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

**Órgão
Responsável**

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional

Público-alvo Irrigantes de perímetros públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública (ha)	DDH/SIH/Ministério da Integração	12/1/2002	120.000,00	12/2010	11.943,00	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência para o final do PPA (2011).
Consumo Anual de Água em Perímetros Públicos de Irrigação (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência.
Consumo Anual de Água na Agricultura Irrigada Privada (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência.
Taxa de Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores (%)	DDH/SIH/Ministério da Integração Nacional	1/5/2003	-	-	-	-	-	Não foi previsto meta para o índice referência.

Programa 1409 Desenvolvimento da Agroenergia **Órgão** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Responsável (MAPA)

Objetivo Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva

Público-alvo Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional (%)	Balanço Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética - MME	31/5/2006	27,40	12/2010	32,00	29,50	Média	Oferta de linhas específica de financiamento para a renovação dos canaviais e para a modernização de usinas.

Programa 0630 Desenvolvimento da Aviação Civil

Órgão
Responsável

52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo *Promover o desenvolvimento da Aviação Civil Brasileira a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos à Sociedade*

Público-alvo *Usuários e pessoal especializado da aviação civil*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira

**Órgão
Responsável**

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos

Público-alvo Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo Interno de Café (milhão de sacas)	Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC	5/1/2003	13,60	12/2010	19,30	20,10	Alta	-
Volume de Exportação de Café (milhão de sacas)	MDIC - Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	5/1/2003	17,30	01/2011	33,50	26,60	Alta	-
Volume de Produção de Café (milhão de sacas)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	5/1/2003	29,00	12/2010	48,09	38,80	Alta	-

Programa 1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC

Órgão 42000 Ministério da Cultura (MinC)
Responsável

Objetivo Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico

Público-alvo Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (reais)	Minc/SEBRAE	12/11/2006	8.000.000,00	-	-	25.000.000,00	Muito Baixa	Desenvolvimento de metodologia eficaz para avaliar o volume de negócios gerados pelos setores da economia da cultura.

Programa 1374 Desenvolvimento da Educação Especial

**Órgão
Responsável**

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade

Público-alvo Alunos com necessidades educacionais especiais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Acesso à Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	39,00	01/2011	39,40	97,00	Baixa	-
Índice de Atendimento Educacional Especializado (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	20/3/2006	100,00	01/2011	132,50	160,00	Média	-
Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	59,70	01/2011	92,80	100,00	Alta	-
Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	12,80	01/2011	18,00	25,00	Alta	-
Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	46,40	01/2011	69,00	68,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	89,00	01/2011	98,70	97,00	Alta	-
Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	57,00	01/2011	80,30	72,00	Alta	-
Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	2,10	01/2011	3,40	5,50	Alta	-

Programa 1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

**Órgão
Responsável**

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade

Público-alvo Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	100,00	12/2010	172,80	224,64	Média	Tendo em vista que as novas unidades vinculadas a rede federal de educação profissional e tecnológica foram ou estão sendo inauguradas, e em virtude dos respectivos ciclos escolares, de denota que a meta estabelecida será atingida, uma vez que cada campus dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia ofertará 1.200 nova vagas.
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico (índice numérico)	INEP - Censo da Educação Superior	26/3/2006	100,00	12/2010	227,15	224,64	Alta	-

Programa 0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira

Público-alvo Usuários do sistema aeroportuário brasileiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária (percentagem)	Estado-Maior da Aeronáutica	31/12/2004	68,25	12/2010	46,00	80,00	Alta	-

Programa 0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública

**Órgão
Responsável**

47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Objetivo *Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais*

Público-alvo *Servidores da Administração Pública*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Capacitações Realizadas (unidade)</i>	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	20.379,00	01/2011	36.755,00	21.500,00	Alta	-
<i>Número de Capacitações Realizadas por meio de Destaques Orçamentários (unidade)</i>	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	2.230,00	01/2011	2.342,00	2.300,00	Alta	-
<i>Número de Downloads Realizados no Sítio da ENAP (unidade)</i>	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	101.896,00	01/2011	226.000,00	115.000,00	Alta	-
<i>Número de Horas de Capacitação Realizadas (hora)</i>	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	576.047,00	01/2011	1.039.036,00	570.000,00	Alta	-

Programa 0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
Órgão Responsável 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Objetivo Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações

Público-alvo Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com base na Lei Complementar nº123/06, de 14 de dezembro de 2006

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Exportações Brasileiras (percentagem)	Sistema ALICE	31/12/2007	7,91	02/2011	6,70	7,91	Média	Fortalecer os mecanismos de incentivo à cultura exportadora e à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas, especialmente mediante expansão da dotação orçamentária da Ação 1C14.
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Número de Empregos Formais no País (percentagem)	RAIS / CAGED	31/12/2007	64,23	02/2010	63,31	64,23	Alta	-

Programa 1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional

**Órgão
 Responsável**

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 (MAPA)

Objetivo *Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País*

Público-alvo *Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários (%)</i>	Organização Mundial do Comércio - OMC	31/12/2005	4,10	12/2010	4,70	5,40	Alta	-
<i>Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio (%)</i>	MAPA	31/12/2006	13,40	12/2010	18,00	8,00	Alta	-

Programa 0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora

**Órgão
Responsável**

28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior (MDIC)

Objetivo Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional

Público-alvo Segmentos econômicos importadores e exportadores; potenciais e efetivos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação em Mercados de Destino Relevantes (índice de concentração) (número índice)	SISCOMEX	31/12/2006	18,10	01/2011	18,38	21,00	Alta	-
Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações (percentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	54,30	01/2011	39,40	55,20	Baixa	A taxa de participação de produtos de maior valor agregado no valor total das exportações brasileiras também constitui um dos indicadores básicos utilizados na gestão do Programa. De 2006 a 2010, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de aproximadamente 54% para 39%, em grande parte motivada pelo aumento das cotações internacionais de commodities, que ampliou significativamente a receita de exportação desses produtos, e, por outro lado, pela maior concorrência externa de países produtores de bens manufaturados.
Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (percentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	16,20	01/2011	31,98	10,00	Alta	-

Programa 1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

**Órgão
Responsável**

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil

Público-alvo Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Doutores Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	4,81	01/2011	6,48	6,28	Alta	-
Índice de Mestres Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	16,46	01/2011	22,17	20,44	Alta	-

Programa 0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

**Órgão
 Responsável**

25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários

Público-alvo Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (unidade)	CVM	31/12/2002	2.604.935,00	12/2010	3.601.169,00	3.172.350,00	Alta	-
Taxa de Emissões Primárias da Economia (percentagem)	CVM e IBGE	31/12/2002	9,70	12/2010	30,80	14,31	Alta	-
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)	Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE	31/12/2002	34,00	12/2010	69,92	75,23	Alta	-

Programa 0393 Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

**Órgão
Responsável**

28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior (MDIC)

Objetivo Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social

Público-alvo Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia (mês)</i>	INPI	31/12/2006	1,00	01/2011	0,99	1,00	Alta	-
<i>Prazo de Concessão de Patentes (ano)</i>	INPI	31/12/2006	10,00	01/2011	8,30	3,50	Muito Baixa	Uma das medidas a ser adotada é propor a alteração deste índice para o próximo PPA 2012-2015. Tendo em vista que a meta estabelecida neste PPA foi definida sem considerar os prazos estabelecidos em Lei que transcorrem a partir do depósito do pedido de patente até a realização do exame técnico. O novo índice será estabelecido considerando-se um prazo médio de 4 anos contados a partir da data de depósito do pedido ou de 18 meses a partir do pedido de exame.
<i>Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial (mês)</i>	INPI	31/12/2006	1,00	01/2011	1,06	1,00	Alta	-
<i>Prazo de Concessão de Registro de Marcas (ano)</i>	INPI	31/12/2006	2,40	01/2011	2,53	0,80	Muito Baixa	Entre as medidas corretivas necessárias para o alcance da meta esta a implementação do Sistema IPAS 3 "Industrial Property Automation System" e a contratação de novos examinadores, que proporcionarão o aumento na produtividade de exame para concessão dos registros de marcas.
<i>Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) (unidade)</i>	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	2.860,00	01/2011	2.902,00	3.807,00	Baixa	Uma das medidas a ser adotada é propor a alteração deste índice para o próximo PPA 2012-2015. Tendo em vista que é muito difícil verificar a interferência direta do INPI na quantificação de depósitos de pedidos de modelo de utilidade por brasileiros devido a um conjunto de fatores exógenos ao Instituto ligados à ciência e tecnologia, crescimento econômico e pesquisa e desenvolvimento, mesmo com a participação do INPI na disseminação da propriedade intelectual.
<i>Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (unidade)</i>	Banco de Dados do INPI	31/12/2008	3.742,00	01/2011	4.159,00	4.981,00	Baixa	Uma das medidas a ser adotada é propor a alteração deste índice para o próximo PPA 2012-2015. Tendo em vista que é muito difícil verificar a interferência direta do INPI na quantificação de depósitos de pedidos de patentes de invenção por brasileiros devido a um conjunto de fatores exógenos ao Instituto ligados à ciência e tecnologia, crescimento econômico e pesquisa e desenvolvimento, mesmo com a participação do INPI na disseminação da propriedade intelectual.

Programa 0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Órgão 25000 Ministério da Fazenda (MF)
Responsável

Objetivo Assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional

Público-alvo Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (%)	Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.	31/12/2006	99,96	12/2010	99,96	100,00	Alta	Não são necessárias medidas corretivas. O resultado obtido para o indicador deve-se ao desenquadramento de algumas instituições financeiras de pequeno porte às exigências de capitalização. Não obstante, pode-se afirmar que o Programa cumpriu com sua finalidade, pois a diferença percentual apurada correspondente a R\$ 143,2 milhões, de um total de R\$ 324,3 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível do SFN, não representa risco significativo para a solidez e a eficiência do SFN. O Índice de Basileia, utilizado como referência para medir o nível de capitalização, era de 16,83% em outubro de 2010, ou seja, acima do limite regulamentar de 11%. Conclui-se, assim, ser confortável o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro. Para o exercício de 2011, o índice previsto foi alterado para 99,7.

Programa 0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência
Complementar Aberta e Capitalização

Órgão 25000 Ministério da Fazenda (MF)
Responsável

Objetivo Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral

Público-alvo Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição (percentagem)</i>	SUSEP	31/3/2003	1,85	03/2011	91,96	89,40	Alta	-
<i>Taxa de Participação da População Nacional nas Receitas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (R\$ per capita)</i>	SUSEP	31/3/2003	0,55	03/2011	593,80	522,77	Alta	-
<i>Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto(PIB) (percentagem)</i>	SUSEP	31/3/2003	0,42	03/2011	7,77	3,20	Alta	-

Programa 1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

Órgão
Responsável

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública

Público-alvo Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais (%)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	56,12	10/2010	63,50	80,00	Muito Baixa	O atingimento da meta de 80 % está intimamente atrelado à execução de obras de ampliação, reforma e manutenção nos postos da PRF, melhoria de velocidade na rede de dados dos postos, ampliação da cobertura de radio comunicação do posto com a viatura nos trechos fiscalizados e renovação da frota de viaturas. Para se atingir a meta proposta seriam necessários maciços investimentos em obras, TI e viaturas. É necessário aporte de recursos na ordem de R\$ 40.000.000,00 para reforma de pelo menos 200 postos. Na área de TI, são necessários investimentos extras de R\$ 10.000.000,00 para melhorar a velocidade da rede de dados e de R\$ 10.000.000,00 para melhorar a cobertura de radio. É necessário a criação de cargos de engenheiro/arquiteto e analista de TI para a área administrativa do DPRF e a execução de concurso para contratação de pelo menos 52 engenheiros/arquitetos e 52 analistas de TI

Programa 1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Aumentar a sustentabilidade das atividades econômicas do Semi-Árido brasileiro, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais

Público-alvo Municípios do semi-árido

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido (%)	Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS	31/12/2001	14,50	-	-	-	-	Faz-se necessário a construção de indicadores específicos para o Programa.
Taxa de População no Semi-Árido Atendida com Rede Geral de Abastecimento de Água (%)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001-2002) e IBGE/Censos Demográficos (1991 e 2000).	31/12/2002	62,00	-	-	-	-	Faz-se necessário a construção de indicadores específicos para o Programa.

Programa 1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável

Órgão Responsável

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional

Público-alvo População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Crescimento do emprego (RAIS) (percentual)</i>	Relação Anual de Informações Sociais-RAIS - Ministério do Trabalho	-	-	-	-	2,50	Alta	Não se aplica à SCO.
<i>Crescimento do número de técnicos (nível médio e superior) com qualificação profissional segundo demandas especializadas regionais (%)</i>	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e IBGE.	-	-	-	-	-	-	Não se aplica à SCO.
<i>Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo (unidade)</i>	Unidades de Incentivos Fiscais das Superintendências	-	-	-	-	650,00	Alta	Não se aplica à SCO.
<i>Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento (unidade)</i>	FDNE, FDA, Bancos do Nordeste e da Amazônia	-	-	-	-	35,00	Alta	Não se aplica à SCO.
<i>Investimentos em Inovação tecnológica (%)</i>	IBGE, Ministério da Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	Alta	Não se aplica à SCO.
<i>Quantidade de novos segmentos, ramos ou setores anualmente criados pelos projetos estruturantes localizados na Região (%)</i>	Entidades de planejamento dos Estados	-	-	-	-	-	-	Não se aplica à SCO.
<i>Variação anual da renda per capita sub-regional e regional (%)</i>	IBGE	-	-	-	-	-	-	Não se aplica à SCO.

Programa 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura

**Órgão
 Responsável**

58000 Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA)

Objetivo *Desenvolver a aqüicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego*

Público-alvo *Aqüicultores, comunidades e populações tradicionais, pescadores e agricultores familiares*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Produção Oriunda da Aqüicultura (tonelada/ano)</i>	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	157.780,00	05/2010	457.850,00	570.000,00	Alta	-

Programa 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca

**Órgão
 Responsável**

58000 Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Objetivo *Promover o fortalecimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, considerando sua diversidade, de forma a contribuir para a inclusão social, garantir a ocupação das águas jurisdicionais brasileiras e ampliar a pesca nas águas internacionais*

Público-alvo *Associações e cooperativas de pesca, pescadores industriais, artesanais e armadores*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Consumo Per Capta de Produtos Pesqueiros (Kg/hab/ano)</i>	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1/1/2007	7,00	-	-	9,00	Alta	-
<i>Produção Oriunda da Pesca (tonelada/ano)</i>	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	751.293,00	-	-	870.000,00	Alta	-

Programa 0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

**Órgão
Responsável**

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental

Público-alvo Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil (R\$/ha)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e IBGE	31/12/2002	650,00	12/2010	1.542,64	1.300,00	Alta	-
Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil (porcentagem)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, IBGE e IBAMA	31/12/2002	40,00	12/2010	32,96	25,00	Média	O alcance da meta de redução das áreas degradadas para índices de 25% em 2011 apresenta sinais de dificuldades diante do limite já alcançado bem como das pressões sobre flexibilização da legislação com o novo Código Florestal, não obstante a adoção de sistemas agrícolas sustentáveis - eixo da nossa atuação nos biomas de Mata atlântica e Floresta amazônica. Realça-se ainda, o condicionamento ao fortalecimento das ações de Educação ambiental, Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como maior rigidez na aplicação da legislação. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização.
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil (porcentagem)	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE	31/12/2002	30,00	12/2010	38,60	40,00	Alta	Propõe-se para o próximo ciclo do PPA 2012-2015, substituir o indicador social Taxa de Ocupação na Agropecuária pelo indicador social Unidade Média de Trabalho por Hectare de Exploração.

Programa 0137 Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

Órgão
Responsável

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária

Público-alvo Famílias assentadas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)	Sistema de Informação do INCRA	31/12/2006	8,25	12/2010	8,26	8,64	Média	Para que um projeto de assentamento possa ser oficialmente consolidado pelo Incra faz-se necessário o cumprimento de alguns pré-requisitos: a demarcação do perímetro (obrigatório) e das parcelas, quando existentes; a concessão do Crédito Apoio a Instalação; a existência de habitação para as famílias assentadas (oriundas do crédito habitação ou não); a infraestrutura básica concluída, qual seja: estradas de acesso, sistema de abastecimento de água para consumo humano e eletrificação rural; e a titulação definitiva em pelo menos 50% das famílias assentadas. Além desses requisitos, é imperioso verificar as condições de sustentabilidade econômico-social e ambiental das famílias assentadas nos projetos consolidados, de maneira que se assegure a sua inserção no contexto do desenvolvimento local/regional. Essas condições são de grande complexidade e a avaliação e atesto exige a atuação concomitante de diversos setores institucionais dificultando e tornando moroso todo o process

Programa 1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Órgão
Responsável

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia

Público-alvo Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (%)	SDT-MDA	31/12/2006	9,11	12/2010	29,78	60,00	Muito Baixa	Para que este índice seja alcançado seria necessária a incorporação, ao Programa 1334, de um número bem maior de territórios rurais o longo de 2008 a 2011 (a previsão do Programa para 2011 é a manutenção dos atuais 164 territórios apoiados), o que se torna impossível com os recursos, principalmente financeiros, humanos e materiais (espaço físico) realmente disponibilizados a cada ano para sua operacionalização. Como medida corretiva seria necessário um aumento significativo nos recursos citados anteriormente, já a partir de 2009, o que não ocorreu, uma vez que o processo de elaboração dos planos territoriais demanda tempo e varia muito de acordo com a realidade vivenciada em cada espaço apoiado.
Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais (%)	SDT-MDA/CEF	31/12/2006	25,77	12/2010	36,22	62,22	Muito Baixa	Conforme explicitado para o índice anterior, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (62,22%, representando um total de 280 territórios apoiados com projetos de infraestrutura e serviços) seria necessário um aumento significativo dos recursos citados anteriormente.
Taxa de Consolidação de Colegiados Rurais (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2006	21,33	12/2010	33,11	53,00	Muito Baixa	Conforme explicitado para os índices anteriores, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (53%, representando um total de 238 colegiados consolidados) seria necessário um aumento significativo dos recursos citados anteriormente. considerando que o processo de consolidação dos colegiados demanda tempo e varia de acordo com a realidade vivenciada em cada território apoiado.

Programa 1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

**Órgão
Responsável**

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias

Público-alvo Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional (unidade por ano)	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI / Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - Embrapa / Sistema Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC - MAPA	30/7/2007	1.000,00	12/2010	1.658,00	1.750,00	Alta	-
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas (%)	SISCOMEX e FAO	31/12/2002	0,60	06/2010	2,50	2,60	Alta	-
Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira (%)	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	31/12/2006	0,51	12/2010	0,63	0,60	Alta	-
Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	06/2010	0,20	0,21	Alta	-
Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo (%)	Órgãos de Pesquisa e Assistência Técnica Estaduais.	30/6/2003	21,10	06/2010	32,50	32,50	Alta	-

Programa 0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Órgão 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)
Responsável

Objetivo Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético

Público-alvo Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (percentagem)	MME	31/12/2003	10,00	-	-	-	-	-

Programa 0682 Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

**Órgão
Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país

Público-alvo Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (pessoa)	Departamento Cultural/MRE	21/8/2003	20.000,00	01/2011	28.365,00	30.000,00	Alta	-
Número de Bolsas Concedidas a Alunos Estrangeiros (unidade)	Departamento cultural/ MRE	31/12/2006	1.169,00	01/2011	2.634,00	2.500,00	Alta	-
Número de Eventos Apoiados (unidade)	Departamento Cultural/ MRE	31/12/2006	618,00	01/2011	1.131,00	880,00	Alta	-

Programa 0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis

Público-alvo Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Qualidade dos produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível (%)	Petrobras Distribuidora	31/12/2003	86,00	12/2010	94,70	96,10	Média	Reforçar ação da área comercial na solução de pendências dos postos, buscando aquisição com exclusividade, além da revisão criteriosa dos postos considerados como ativos. Ação mais contundente, por parte da fiscalização, na tentativa de coibir mercado ilícito, em função do crescimento de postos do tipo "bandeira branca" em alguns Estados.
Taxa de frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA (taxa)	Petrobras Distribuidora S.A.	31/12/2003	1,12	12/2010	0,38	0,48	Alta	-
Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível (percentagem)	Agência Nacional de Petróleo	31/12/2003	31,50	12/2010	38,80	38,80	Média	Não identificamos medidas corretivas, visto que a alteração da meta de 2011 é resultante das mudanças nas perspectivas do cenário externo.
Taxa de participação da Liqueficação Distribuidora no mercado de GLP (%)	Liquigás Distribuidora.	31/12/2004	21,60	12/2010	22,30	23,20	Baixa	Não identificamos medidas corretivas, visto que a alteração da meta de 2011 é resultante das mudanças nas perspectivas do cenário externo.

Programa 0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica

**Órgão
Responsável**

20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Divulgar os atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno e da Casa Civil da Presidência da República

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcança do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça (unidade)</i>	Imprensa Nacional Coordenação-Geral de Editoração e Publicação	-	-	01/2011	332,00	-	Média	Alterar o indicador para índice de assinatura dos Jornais Oficiais; Unidade de Medida em Percentual e sua Periodicidade mensal. A fonte passa a ser da Coordenação de Relacionamentos Externo.
<i>Quantidade de Acessos ao Sítio da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça (unidade)</i>	Imprensa Nacional	-	-	01/2011	191.433.066,00	-	Média	Alterar o indicador para índice de consulta dos Jornais Oficiais no Portal da Imprensa Nacional; Unidade de Medida em Percentual e sua Periodicidade mensal. A fonte passa a ser da Coordenação de Tecnologia da Informação.
<i>Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça (percentual)</i>	Imprensa Nacional	31/12/2005	14,40	01/2011	34.475,00	-	Média	A fonte passa a ser da Coordenação de Relacionamentos Externo.
<i>Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial (percentagem)</i>	Imprensa Nacional	-	-	02/2010	101,00	-	Média	Alterar o indicador para Taxa de Satisfação dos Assinantes dos Jornais Oficiais; Unidade de Medida em Percentual e sua Periodicidade mensal. A fonte passa a ser da Coordenação de Relacionamentos Externo..

Programa 1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial

**Órgão
 Responsável**

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo

Público-alvo Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas a inundação periódica ou erosão marinha

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com serviço de drenagem urbana superficial no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	78,50	-	-	-	-	-
Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	67,00	-	-	-	-	-
Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil (percentagem)	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB	7/1/2000	20,70	-	-	-	-	-

Programa 1133 Economia Solidária em Desenvolvimento **Órgão** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Responsável

Objetivo Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário

Público-alvo Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Trabalhadores Inseridos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (unidade)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	1.250.000,00	12/2007	1.687.496,00	2.100.000,00	Média	Em 2011 estará sendo finalizado o novo levantamento dos Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária. Contudo, os dados preliminares indicam que o numero de trabalhadores e trabalhadoras envolvidos em empreendimentos economicos solidários tem aumentado desde 2007, ano no qual foi realizado o ultimo levantamento. Isso nos leva a crer que o indice previsto para 2011 sera alcançado. Contudo, esta afirmação só poderá ser verificada com a concretização do levantamento.
Percentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo (percentual)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	76,00	12/2007	41,00	50,00	Média	Em 2011 estará sendo finalizado o novo levantamento dos Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária. Contudo, os dados preliminares indicam desde 2007 que houve redução do percentual de trabalhadores da economia solidária que recebem menos de um salário mínimo. Isso nos leva a crer que o indice previsto para 2011 sera alcançado. Contudo, esta afirmação só poderá ser verificada com a concretização do levantamento. Além disso, houve mudanças na metodologia do SIES que permitem alcançar com maior exatidão este indicador considerando as diferentes tipologias de empreendimentos economicos solidários.
Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB (percentagem)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE	31/12/2005	0,59	12/2007	0,30	1,00	Baixa	O faturamento médio mensal dos EES, segundo os dados de 2007 do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foi de R\$ 653 milhões, o que corresponde a R\$ 7,8 bilhões por ano. Se utilizarmos o valor do PIB 2007 (= R\$ 2,558 trilhões), o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,3%. Vale ressaltar que 6.754 dos EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o indicador em relação ao previsto. Houve também uma alteração na metodologia do IBGE para o cálculo do PIB, que elevou o valor do PIB Nacional.

Programa 0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

**Órgão
Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis

Público-alvo Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Instituições Trabalhando em Parceria com as Ações do Programa (unidade)	Relatório de Gestão do quadriênio 2003-2006 do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	31/12/2007	100,00	12/2010	320,00	400,00	Alta	Sugere-se que seja definido um novo parâmetro de referência e um novo indicador que contribua com a mensuração do efetivo impacto do programa e que represente a qualidade dos valores mensurados. Recomenda-se que seja alterada a fonte, uma vez que o Relatório mencionado é restrito aos anos de 2003 - 2006.

Programa 1350 Educação do Campo (PRONERA)

**Órgão
Responsável**

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária

Público-alvo Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados no Ensino Fundamental (%)	PNERA/INEP/MEC	31/12/2004	49,00	-	-	56,48	Baixa	A Coordenação está adotando as providências para a realização de nova pesquisa, ainda em 2011, para que possamos apresentar dados concretos sobre a execução do Programa e a taxa de Jovens e adultos que estejam matriculados não só na ação de EJA, mas também demonstrar a ampliação na qualificação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por meio dos cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e superior. A realização da nova pesquisa poderá encontrar obstáculos, tendo em vista a limitação orçamentária, pois os custos para realização de tal atividade requer gastos em torno de 50 % do orçamento da gestão do programa.
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados (%)	PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária /INEP/MEC	31/12/2004	11,00	-	-	10,40	Baixa	A realização da nova pesquisa entretanto esta poderá encontrar obstáculos, tendo em vista a limitação orçamentária, pois os custos para realização de tal atividade requer gastos em torno de 50 % do orçamento da gestão do programa



Programa 1402 Educação em Direitos Humanos

**Órgão
Responsável**

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos

Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Núcleos de Pesquisas em Direitos Humanos em Universidades (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	31/12/2006	5,00	12/2010	5,00	5,00	Alta	-
Número de Pessoas Capacitadas em Temas de Direitos Humanos (unidade)	SEDH/PR	31/12/2006	18.000,00	12/2010	69.923,00	69.000,00	Alta	-
Taxa de Estados com Comitês de Educação em Direitos Humanos (%)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2007	51,85	12/2010	18,52	100,00	Média	-

Programa 8010 Educação Fiscal **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF)
Responsável

Objetivo Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos

Público-alvo Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Abrangência Municipal (porcentagem)	ESAF	30/4/2003	30,00	01/2011	43,60	80,00	Baixa	É importante rever o índice da meta, pois tem como referencial todos os Municípios brasileiros. Torna-se necessário a sua adequação no sentido de reorientar a condução do programa com maior eficácia.
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública (porcentagem)	ESAF	30/4/2003	7,00	01/2011	14,30	25,00	Muito Baixa	Necessidade de escolher outro indicador, por não haver condições de o atual ser aferido.
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública (porcentagem)	ESAF	30/4/2003	6,53	01/2011	15,00	30,00	Muito Baixa	Necessidade de escolher outro indicador, por não haver condições de o atual ser aferido.
Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal (porcentagem)	Esaf	12/12/2004	5,57	01/2011	14,50	25,00	Baixa	Aplicação de questionários aos alunos que concluírem o curso de Disseminadores de Educação Fiscal. Capacitação de representantes Estaduais e Municipais na plataforma de navegação de cursos a distância.

Programa 1377 Educação para a Diversidade e Cidadania

**Órgão
Responsável**

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar

Público-alvo Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Igualdade da Educação do Campo (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,65	-	-	0,77	Muito Baixa	Houve mudanças nas bases de dados, não sendo possível alcançar o índice previsto, haja vista que o índice de referência e as projeções não consideraram a reponderação feita pelo IBGE na PNAD.
Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice numérico)	Censo Escolar - INEP/MEC	1/12/2006	0,53	-	-	0,51	Alta	Já se atingiu a meta de igualdade prevista e a tendência do índice é crescente.
Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,78	-	-	0,90	Muito Baixa	As projeções e o valor inicial não refletem a reponderação da PNAD de 2001 a 2007 em função da contagem da população referente a esse último ano publicada em 2009.
Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,84	-	-	0,93	Média	Os avanços, caso se considerassem os números CORRIGIDOS com a recontagem da população SUPERARAM as expectativas de promoção da igualdade entre negros e a população em geral.
Índice de Igualdade de Gênero (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,97	-	-	1,00	Alta	-

Programa 1079 Educação Previdenciária **Órgão** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)
Responsável

Objetivo *Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país*

Público-alvo *População brasileira*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Indicador de Cobertura Social (percentagem)	PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2005	63,40	12/2010	67,00	65,33	Alta	-

Programa 1046 Eficiência Energética

**Órgão
 Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Reduzir o desperdício e o uso ineficiente de energia

Público-alvo Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Energia Elétrica Economizada (gwh)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do PROCEL	31/12/2003	1.270,00	-	-	3.550,00	Alta	-
Quantidade de Petróleo Conservada (m³)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do CONPET	30/11/2006	280.000,00	-	-	550.000,00	Alta	-

Programa 1044 Energia Alternativa Renovável

**Órgão
Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais

Público-alvo Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	Ministério de Minas e Energia - MME	1/1/2004	3,00	-	-	-	-	-
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (percentagem)	MME	31/12/2007	0,91	-	-	1,10	Muito Baixa	-

Programa 0294 Energia na Região Nordeste

**Órgão
 Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Nordeste

Público-alvo Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	89,00	12/2010	433,80	350,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	220,00	12/2010	1.262,00	775,00	Alta	-

Programa 0297 Energia na Região Norte

**Órgão
Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional

Público-alvo Consumidores de energia elétrica da Região Norte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2010	343,20	1.204,00	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	278,00	12/2010	1.091,00	-	Média	Sem necessidade de medidas corretivas

Programa 0295 Energia na Região Sul

**Órgão
Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul

Público-alvo Consumidores de energia elétrica da Região Sul

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.855,00	12/2010	917,00	409,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2010	397,00	151,00	Alta	-

Programa 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

**Órgão
 Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Público-alvo Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	470,00	12/2010	2.158,00	280,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	200,00	12/2010	831,00	606,00	Alta	-

Programa 1042 Energia nos Sistemas Isolados

**Órgão
Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados

Público-alvo Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	-	12/2010	90,00	240,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	-	12/2010	0,00	-	Alta	-
Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados (%)	ELETROBRÁS	28/5/2007	29,89	12/2010	0,00	21,46	Média	Continuidade das ações em curso pela Eletrobras.

Programa 0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes **Órgão** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Responsável

Objetivo Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos

Público-alvo Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados (%)	Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	31/12/2006	-	01/2011	79,53	35,00	Alta	-

Programa 1142 Engenho das Artes

Órgão
Responsável

42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo *Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Espetáculos Apoiados por Região (unidade)</i>	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	185,00	01/2011	144,00	0,00	Média	-
<i>Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União (percentagem)</i>	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006	1.473,00	01/2011	3.175,00	0,00	Média	-

Programa	0640 Ensino Profissional da Aeronáutica	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	------------------------------------------------	--------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Formar e educar continuamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica*

Público-alvo *Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0633 Ensino Profissional da Marinha

Órgão
Responsável

52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo *Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil*

Público-alvo *Marinha do Brasil*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0685 Ensino Profissional Diplomático

**Órgão
 Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro

Público-alvo Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes interessados na concessão de bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia e diplomatas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aprovação dos Bolsistas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CACD (%)	Instituto Rio Branco - IRBR	7/1/2007	5,64	12/2010	5,17	4,75	Alta	-
Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão (percentagem)	Instituto Rio Branco/ MRE	14/5/2007	100,00	12/2010	98,14	100,00	Alta	-

Programa	0638 Ensino Profissional do Exército	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro</i>		
Público-alvo	<i>Exército Brasileiro</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0107 Erradicação do Trabalho Escravo

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo

Público-alvo Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Trabalhadores Libertados (unidade)	SIT/MTE	9/8/2006	1.741,00	12/2010	2.617,00	3.000,00	Baixa	Os valores orçamentários (2011), comparando-os ao de 2010, mantiveram-se estáveis, uma diferença positiva de apenas R\$2.000,00 (dois mil reais). Substanciais valores utilizados pelo programa estão em contingenciamento, impedindo, decisões tais como a participação rastreamentos e fiscalizações em atividades econômicas diferenciadas, como, por exemplo, o cultivo do dendê, cacau, cana, algodão, pinus/eucalipto e a construção civil. O número previsto de 3.000 trabalhadores resgatados deve ser entendido como um índice mais que uma meta fechada. A regularização do vínculo empregatício e das condições de segurança e saúde nas fiscalizações, preservando o emprego e sem abrir mão da dignidade do trabalhador, devem ser considerados pela fiscalização, até porque, quando cabíveis, impõem uma maior responsabilidade social e legal ao empregador, que, poderia achar mais vantajoso financeiramente, o resgate dos trabalhadores, mesmo considerando as repercussões legais dele (resgate) decorrente.

Programa 0068 Erradicação do Trabalho Infantil

**Órgão
 Responsável**

55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 (MDS)

Objetivo Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos

Público-alvo Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Trabalho Infantil (percentagem)	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	24/9/2005	7,20	09/2009	5,60	-	Muito Baixa	Ampliação da identificação do trabalho infantil, com o cadastramento dessas crianças e adolescentes e preenchimento dos campos específicos de trabalho infantil no Cadastro Único, relativo à situação trabalho infantil.

Programa 1250 Esporte e Lazer da Cidade

**Órgão
 Responsável**

51000 Ministério do Esporte (ME)

Objetivo Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo inclusão social

o desenvolvimento humano e a

Público-alvo Famílias com renda de até 2 salários mínimos per capita e sem rendimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	1/12/2006	2,00	12/2010	4,90	10,00	Média	O índice alcançado não reflete corretamente os resultados do Programa, uma vez que esse indicador contempla apenas duas das doze ações inscritas no Programa. Avaliamos que o indicador atual não dá conta de monitorar o processo e os resultados das ações do Programa. Apesar da escolha do mesmo permitir o uso de informações georreferenciadas, que sinalizam uma possibilidade de observação e mensuração dos resultados, ele não é suficiente para avaliar as ações genéricas e diversificadas realizadas. Por isso, tem se mostrado inadequado para avaliar e orientar as tomadas de decisões a respeito do Programa.

Programa	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	Órgão Responsável	26000 Ministério da Educação (MEC)
Objetivo	<i>Produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional</i>		
Público-alvo	<i>Governo e Comunidade Acadêmica</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa 8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval
Órgão Responsável 39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior

Público-alvo Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem (ano)	FMM	-	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa
Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso (ano)	FMM	-	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa
Idade Média da Frota - Navegação Interior (ano)	FMM	-	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa
Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte (percentagem)	FMM	-	-	-	-	-	Alta	O presente indicador não é capaz de medir o desempenho deste programa

Programa 0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação **Órgão** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) **Responsável**

Objetivo Formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação

Público-alvo Pesquisadores; estudantes de nível médio e superior; instituições de ensino e pesquisa; centros de pesquisa; e recursos humanos inseridos em atividades técnico-científicas nos setores público e privado

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	01/2011	71,23	70,50	Alta	-
Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	64,00	01/2011	63,27	65,00	Alta	-
Taxa de Egressos do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Titularam na Pós-Graduação (percentagem)	CNPq	31/12/2007	33,00	01/2011	33,92	33,00	Alta	-
Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	31/12/2007	47,00	01/2011	48,47	47,00	Alta	-

Programa	1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	-----------------------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------------------------------

Objetivo	<i>Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos</i>
-----------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Público-alvo	<i>Administração Pública</i>
---------------------	------------------------------

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
-----------------	------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	-------	----------------------------

Objetivo *Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão*

Público-alvo *Municípios*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1136 Fortalecimento da Gestão Urbana

Órgão
Responsável

56000 Ministério das Cidades (MCidades)

Objetivo Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional

Público-alvo Prefeituras municipais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (percentagem)	IBGE	1/11/2001	81,50	05/2010	97,00	0,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados (percentagem)	IBGE	31/12/2006	55,00	05/2010	87,00	100,00	Média	O Ministério continua em sua política de apoiar os municípios repassando recursos para elaboração de seus planos diretores. No entanto, em 2010, apenas 10% do previsto pela LOA foi efetivamente disponibilizado, o que prejudicou, sobremaneira, a consecução da ação e o alcance do índice. Tiveram que ser abortadas iniciativas como: campanhas, seminários, oficinas de capacitação, sensibilização das equipes públicas e sociedade quanto à importância da elaboração de um plano diretor, além da não abertura da Sistemática para contratação de municípios (via contratos de repasse e convênios). Com isso, novos municípios não puderam ser atendidos pela política e continuam sem este instrumento primordial para o ordenamento territorial.
Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)	Ministério das Cidades	1/1/2007	0,00	12/2010	19,00	95,10	Baixa	Foi proposta mudança de cálculo para este índice, através do PLOA 2011, que foi acatada. A partir de 2011, o indicador passará a trabalhar com municípios beneficiados, ou seja, passará a contar também todas as atividades de capacitação disponibilizadas aos municípios e não apenas os municípios efetivamente contratados (convênios e contratos), como era até 2010. Dessa forma, o indicador contemplará um pouco mais do que o programa está efetivamente realizando (que são as atividades de capacitação), e provavelmente alcançará as novas metas para 2011 que também foram modificadas.

Programa 0154 Garantia e Acesso a Direitos

**Órgão
Responsável**

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Atuar na construção de mecanismos institucionais de intervenção com vistas a garantir os direitos de cidadania

Público-alvo Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos (percentagem)	Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH	12/1/2001	18,50	12/2010	18,50	100,00	Média	Necessidade de Implantar estratégias e Políticas para instalação de Conselhos nos estados onde Não existem.

Programa 1115 Geologia do Brasil

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral

Público-alvo Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 (percentagem)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	20,00	12/2010	22,93	-	Alta	A maior restrição ao cumprimento dos cronogramas dos projetos já foi superada com a inclusão das principais ações finalísticas de levantamentos no PAC a partir de 2009, com a garantia de liberação de recursos compatibilizada com a programação e a necessidades da execução física, considerando-se inclusive as janelas climáticas.
Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 (%)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	5,00	12/2010	11,31	-	Alta	A maior restrição ao cumprimento dos cronogramas dos projetos já foi superada com a inclusão das principais ações finalísticas de levantamentos no PAC a partir de 2009, com a garantia de liberação de recursos compatibilizada com a programação e a necessidades da execução física, considerando-se inclusive as janelas climáticas.

Programa 0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Órgão
Responsável

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária

Público-alvo Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Destinação de Terra Pública (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	62,00	01/2011	57,40	95,80	Muito Baixa	Adequação do índice para a realidade encontrada após os trabalhos iniciais do Programa Terra Legal
Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	65,00	01/2011	69,20	68,50	Alta	-

Programa 0681 **Gestão da Participação em Organismos Internacionais**

Órgão
Responsável

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo *Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse*

Público-alvo *Governo e sociedade brasileiros*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0360 Gestão da Política Agropecuária

Órgão
Responsável

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo *Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro*

Público-alvo *Governo Federal*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional (%)</i>	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE	31/12/2006	20,00	12/2010	100,00	100,00	Alta	-
<i>Índice de Capacitação em Competências (hora)</i>	CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / MAPA	31/12/2005	7,00	12/2010	44,00	70,00	Média	Sem comentários.
<i>Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA (%)</i>	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Pesquisa interna / MAPA	31/12/2005	20,00	12/2010	0,00	90,00	Muito Baixa	Este índice é aferido por meio de Pesquisa de Satisfação, a qual não foi realizada neste ano.
<i>Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho (%)</i>	CMI / CGPLAN / SPOA / SE - MAPA	1/1/2007	5,00	12/2010	52,00	45,00	Alta	-

Programa 1344 Gestão da Política Aquícola e Pesqueira

Órgão
Responsável

58000 Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas da aquicultura e pesca*

Público-alvo *Governo Federal*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
-----------------	-------------------------------------------------------------------------	--------------------------	-------	----------------------------

Objetivo *Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

Público-alvo *Governo Federal*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	Órgão Responsável	24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
-----------------	-----------------------------------------------------------	--------------------------	------------------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	<i>Informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado</i>		
Público-alvo	<i>Sociedade</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa 8006 Gestão da Política de Comunicações

**Órgão
Responsável**

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0173 Gestão da Política de Cultura	Órgão Responsável	42000 Ministério da Cultura (MinC)
-----------------	------------------------------------	--------------------------	------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0625 Gestão da Política de Defesa Nacional	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
-----------------	--------------------------------------------	--------------------------	---------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Órgão 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Responsável

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Órgão Responsável	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome</i>		
Público-alvo	<i>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	Órgão Responsável	56000 Ministério das Cidades (MCidades)
-----------------	---------------------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0155 Gestão da Política de Direitos Humanos	Órgão Responsável	20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Direitos Humanos</i>		
Público-alvo	<i>Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1067 Gestão da Política de Educação	Órgão Responsável	26000 Ministério da Educação (MEC)
-----------------	-------------------------------------	--------------------------	------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0276 Gestão da Política de Energia

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia

Público-alvo Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	15.400,00	12/2010	29.686,00	20.285,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	570,00	12/2010	7.839,00	2.464,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	208,00	12/2010	927,00	320,00	Alta	-
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	82.216,00	12/2010	80.693,00	89.325,00	Muito Baixa	Sem comentários.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as Fontes (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	98.394,00	12/2010	113.315,00	112.394,00	Alta	-
Consumo de Energia Elétrica no País (gwh)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	380.794,00	11/2010	462.519,00	470.009,00	Alta	-
Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	89.130,00	12/2010	99.868,00	99.503,00	Alta	-

Programa	1069 Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	Órgão Responsável	32000 Ministério de Minas e Energia (MME)
-----------------	------------------------------------------------------------------------	--------------------------	-------------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0757 Gestão da Política de Integração Nacional	Órgão Responsável	53000 Ministério da Integração Nacional (MI)
-----------------	------------------------------------------------	--------------------------	----------------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0511 Gestão da Política de Meio Ambiente

**Órgão
Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0087 Gestão da Política de Previdência Social

Órgão
Responsável

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
-----------------	--------------------------------------------------	--------------------------	-------	----------------------------

Objetivo *Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo*

Público-alvo *Agentes econômicos e cidadãos*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0016 Gestão da Política de Saúde

Órgão
Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde

Público-alvo Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	44,00	12/2010	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde (%)	MS/DAD/MS	30/6/2007	5,00	12/2010	73,40	100,00	Alta	-
Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	12,00	12/2010	91,62	100,00	Alta	-
Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde (%)	MS/SPO/CGPL	31/12/2006	80,00	-	-	100,00	Baixa	Como gestor nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde tem envidado esforços no sentido de aprimorar a gestão estadual do SUS, nesse sentido investe na conscientização dos gestores estaduais da importância do Plano Estadual de Saúde (PES) como instrumento de planejamento, na capacitação técnica do pessoal envolvido na sua elaboração e na distribuição de material instrucional específico, como também disponibiliza, mediante a apresentação de plano de ação, um incentivo financeiro para o custeio da atividade de planejamento em nível estadual. Outra linha de atuação desta pasta contempla a cooperação técnica para a elaboração do PES e de outros instrumentos de planejamento, como também estimula a assimilação da função gestora do planejamento como um processo contínuo que abrange o monitoramento e a avaliação.
Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde (%)	MS/SE/SPO/CGPL	31/12/2006	49,00	12/2010	49,00	100,00	Muito Baixa	Como gestor nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), o Ministério da Saúde tem envidado esforços no sentido de aprimorar a gestão municipal do SUS, nesse sentido investe na conscientização dos gestores estaduais da importância do Plano Municipal de Saúde (PMS) como instrumento de planejamento, na capacitação técnica do pessoal envolvido na sua elaboração e na distribuição de material instrucional específico, como também disponibiliza, mediante a apresentação de plano de ação. Outra linha de atuação desta pasta contempla a cooperação técnica para a elaboração do PMS e de outros instrumentos de planejamento, como também estimula a assimilação da função gestora do planejamento como um processo contínuo que abrange o monitoramento e a avaliação.

Programa 0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1001 Gestão da Política de Turismo	Órgão Responsável	54000 Ministério do Turismo (MTur)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do turismo</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0225 Gestão da Política dos Transportes	Órgão Responsável	39000 Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	-----------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1266 Gestão da Política Econômica	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)
Objetivo	<i>Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais</i>			
Público-alvo	<i>Governo e sociedade</i>			

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0683 Gestão da Política Externa

**Órgão
Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	Órgão Responsável	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	--------------------------------------------------------	--------------------------	-------	-----------------------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos

**Órgão
Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos*

Público-alvo *Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	<i>Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas</i>		
Público-alvo	<i>Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1470 Gestão da Política Portuária	Órgão Responsável	20128 Secretaria Especial de Portos (SEP)
Objetivo	<i>Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às cias docas</i>		
Público-alvo	<i>Governo Federal</i>		

Este programa não apresenta indicador.



Programa 1068 Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas

**Órgão
Responsável**

20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Objetivo Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero

Público-alvo Órgãos governamentais e entidades não-governamentais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero (unidade)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	-	-	-	-	0,00	Alta	O lançamento do curso foi efetuado em 2010 o que permitirá a formação dos primeiros gestores em 2011. No entanto, como o indicador é uma variação não será possível calculá-lo no último ano do PPA.



Programa	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	Órgão Responsável	51000 Ministério do Esporte (ME)
-----------------	--------------------------------------------------------	--------------------------	----------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	Órgão Responsável	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
-----------------	-----------------------------------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------------------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

**Órgão
Responsável**

25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal

Público-alvo Governo Federal e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Varição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (percentagem)	IBGE	31/12/2003	9,30	12/2010	5,91	4,50	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas. O objetivo do programa é assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal, o que vem sendo alcançado, uma vez que o índice apurado em 2010 foi de 5,91%, encontrando-se dentro do intervalo de tolerância de +/- 2 p.p da meta de 4,5%.

Programa	1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da Presidência da República</i>		
Público-alvo	<i>Governo</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------------------------------

Objetivo	<i>Garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos</i>
-----------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Público-alvo	<i>Servidores públicos federais</i>
---------------------	-------------------------------------

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Objetivo Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável

Público-alvo Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, varzeiteiras e quilombolas)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (%)		31/12/2006	100,00	02/2011	243,09	146,29	Alta	-

Programa	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	-----------------------------------------------------------	--------------------------	-----------------------------------------------------------

Objetivo *Gerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público*

Público-alvo *Governo Federal, demais esferas de Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0570 Gestão do Processo Eleitoral

**Órgão
Responsável**

14000 Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral)

Objetivo *Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional*

Público-alvo *Eleitores, partidos políticos e sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Prazo Médio de Apuração Eleitoral (hora)</i>	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	9,00	01/2011	8,93	-	Alta	Para 2012-2015 serão elaborados novos indicadores, preferencialmente, com mensuração anual.
<i>Prazo Médio de Votação Por Eleitor (segundo)</i>	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/4/2009	40,00	01/2011	68,20	-	Alta	Para 2012-2015 serão elaborados novos indicadores, preferencialmente, com mensuração anual.

Programa	0698 Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	------------------------------------------------------	--------------------------	----------------------------------

Objetivo *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça*

Público-alvo *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	8002 Governo Eletrônico	Órgão Responsável	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	-------------------------	--------------------------	-----------------------------------------------------------

Objetivo *Coordenar, normalizar e racionalizar recursos de informação e informática, assegurando aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal um suporte adequado na área de tecnologia da informação e comunicação*

Público-alvo *Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 9991 Habitação de Interesse Social

**Órgão
Responsável**

56000 Ministério das Cidades (MCidades)

Objetivo Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural

Público-alvo Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.136.137,00	-	-	4.886.666,00	Alta	-
Déficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (unidade)	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.610.299,00	-	-	5.211.361,00	Alta	-

Programa 1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural **Órgão** 42000 Ministério da Cultura (MinC)
Responsável

Objetivo *Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos etários, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares*

Público-alvo *Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Projetos de Diversidade Cultural Apoiados (unidade)	MINC/SID	1/12/2006	144,00	01/2011	14,00	400,00	Baixa	A situação foi detalhada na seção justificativa, por falta de espaço nesta seção. Segue atual estado dos problemas. 1. Quanto ao Prêmio Culturas Ciganas, já foram emitidas Ordens Bancárias para 27 dos 30 candidatos premiados. Quanto ao Prêmio Cultura Hip Hop, os recursos já foram repassados à OSCIP parceira (Instituto Empreender) que fará o pagamento dos prêmios entre 15/abril e 15/maio. 2. Em 2010 a SID decidiu pela suplementação orçamentária (aditivo) do edital de 2009, com recursos desta ação, da ordem de R\$ 2 milhões, o que permitiria a premiação de mais 200 candidatos, respeitando-se a ordem de classificação. No momento da execução financeira, a DGI/MinC optou pelo não pagamento desses prêmios, em respeito às considerações da CONJUR/MinC, que apontou que o edital regulador do concurso não prevê em suas cláusulas a possibilidade de suplementação orçamentária. O empenho dos recursos (em RAP 2011) será cancelado e o processo será arquivado.

Programa 1446 Implementação da Política de Promoção da Saúde

Órgão
Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença-condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais

Público-alvo População brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Municípios com Programas de Intervenção de Promoção de Atividade Física e de Lazer Implantados (%)	Relatórios de Monitoramento do Pacto de Gestão pela Saúde - SINPACTO	31/12/2007	16,20	12/2010	76,80	87,00	Alta	-
Percentual de Municípios Prioritários com Projetos Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)	Formulários de Avaliação da CGDANT/DASIS/SVS/MS	31/12/2006	-	12/2010	85,80	87,00	Alta	-
Prevalência de Fumantes nas Capitais (%)	VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico/DASIS/SVS/MS	31/12/2006	16,20	12/2010	15,50	12,20	Média	As Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT são responsáveis por 60% das mortes mundiais e 62% das mortes no Brasil. Estas enfermidades acarretam consequências sócio-econômicas graves para os países, comunidades e famílias. Existem ações efetivas para seu enfrentamento, a saber: diminuição da taxa de mortalidade decorrentes das DCNT, a promoção de atividades de prevenção e o monitoramento para os fatores de risco e proteção das DCNT, regulamentações governamentais específicas com enfoque na alimentação saudável e anti-tabaco e ainda a garantia de acesso a medicamentos dos portadores de DCNT além do incentivo à prática de atividade física.
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardiovasculares (%)	Ministério da Saúde/SVS/SIM- Sistema de Informações sobre Mortalidade	31/12/2005	9,33	12/2010	8,50	8,00	Média	As circunstâncias que favoreceram a diminuição da taxa foram: a expansão da Atenção Básica, a diminuição das Doenças Cardio-Vasculares no Brasil, a melhoria das informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM -, e a implantação de várias outras ações de promoção à saúde. Porém há necessidade de intensificar estes e outros trabalhos para um melhor alcance do índice previsto para o fim do Plano.
Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (%)	SISAGUA e Relatório de Acompanhamento do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano VQACH/CGVAM/SVS	31/5/2007	20,00	12/2010	95,00	60,00	Alta	-

Programa 1008 Inclusão Digital **Órgão** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Responsável

Objetivo Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico

Público-alvo Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses (%)	Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br	7/1/2006	27,82	-	-	48,90	Média	Não há. Desde 2008, o Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.Br) deixou de disponibilizar o dado ao qual o indicador se refere com precisão decimal. Também passou a incorporar amostragem referente à área rural, em substituição à extrapolação de dados baseada na PNAD. A mudança na metodologia tende a pressionar o indicador para baixo.

Programa 1245 Inclusão Social pelo Esporte **Órgão** 51000 Ministério do Esporte (ME)
Responsável

Objetivo Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social

Público-alvo Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos (%)	MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional	1/2/2004	33,33	-	-	45,00	Muito Baixa	O Ministério do Esporte trabalha na elaboração de um novo Indicador para o Programa.

Programa	0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	Órgão Responsável	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)
-----------------	---------------------------------------------------------------------------	--------------------------	-------	----------------------------------------

Objetivo *Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões graciosas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei*

Público-alvo *Beneficiários definidos em Lei*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0285 Indústria Petroquímica

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado

Público-alvo Consumidores de produtos petroquímicos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietilenos (percentagem)	Petrobras	31/12/2002	7,10	12/2010	100,00	90,00	Alta	Sem comentários.

Programa 0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas

Órgão 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
Responsável

Objetivo Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país

Público-alvo Governo e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Satisfação do Usuário (percentagem)	IBGE	31/12/2008	117,63	12/2010	116,14	117,00	Alta	-

Programa 0496 Informações Integradas para Proteção da Amazônia **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região

Público-alvo O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazonídeos; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia. Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos Órgãos Parceiros (percentual %)	Núcleo de Meteorologia / Coord. Operacional / CTO/ Coord. Inteligência / CCG Brasília	31/12/2007	70,00	12/2010	92,30	90,00	Alta	-

Programa 0515 Infra-Estrutura Hídrica

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade

Público-alvo Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Adução de Água Bruta (milhão de m³)	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	1.570,00	-	-	-	-	-
Reserva de Água em Barramentos e Açudes (milhão de m³)	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	5.495,00	-	-	-	-	-

Programa 8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações

**Órgão
 Responsável**

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo *Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações*

Público-alvo *Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa (%)</i>	Fundação CPqD, FiNEP e BNDES (Consolidação pelo Ministério das Comunicações)	3/1/2004	21,00	-	-	-	Alta	.

Programa 0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego

Público-alvo Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aproveitamento de Vagas (percentagem)	SINE	2/1/2006	50,00	03/2011	34,00	52,03	Baixa	O índice previsto para 2010 foi de 43,70%, entretanto, chegou-se a 34,00%, ou aproveitamento de pouco mais de um terço das vagas disponibilizadas ao Sine. Apesar de um crescimento no número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho com o auxílio do Sine, este não foi suficiente para acompanhar o aumento no número de vagas. O dado revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de descasamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sine e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. Visando inclusive aumentar o percentual de aproveitamento das vagas, o Ministério pretende concluir em 2011 a implantação do Portal MTE Mais Emprego, o qual possibilitará um melhor cruzamento entre o perfil das vagas disponibilizadas ao Sine e o perfil dos trabalhadores inscritos, aumentando assim o resultado desse indicador.
Taxa de Captação de Vagas (percentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	14,00	03/2011	19,06	14,28	Alta	-
Taxa de Cobertura do Abono Salarial (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	94,09	01/2011	96,80	98,00	Alta	O índice previsto para o ano de 2010 foi de 97,29%. Até o fechamento do ano-calendário, em 30 de junho de 2011, espera-se atingir o valor previsto para a taxa de cobertura. A Taxa de Cobertura do benefício, que compara o número de trabalhadores beneficiados com o número de trabalhadores identificados na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) com direito ao benefício, subiu de 95,71%, em 2009, para 96,80%, em 2010. Esse aumento de benefícios pagos, nos últimos anos, está relacionado diretamente com o aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, à melhoria na qualidade da informação e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos.

Programa 0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Órgão Responsável

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego

Público-alvo Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura do Seguro Desemprego (%)	CGSAP/DES/SPPE/MTE	1/1/2007	62,77	01/2011	71,00	63,10	Média	Embora a taxa de cobertura aqui utilizada elucide a abrangência do seguro-desemprego, nem todos os trabalhadores pertencentes ao universo dos desligados sem justa causa têm direito ao benefício, por não satisfazerem os pré-requisitos do Programa. No exercício de 2010, ocorreram 9.552.047 demissões sem justa causa, e 6.739.087 trabalhadores foram alcançados pelo benefício do Seguro-Desemprego Formal, portanto cobertura de 71 %. (Vale registrar que a taxa foi registrada com valor a maior no Sigplan, no valor de 78,12%.) O resultado encontrado para o exercício (71%) foi menor que a previsão, e em comparação a 2009, apresentou queda de 9%. Em 2010, o número de beneficiários do SD Formal caiu e o número de demitidos sem justa causa cresceu, resultando numa taxa menor. Pode-se inferir que um número maior de trabalhadores tenha voltado de imediato ao mercado de trabalho, prescindindo do recebimento do seguro-desemprego. Assim, não se avalia que sejam necessárias medidas corretivas.
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal (percentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	7,00	03/2011	6,50	7,42	Alta	Considerando-se que foi previsto um índice de 6,8% para 2010, percebe-se que o resultado chegou bem próximo do planejado, entretanto, faz-se importante registrar que, nos dois últimos anos, a intermediação de mão-de-obra vem passando por mudança em seu sistema de gestão das informações, havendo ainda relatórios a serem emitidos, o que pode interferir nos resultados apresentados para a variável colocados, e consequentemente no cálculo deste indicador. Para melhorar a cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal, o MTE vem empreendendo esforços para o aumento do número de parceiros, e da rede de atendimento do Sine, que hoje já conta com 1.400 postos de atendimento. Também, para facilitar o acesso do trabalhador e do empregador ao Sine, o novo Portal MTE Mais Emprego disponibiliza ferramentas para inscrição, candidatura a emprego e recrutamento via web.

Programa 1036 Integração de Bacias Hidrográficas

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica

Público-alvo Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração (m³/s)	SIH/MI	1/1/2003	75,00	-	-	-	-	-

Programa	0641 Inteligência Federal	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
Objetivo	<i>Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade</i>		
Público-alvo	<i>Presidência da República</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1020 Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA **Órgão** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Responsável Exterior (MDIC)

Objetivo Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá

Público-alvo Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santana - AP

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional (percentagem)	IBGE	31/12/2006	1,75	12/2010	2,05	1,80	Alta	-

Programa 0168 Livro Aberto **Órgão** 42000 Ministério da Cultura (MinC)
Responsável

Objetivo *Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Bibliotecas Públicas (unidade)</i>	Ministério da Cultura, FBN/MinC, IBGE e Instituições voltadas para a produção editorial	31/12/2002	23,00	12/2010	0,43	0,00	Alta	Há que se considerar uma disfunção no índice inicial de referência informado no SIGPLAN: o coeficiente é 0,29 e não 23, considerando-se as bases do IBGE. O índice alcançado no exercício de 2010 foi de 0,43 e a previsão para 2011 é a manutenção do referido índice.

Programa 0273 Luz para Todos

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água

Público-alvo População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia (%)	MME	31/12/2006	38,09	12/2010	93,27	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba (%)	MME	31/12/2006	52,05	12/2010	89,91	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás (%)	MME	31/12/2006	53,81	12/2010	73,02	-	Baixa	A Eletrobrás está fazendo gestões junto à Concessionária com o objetivo de conseguir solucionar a pendência
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso (%)	MME	31/12/2006	34,41	12/2010	89,76	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul (%)	MME	31/12/2006	95,92	12/2010	92,87	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Minas Gerais (%)	MME	31/12/2006	97,98	12/2010	98,89	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Pernambuco (%)	MME	31/12/2006	95,18	12/2010	103,45	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Rondônia (%)	MME	31/12/2006	19,95	12/2010	83,08	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima (%)	MME	31/12/2006	20,77	12/2010	27,69	-	Baixa	A medida corretiva será a contratação de equipes em numero necessário para a execução das metas contratadas pela concessionária com a Eletrobras.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Santa Catarina (%)	MME	31/12/2006	75,05	12/2010	104,20	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (%)	MME	31/12/2006	70,21	12/2010	94,87	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe (%)	MME	31/12/2006	63,30	12/2010	99,90	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Tocantins (%)	MME	31/12/2006	41,18	12/2010	61,80	-	Baixa	A medida corretiva será a contratação de equipes em numero necessário para a execução das metas contratadas pela concessionária com a Eletrobras. A concessionária deverá procurar mão de obra em outras regiões.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre (%)	MME	31/12/2006	22,79	12/2010	74,45	-	Baixa	A medida corretiva será a definição por parte da ANEEL quanto à cobertura dos custos de operação e manutenção dos sistemas isolados. A contratação do atendimento por parte da concessionária para cumprimento das metas contratadas com a Eletrobras.

Programa 0273 Luz para Todos

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água

Público-alvo População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amapá (%)	MME	-	-	12/2010	15,46	-	Baixa	A concessionária deverá contratar equipes em numero suficiente para a execução das metas contratadas com a Eletrobras.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amazonas (%)	MME	31/12/2006	14,03	12/2010	76,41	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Ceará (%)	MME	31/12/2006	55,32	12/2010	90,83	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Espírito Santo (%)	MME	31/12/2006	56,96	12/2010	98,14	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (%)	MME	31/12/2006	41,04	12/2010	95,74	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Pará (%)	MME	31/12/2006	37,34	12/2010	85,61	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Paraná (%)	MME	31/12/2006	76,64	12/2010	93,84	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Piauí (%)	MME	31/12/2006	9,96	12/2010	63,91	-	Baixa	Contratação de mão de obra em outras regiões e em numero suficiente para o cumprimento das metas contratadas com a Eletrobras.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio de Janeiro (%)	MME	31/12/2006	64,13	12/2010	92,27	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte (%)	MME	31/12/2006	85,46	12/2010	100,10	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul (%)	MME	31/12/2006	49,07	12/2010	101,66	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Alagoas (%)	MME	31/12/2006	64,48	12/2010	98,08	-	Alta	-
Número de Unidades Consumidoras Atendidas - Nacional (unidade)	MME	31/12/2006	1.038.580,00	12/2010	2.654.356,00	-	Média	Definição da responsabilidade sobre os custos de operação e manutenção dos sistemas isolados contratados pelo Programa Luz para Todos, contratação pelas concessionárias, de mão de obra em numero suficiente para o cumprimento das metas contratadas com o Governo Federal, por intermédio da Eletrobras.

Programa	0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal	Órgão	39000	Ministério dos Transportes (MT)
		Responsável		

Objetivo *Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego*

Público-alvo *Usuários das rodovias federais*

Este programa não apresenta indicador.



Programa 1109 Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil

Público-alvo Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de empresas privadas de grande porte usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (percentagem)	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	-	0,00	-	-	90,00	Média	Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) existentes no País. O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para definir o total de empresas privadas operacionais e existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.
Taxa de empresas privadas de médio porte usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (percentagem)	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	-	0,00	-	-	90,00	Média	Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) existentes no País. O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para definir o total de empresas privadas operacionais e existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.

Programa 1109 Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil

Público-alvo Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres atinentes à cidadania brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Empresas Privadas de pequeno porte usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (percentagem)	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	-	0,00	-	-	90,00	Média	Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) existentes no País. O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para definir o total de empresas privadas operacionais e existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecida pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações.
Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	-	-	40,00	Média	Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil é o número de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) usuários de certificados digitais ICP - Brasil dividido pelo total estimado (IBOPE/Net Ratings) de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais).O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito de usuários da Internet (pessoas naturais), no entanto dificuldades para definir o total de usuários que se valem da certificação digital inviabilizaram a apuração do índice. Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que obrigue as entidades a fornecer tais informações. Estão sendo iniciados estudos para novo indicador.

Programa 1421 Meteorologia e Mudanças Climáticas **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental

Público-alvo Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes; e defesa civil

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	1/1/2006	89,00	01/2011	92,00	92,00	Alta	Nota-se que a qualidade das previsões numéricas de tempo sobre o Brasil evoluíram sensivelmente nos últimos anos e o indicador apresentado como medida da evolução das atividades do programa está sendo cumprido a contento. Soma-se a isto aspectos positivos das previsões de tempo que também foram alcançadas, como por exemplo, previsões com altíssima resolução (até 5 X 5 Km) em regiões particulares, como a Serra do Mar.
Taxa de Acerto da Tendência Climática Sazonal sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	31/12/2007	45,00	01/2011	58,00	60,00	Alta	A qualidade das previsões climáticas sazonais sobre o Brasil evoluíram significativamente. A taxa de acerto de tais previsões definida como indicador da evolução das atividades do programa está em um nível razoável, e provavelmente atingirá o valor definido para o final do PPA em 2011. Além disso, previsões climáticas regionais estão sendo elaboradas em alta resolução espacial, o que ajuda a definir melhor os padrões de anomalias de temperatura e precipitação. Simulações de mudanças climáticas tanto globais quanto regionais sobre a América do Sul estão sendo realizadas, e ganharam novo impulso a partir da entrada em operação do novo supercomputador no CPTEC/INPE em Cachoeira Paulista-SP, capaz de realizar mais de 200 trilhões de operações por segundo. Esta nova capacidade computacional permitirá incluir nos modelos climáticos elementos que antes não eram considerados, tais como, a dinâmica do CO2, dinâmica do gelo marinho, etc.

Programa 0390 Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade

**Órgão
Responsável**

28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior (MDIC)

Objetivo Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo

Público-alvo Setor produtivo; sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População (percentagem)	IBOPE	30/4/2009	92,74	02/2011	89,70	93,00	Alta	A taxa de credibilidade está estabilizada e entendemos que não há mais um desafio de gerencia-la como indicador do programa. Assim, foi proposto em 2010, a utilização do indicador "Nível de percepção Institucional junto à População Brasileira", também utilizado no Contrato de Gestão e que permite ao Inmetro comparar a sua imagem junto a sociedade em relação a outras instituições, tais como: INPI, ANVISA, CORREIOS. O índice apurado em 02/2011 = 80,79%, referente a 2010, e meta para 2011 = 83,00%. A fonte dos resultados da pesquisa referente ao exercício de 2010 foi ACAMEP.
Taxa de Reconhecimento do INMETRO (percentagem)	IBOPE	30/4/2009	41,15	02/2011	45,93	51,00	Alta	Sem comentários.

Programa 1387 Microcrédito Produtivo Orientado

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local

Público-alvo Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Clientes Ativos do Microcrédito Produtivo Orientado. (número índice)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2010	173,59	202,00	Alta	-
Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2010	254,17	266,61	Alta	-
Saldo da Carteira Ativa do Microcrédito Produtivo Orientado. (número índice)	PNMPO/MTE	31/12/2007	100,00	12/2010	195,48	160,00	Alta	-
Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2010	363,41	363,00	Alta	-

Programa 0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável

**Órgão
Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da atividade minerária

Público-alvo Pequena e média mineração, cooperativas extrativistas minerais e de garimpagem e comunidades e aglomerados populacionais de baixa renda que sobrevivem do aproveitamento econômico dos recursos minerais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (%)	DNPM/IBGE	31/12/2007	16,80	12/2010	65,64	75,00	Alta	-
Número-Índice da Produção Mineral (índice numérico)	DNPM	31/12/2003	100,00	12/2010	128,47	-	Média	Como o Número-Índice da Produção Mineral mede o desempenho do Setor Mineral e não diretamente o desempenho do Programa não se aplicam medidas corretivas.
Número-Índice de Pessoal Ocupado na Indústria Extrativa Mineral (índice numérico)	IBGE	31/12/2003	100,00	12/2010	113,51	-	Média	Como o Número-Índice da Produção Mineral mede o desempenho do Setor Mineral e não diretamente o desempenho do Programa não se aplicam medidas corretivas.
Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do setor mineral (%)	DNPM	31/12/2007	94,40	12/2010	92,51	98,00	Baixa	Na Taxa de Regularidade fiscal a instituição se empenhará para recuperar a arrecadação.

Programa 0365 Minimização de Riscos no Agronegócio

**Órgão
Responsável**

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos

Público-alvo Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Área Segurada (percentagem)	Secretaria de Política Agropecuária - SPA	30/5/2005	1,90	12/2010	12,60	26,02	Baixa	Embora o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tenha apresentado um crescimento extraordinário nos últimos anos, atingindo mais de 12% de toda a área plantada no país em apenas 6 anos de existência, acreditamos que houve uma superestimação do valor do índice esperado para 2011. Esse fato deve-se sobretudo aos atrasos e contingenciamentos ocorridos nos recursos da Ação "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural" nos anos de 2009 e 2010.
Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo (percentagem)	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	31/12/2002	79,00	12/2010	87,00	92,00	Alta	-
Taxa de Adesão ao PROAGRO (percentagem)	RECOR/BACEN e Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO	31/7/2002	23,00	12/2010	68,25	52,00	Alta	-
Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro (percentagem)	Banco Central do Brasil - BACEN	4/10/2006	16,00	12/2010	1,00	14,00	Alta	-

Programa 9989 Mobilidade Urbana **Órgão** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)
Responsável

Objetivo *Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas*

Público-alvo *População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)</i>	Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades	1/1/2002	1,50	-	-	2,00	Média	O indicador do programa não está sendo medido em função de necessitar recursos orçamentários para implementar pesquisa origem/destino para sua mensuração. A expectativa é média em função da previsão de contratação dos projetos vinculados à Copa do Mundo FIFA 2014 e outros. Para avaliar esta alteração é necessária a efetiva apuração do índice.

Programa	8026 Mobilização para Defesa Nacional	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	----------------------------------------------	--------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	1353 Modernização da Polícia Federal	Órgão	30000	Ministério da Justiça (MJ)
		Responsável		

Objetivo *Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal*

Público-alvo *Departamento de Polícia Federal*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0813 Monumenta

Órgão 42000 Ministério da Cultura (MinC)
Responsável

Objetivo Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade

Público-alvo População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável (percentagem)	Ministério da Cultura	31/12/2006	47,33	02/2011	88,10	0,00	Alta	-

Programa 0171 Museu Memória e Cidadania

**Órgão
 Responsável**

42000 Ministério da Cultura (MinC)

Objetivo Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país

Público-alvo Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Visitantes a Museus por ano (milhão)	IPHAN	31/12/2006	20,00	-	-	0,00	Alta	-
Taxa de Museus nos Municípios (percentagem)	IPHAN	31/12/2006	16,00	12/2010	21,10	0,00	Alta	-

Programa 1078 Nacional de Acessibilidade **Órgão** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
Responsável

Objetivo Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Público-alvo Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Escolas Públicas Acessíveis (percentagem)	Ministério da Educação	31/12/2007	10,00	12/2010	19,30	22,00	Alta	Sem comentários.
Taxa de escolas públicas com salas de recursos multifuncionais (percentagem)	Ministério da Educação	31/12/2007	0,40	01/2011	28,56	7,50	Alta	Sem comentários.

Programa 0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

Órgão
Responsável

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais

Público-alvo Governo; comunidade científica; e setor produtivo nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) (%)	AEB/DPEI	31/12/2006	11,00	01/2010	20,00	78,00	Muito Baixa	Apesar de vários projetos terem apresentado avanços em 2010, o Índice apurado em 2010 se manteve igual ao do ano de 2009 e abaixo do previsto para o exercício. Isso se deve ao fato de que grande parte dos projetos, que compõem o indicador, continua ainda na etapa de "desenvolvimento", não tendo os produtos passados ainda para a etapa de "qualificação ou testes". O índice previsto para 2011 não será atingido, por um lado, pela própria natureza complexa das tecnologias que se pretende dominar. Por outro lado, pela falta de soluções para os problemas de natureza estrutural e situacional, que o programa ainda enfrenta, compreendendo, entre outros, a ampliação dos quadros de especialistas nos principais institutos de pesquisa espacial do país, elevação dos patamares de investimentos necessários para as atividades de P&D, modernização e fortalecimento da infraestrutura laboratorial e de pesquisa, bem como maiores incentivos para a participação da indústria espacial nas atividades de P,D&I.
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) (percentual)	AEB/DPEI	31/12/2006	37,25	01/2010	27,60	39,50	Média	O baixo índice de 27,60% apurado em 2010, aproximadamente 30% inferior ao previsto para aquele exercício, deveu-se ao atraso na entrega dos subsistemas de telemetria, telecomando e controle (TT&C) e de propulsão do satélite Amazonia-1, bem como da decisão pela contratação de empresa argentina para desenvolver o subsistema de controle de atitude e órbita (ACDH) desse satélite, que apresenta elevada complexidade tecnológica para as empresas brasileiras. Esses subsistemas correspondem, atualmente, os principais desafios tecnológicos do programa de satélites de sensoriamento remoto. O previsto para 2011 pode ser atingido, se elevados os investimentos e incentivos para o setor, articulados com uma política de compras governamentais.

Programa 1113 Nacional de Atividades Nucleares

**Órgão
Responsável**

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo *Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia*

Público-alvo *Instalações nucleares e radiativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração núcleo-elétrica; instituições de ensino*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)</i>	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	18,00	01/2011	5,00	18,00	Alta	-
<i>Número de Procedimentos Médicos Viabilizados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)</i>	CNEN/MCT	9/10/2007	3.000.000,00	01/2011	3.300.000,00	4.800.000,00	Alta	-
<i>Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)</i>	CNEN, INB e NUCLEP	9/10/2007	84,00	01/2011	85,00	95,00	Alta	-
<i>Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)</i>	NUCLEP	31/12/2007	1.015,50	01/2011	3.666,00	10.000,00	Média	O desempenho desse índice está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico do país, particularmente no que se refere ao planejamento de instalações de centrais nucleares. Com a retomada da construção da usina de Angra 3 espera-se o atendimento integral do índice previsto para o período
<i>Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (percentual)</i>	INB/MCT	31/12/2007	60,80	01/2011	63,60	95,00	Média	O alcance dessa meta está condicionado ao equacionamento orçamentário do empreendimento.
<i>Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)</i>	CNEN	15/10/2007	73,00	01/2011	90,00	64,00	Média	Esse índice encontra-se em fase de revisão e ajustes em função de alterações no procedimento de recolhimento de rejeitos decorrente da regulamentação da Lei 10.308, de 20 de novembro de 2001. No entanto, espera-se alcançar o valor previsto ao final do PPA, dentro da nova metodologia de apuração do indicador.

Programa 0506 Nacional de Florestas

Órgão
Responsável

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo *Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social*

Público-alvo *Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área de florestas com alto valor para conservação protegida (ha)	Ministério do Meio Ambiente - PNF	31/12/2006	600.000,00	12/2010	170.000,00	3.600.000,00	Baixa	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador
Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável (ha)	IBAMA	31/12/2006	3.000.000,00	12/2010	1.700.000,00	18.000.000,00	Baixa	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador
Área de Florestas Plantadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	627.000,00	12/2010	135.000,00	1.500.000,00	-	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador
Áreas degradadas recuperadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	31/12/2006	5.000,00	12/2010	4.500,00	100.000,00	-	Para melhorar a eficiência de se mensurar o avanço do PNF, é fundamental a necessidade de se modificar o indicador

Programa 8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem

**Órgão
Responsável**

20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Promover a Reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano

Público-alvo Jovens que possuam entre 15 e 29 anos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Campo (percentual)	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	-	-	-	-	Alta	Não informado
Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Urbano (percentual)	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	-	12/2010	60,00	-	Alta	-
Taxa de Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho (percentual)	PNPE Web e CAGED.	1/8/2007	7,89	-	-	8,50	Alta	Indicador não apurado.
Taxa de Permanência Anual dos Jovens Participantes do ProJovem Adolescente (percentual)	SNAS	1/7/2007	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI **Órgão** 30000 Ministério da Justiça (MJ)
Responsável

Objetivo *Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social*

Público-alvo *Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)</i>	IBGE	-	-	-	-	-	Alta	Em fase de elaboração de indicadores específicos para os territórios de paz, em razão de mudança de gestão, em parceria com IPEA. Criação de Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, por meio de projeto de lei.
<i>Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)</i>	Ministério da Saúde	1/10/2006	26,00	12/2009	26,20	12,00	Alta	Implantação do Pacto Nacional de Enfrentamento aos Homicídios, a ser realizado com os Estados e Distrito Federal pelo Ministro da Justiça.
<i>Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)</i>	SENASP	-	-	-	-	-	Alta	Em fase de elaboração de indicadores específicos para os territórios de paz, em razão de mudança de gestão, em parceria com IPEA. Criação de Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal, por meio de projeto de lei.

Programa 0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais

Público-alvo Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Produção Média de Gás Natural (milhão de m³ por dia)</i>	Petrobras	31/12/2003	39,83	12/2010	53,08	94,10	Baixa	Devido a retração na demanda por gás natural já sinalizada pelo mercado, a Petrobras está estudando a redução da meta de produção para 2011.
<i>Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por dia)</i>	Petrobras	31/12/2003	1.540,00	12/2010	2.004,00	2.430,00	Baixa	Apesar de algumas áreas produtoras terem apresentado expressivo crescimento, na projeção total esse esforço não será suficiente para compensar o declínio natural da produção. Por esse motivo está em avaliação a redução da meta para 2011.
<i>Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA (percentagem)</i>	Petrobras	31/12/2003	1,20	12/2010	0,55	0,49	Alta	-
<i>Volume de Óleo Derramado - VOD (m³)</i>	Petrobras	31/12/2003	49,00	12/2010	276,40	39,00	Alta	Com relação a 2010, embora o volume derramado (276,40 m³) pareça sugerir aumento relativo dos volumes médios dos incidentes, verifica-se que esse volume foi em grande parte influenciado por ocorrências isoladas, em diferentes instalações e operadas por diferentes equipes, evidenciando que não se tratam de incidentes sistêmicos, ainda que mereçam toda atenção. Todos os demais incidentes foram de pequena monta, totalizando 5,10 m³, que correspondem a menos de 50 litros por incidente. Excluídas as ocorrências acima destacadas, que podem ser consideradas "pontos fora da curva", verifica-se que o desempenho da atividade apresenta desempenho com tendência de queda no volume de óleo derramado quando analisado período maior (últimos dez anos) e de estabilidade, quando considerados os últimos três anos, com resultado significativamente melhor que as demais empresas-membro da OGP.

Programa 1120 Paz no Campo

Órgão
Responsável

49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Objetivo *Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos*

Público-alvo *Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)</i>	Ouvidoria Agrária Nacional	31/12/2003	42,00	01/2011	11,00	0,00	Baixa	1) Implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo; 2) Ampliar a celebração de convênios, acordos e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão muito abaixo das necessidades/demandas apresentadas pelas instituições em tela; 3) Ampliar a capacitação dos mediadores de conflitos agrários, com a disponibilização de mais recursos, pois os valores atuais estão abaixo das necessidades/demandas. OBSERVAÇÃO: Se faz necessário observar que as metas físicas alcançadas, embora tenham superado as metas previstas, ainda estão aquém do necessário e por esta razão são necessários mais recursos, conforme explanado nos itens "2" e "3".

Programa 1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a **Órgão** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Inserção Social **Responsável** (MAPA)

Objetivo Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte

Público-alvo Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto social das tecnologias geradas e avaliadas no ano (número-índice)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	3,10	04/2010	2,38	3,10	Alta	-
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano (unidade)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	79.426,00	04/2010	93.442,00	79.426,00	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para Inserção Social (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	29/4/2009	458,00	04/2010	827,00	1.258,00	Alta	-

Programa 1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Objetivo Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos

Público-alvo Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice médio de impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano (número-índice)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	27/4/2009	1,09	04/2010	0,80	1,09	Alta	-
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para o Agronegócio (unidade)	Embrapa (Base de dados do Sistema de Avaliação de Unidades (SAU) da Embrapa)	28/4/2009	1.833,00	04/2010	1.258,00	1.258,00	Alta	-
Participação de sementes/ cultivares da Embrapa no mercado de Sementes Nacional (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) (percentual)	Embrapa (Balanço Social anual da Embrapa)	28/4/2009	21,00	04/2010	36,20	21,00	Alta	-
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado (reais)	Embrapa (Balanço Social Anual da Embrapa)	29/5/2009	13,55	04/2010	9,35	13,55	Alta	-

Programa 0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural

Órgão Responsável 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural

Público-alvo Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (percentagem)	Petrobras	31/12/2002	80,00	03/2011	65,00	80,00	Média	Inserção no planejamento original dos novos projetos de P&D da estratégia de incorporação das tecnologias eventualmente desenvolvidas através de uma maior participação de potenciais fornecedores nos projetos onde novos produtos estejam sendo desenvolvidos.

Programa 0392 Pólo Industrial de Manaus

**Órgão
Responsável**

28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Exterior (MDIC)

Objetivo Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo

Público-alvo Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	31/12/2006	10,40	12/2010	11,62	4,00	Alta	-
Taxa de Agregação de Valor Local (percentual)	Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus - SUFRAMA	31/1/2007	2,81	12/2010	2,59	3,00	Alta	-
Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (percentagem)	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	31/12/2006	64,02	12/2010	63,80	64,00	Alta	-
Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus (percentagem)	SUFRAMA	31/12/2006	25,05	12/2010	10,20	18,51	Alta	-

Programa	8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
-----------------	-----------------------------------------------------	--------------------------	---------------------------------

Objetivo *Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional*

Público-alvo *Nação brasileira e a comunidade internacional*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0621 Preparo e Emprego da Força Aérea	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem</i>		
Público-alvo	<i>Nação brasileira</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	-------------------------------------------	------------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como, contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0622 Preparo e Emprego do Poder Naval	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
-----------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------

Objetivo *Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0566 Prestação Jurisdicional Militar **Órgão** 13000 Justiça Militar da União (Justiça Militar)
Responsável

Objetivo Processar e julgar crimes militares definidos em lei

Público-alvo Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas(Marinha, Exército e Aeronáutica)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar (percentagem)	Superior Tribunal Militar	31/12/2002	38,00	01/2011	39,20	40,00	Alta	-

Programa 0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal **Órgão** 12000 Justiça Federal (Justiça Federal)
Responsável

Objetivo Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal (percentagem)	Justiça Federal	31/12/2002	18,00	12/2010	27,00	-	Alta	-

Programa 0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal **Órgão Responsável** 16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Justiça do DFT)

Objetivo Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de solução de processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (%)	Grupo Gestor de 1º e 2º instâncias e Assessoria de Programas e Projetos.	31/12/2006	56,77	12/2010	33,40	60,77	Baixa	O TJDFT em consonância com o seu Planejamento Estratégico estabeleceu metas para aumentar a taxa de solução de processos, como a criação de novas Circunscrições Judiciárias, criação de novas varas comuns e de varas especializadas, para desafogar a carga de trabalho nas varas existentes, bem como aumentar a força de trabalho nos órgãos judiciários e treinamento dos servidores e investiu na conciliação e outras formas de composição de conflitos.

Programa 0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Órgão 11000 Superior Tribunal de Justiça (STJ)
Responsável

Objetivo *Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante, elencada no artigo 105 da Constituição Federal*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processos Julgados (%)	Superior Tribunal de Justiça	31/12/2006	64,00	01/2011	63,14	69,00	Alta	-

Programa 0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal **Órgão** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)
Responsável

Objetivo *Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o habeas corpus e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na Constituição Federal*

Público-alvo *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal (percentagem)</i>	Supremo Tribunal Federal	26/4/2007	96,00	12/2010	127,53	100,00	Alta	-

Programa 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista

Órgão
Responsável

15000 Justiça do Trabalho (Justiça do Trabalho)

Objetivo Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Recorribilidade (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	50,72	04/2011	57,69	55,50	Média	O índice de recorribilidade apurado em 2010 superou as metas estabelecidas para 2011 (55,50%), bem como para o exercício (54,26%). Tal situação demonstra a admissão de uma significativa entrada de recursos interpostos nas diversas instâncias trabalhistas, consoante os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como com as normas do Direito Processual pátrio. As medidas corretivas para o atingimento da meta passam obrigatoriamente por uma ampla reforma da atual legislação trabalhista pelo Congresso Nacional.
Número de Processos por Magistrado (unidade)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	2.290,00	04/2011	2.239,00	2.318,00	Média	A ampliação do número de Varas do Trabalho e o incremento nas itinerâncias no interior do país possibilitarão que se tenha um maior alcance nas ações desenvolvidas no âmbito da Justiça do Trabalho.
Taxa de Solução de Processos (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	47,35	04/2011	54,23	50,43	Alta	O índice de 2010 já suplantou a meta estabelecida para o exercício de 2011.
Tempo Médio de Solução de Processos (dias)	Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	586,00	04/2011	734,00	600,00	Média	A qualificação profissional, o aparelhamento da Justiça do Trabalho, conjuntamente com a consecução do processo eletrônico propiciarão efetiva redução no número de dias necessários à tramitação dos autos por todo o trâmite processual até a sua efetiva entrega ao jurisdicionado.

Programa 1164 Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro

Órgão
Responsável

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo *Cortar o fluxo financeiro que mantém as organizações criminosas*

Público-alvo *Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Bloqueio de Contas no Exterior (%)</i>	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/SNJ	10/8/2007	40,00	-	-	60,00	Baixa	A possibilidade de estimativa do índice dependeria (a) de diligências junto a Autoridades Centrais estrangeiras, por meio de compromisso formal do Ministério da Justiça de não-divulgação dos dados confidenciais (valor bloqueado, nome do correntista e jurisdição onde se localiza a conta), para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro; e (b) medidas junto a Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras e ao COAF, por meio de semelhante compromisso formal do Ministério da Justiça, para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro.
<i>Valor de Ativos Preservados (R\$ mil)</i>	Sistema de Alienação Eletrônica (Leilão.ENCCLA.GOV)	30/4/2007	-	-	-	12.500,00	Baixa	A possibilidade de estimativa do índice dependeria (a) de diligências junto a Autoridades Centrais estrangeiras, por meio de compromisso formal do Ministério da Justiça de não-divulgação dos dados confidenciais (valor bloqueado, nome do correntista e jurisdição onde se localiza a conta), para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro; e (b) medidas junto a Unidades de Inteligência Financeira estrangeiras e ao COAF, por meio de semelhante compromisso formal do Ministério da Justiça, para obtenção de dados completos de contas bloqueadas no estrangeiro.

Programa 0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios
Florestais - Florescer

Órgão 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)
Responsável

Objetivo Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Anual Desmatada da Amazônia Legal (km ²)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	13.100,00	12/2010	6.451,00	7.736,00	Alta	-
Número de Focos de Calor (unidade)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	31/12/2002	85.359,00	12/2010	133.149,00	85.359,00	Média	O índice adotado não é o mais indicado, pois é altamente dependente do clima. O IBAMA/Prevfogo possui informações da probabilidade do evento climático "la niña" para o ano de 2011. Este fenômeno aumenta a probabilidade e quantidade de chuvas e consequentemente aumenta a probabilidade de diminuição dos focos de calor no ano.

Programa 0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

Órgão Responsável

2012 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Objetivo *Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àquelas em situação de violência ou risco, transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz*

Público-alvo *Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Proporção de Denúncias de Violência Física na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	68,00	12/2010	59,10	70,00	Alta	-
<i>Evolução do Número de atendimentos da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	-	12/2010	82,80	5,00	Alta	-
<i>Evolução do Número de Profissionais da Rede Atendimento à Mulher Vítima de Violência Capacitados (porcentagem)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	6,00	12/2010	9,30	17,00	Alta	-
<i>Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (percentual)</i>	Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Pesquisa sobre Perfil Organizacional das DEAMs.	31/12/2005	-4,25	-	-	10,00	Média	Articulação com o Ministério da Justiça para que este retome a divulgação das informações.
<i>Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher (percentual)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	14,00	12/2010	22,90	10,00	Alta	-
<i>Proporção de Denúncias de Violência Psicológica na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	22,70	12/2010	25,40	25,00	Alta	-
<i>Proporção de Denúncias de Violência Sexual na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	2,50	12/2010	2,10	5,00	Alta	-

Programa 1027 Prevenção e Preparação para Desastres

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo *Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos*

Público-alvo *Instituições de Defesa Civil*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres (percentagem)</i>	Órgãos Estaduais de Defesa Civil	20/1/2004	62,00	-	-	-	Muito Baixa	Elaboração de parâmetros de metragem que meça a funcionalidade do órgão de defesa civil municipal (grau de atuação da COMDEC), com inserção na legislação que trata sobre as transferências de recursos para as municipalidades e/ou elaboração de novos indicadores.

Programa 0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade

**Órgão
Responsável**

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)</i>	Departamento de Polícia Federal	1/12/2006	79,00	12/2010	87,00	70,00	Alta	-
<i>Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (percentagem)</i>	Departamento de Polícia Federal	31/12/2006	63,60	12/2010	124,00	80,00	Alta	-

Programa 0086 Previdência Complementar

**Órgão
 Responsável**

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo *Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar fechado visando a formação de poupança estável e a socialização do capital*

Público-alvo *Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)</i>	SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2002	18,00	12/2010	16,35	18,00	Muito Baixa	Existe uma tendência de melhora do indicador para 2011 diante do cenário de ampliação da rentabilidade dos títulos públicos e com o arrefecimento da economia motivado pela elevação dos índices de inflação. Sob o aspecto das políticas direcionadas ao setor, as ações de fomento atuarão para ampliação da cobertura previdenciária com a correspondente elevação dos ativos.

Programa 0083 Previdência Social Básica

Órgão
Responsável

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo *Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios*Público-alvo *Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência (percentual)</i>	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	74,77	12/2010	89,41	77,50	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas.
<i>Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho (percentual)</i>	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	65,00	12/2010	55,32	70,00	Baixa	Aumento do número de servidores para recompor as equipes de Reabilitação Profissional nas Gerências-Executivas e APS onde o serviço é oferecido. Capacitação dos servidores da Reabilitação Profissional: em procedimentos de gestão, para os Representantes e Responsáveis Técnicos; rotinas e processos de trabalho da Reabilitação Profissional, para toda a equipe de Orientação Profissional; investigação de Mercado de Trabalho, para toda a equipe de acompanhamento profissional, para identificar o perfil do mercado de trabalho e propiciar a melhor reinserção do segurado; elaboração de Termo de Referência e Plano de Trabalho, para formalizar processos de licitação para aquisição de cursos profissionalizantes, órteses, próteses e outros. Promover a integração e agilização das áreas de Logística e Procuradoria que atuam nos processos de licitação para aquisição de órtese, prótese, cursos profissionalizantes, implementos e instrumentos de trabalho.
<i>Taxa de Solução de Demandas (percentual)</i>	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	71,57	12/2010	96,16	77,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas.
<i>Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social (percentual)</i>	CRPS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	69,85	12/2010	76,00	85,00	Média	Gestões junto às Unidades demandantes para o envio dos processos às respectivas às Juntas de Recursos.

Programa	0472 Proantar	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
-----------------	---------------	--------------------------	---------------------------------

Objetivo *Efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica*

Público-alvo *Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas

**Órgão
Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas

Público-alvo Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recursos Hídricos, excluída a Bacia Amazônica (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	1,58	12/2010	16,58	16,96	Alta	-
População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos (%)	Agencia Nacional de Aguas	31/12/2006	5,93	12/2010	12,23	14,34	Alta	-

Programa	0647 Produção de Material Bélico	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
Objetivo	<i>Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública</i>		
Público-alvo	<i>Forças armadas brasileiras e polícias militares</i>		

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público

Público-alvo Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual (percentagem)	Casa da Moeda do Brasil	31/12/2002	99,20	-	-	100,00	Alta	-

Programa 1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos, de forma equitativa, integral, humanizada e com qualidade

Público-alvo Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS (1/100.000)</i>	MS/SAS/SIH/SUS	31/12/2002	29,80	12/2008	24,83	-	-	-
<i>Coefficiente de Mortalidade Infantil (1/1.000)</i>	IBGE, SIM e SINASC	31/1/2003	27,00	12/2008	19,38	-	-	-
<i>Coefficiente de Mortalidade Neonatal (1/1.000)</i>	IBGE, SIM e SINASC	31/1/2003	17,00	12/2008	13,27	-	-	-
<i>Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (percentagem)</i>	MS/SAS / SIH-SUS, SIA-SUS	31/12/2005	44,53	12/2009	67,71	75,00	Média	Medidas corretivas necessárias: Os gastos Federais do Programa de Saúde mental no ano de 2010 tiveram aumento real, sendo que a maior parte dos recursos foi aplicada em ações e programas comunitários e extra-hospitalares. Apesar do índice previsto não ter sido alcançado, o percentual de gastos extra-hospitalares passou de 67,71% em 2009 para 70,56% no ano de 2010; valor que representa a consolidação da tendência de ampliação regular e real dos recursos e aumento do investimento nas ações extra-hospitalares, evidenciando uma efetiva reorientação do financiamento, seguindo a mudança do modelo de atenção à saúde mental. Para que a meta de 75% seja atingida no ano de 2011, é necessário que sejam realizados esforços no sentido de investir financeiramente na expansão da rede extra-hospitalar de atenção à saúde mental, álcool e outras drogas

Programa 1143 Promoção da Ética Pública **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo Aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal

Público-alvo Alta administração federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto 1.171/94, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos (percentagem)	Comissão de Ética Pública	-	-	12/2008	50,30	-	Alta	Divulgação permanente da ética na Administração Pública, com maior integração dos órgãos e entidades responsáveis pela integridade do serviço público.

Programa	1413 Promoção da Justiça e da Cidadania	Órgão Responsável	30000	Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	------------------------------------------------	--------------------------	-------	----------------------------

Objetivo *Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia*

Público-alvo *Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Órgão
Responsável

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Objetivo Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores

Público-alvo Instituições de pesquisa; universidades; e empresas nacionais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Artigos Publicados por Pesquisadores Brasileiros em Periódicos Científicos Indexados no ISI (unidade)	Web of Science / ISI Web of Knowledge < http://portal.isiknowledge.com/portal.cgi?DestApp=WOS&Func=Frame&Init=Yes&SID=2ENLFpo@1aFpiK7o61d > acesso em 22/03/2007	31/12/2007	19.436,00	01/2011	26.482,00	39.814,00	Alta	-
Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT (índice numérico)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2007	2,20	01/2011	2,23	2,60	Alta	-
Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (unidade)	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - http://www.rnp.br/conexao/instituicoes.php?cod=602	28/8/2007	306,00	01/2011	625,00	411,00	Alta	-
Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2006	670,00	01/2011	669,00	710,00	Alta	-

Programa 1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

Órgão Responsável

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais

Público-alvo Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Bacia do Itabapoana (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada das Mangabeiras (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada do Araripe (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Grande Fronteira do Mercosul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região de Aguas Emendadas (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Alto Solimões (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Xingó (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (unidade)	IBGE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Ribeira e Guaraqueçaba (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Rio Acre (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessária a redefinição de indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.

Programa 0355 Promoção das Exportações

**Órgão
 Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional

Público-alvo Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras (percentagem)	Departamento de Promoção Comercial - DPR	21/8/2003	85,00	01/2011	90,00	95,00	Alta	-

Programa 1432 Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial

Órgão Responsável

20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Objetivo Reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida

Público-alvo Grupos étnica e racialmente discriminados, com ênfase na população negra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Evolução do Número de Organismos no FIPIR (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	-	12/2010	1,65	44,00	Alta	Índice previsto no ano: 33 Índice atingido: 165
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	85,00	12/2010	100,00	100,00	Alta	Atingido em 100%.
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	7,60	12/2010	10,89	11,60	Alta	Índice previsto no exercício 10,60% Índice atingido no exercício: 10,89%

Programa 0120 Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

**Órgão
Responsável**

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira

Público-alvo Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	-	É necessário a reestruturação deste indicador, pois a mensuração do mesmo é inviável.

Programa 1404 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Órgão Responsável

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade

Público-alvo População idosa brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa (%)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	-	-	-	-	-	-	Deve-se fazer uma análise crítica acerca da eficácia ou não do indicador atual em relação a aferição de avanços da política desta SDH destinada às pessoas idosas. O decreto nº 6.800/2009 legitimou a SDH como Coordenadora da PNI, O foco está na violação dos DH, em todas as formas de discriminação, preconceito e violência. O indicador atual além de medir obtusamente a condução desta política, não logra êxito como aferidor nem mesmo no que diz respeito ao enfrentamento da violência, conforme justificamos. Desta forma, considerando a importância da representação destes indicadores, bem como a necessidade de tratarmos essa política de maneira transversal, sugerimos que o referido indicador seja excluído e sugere-se a substituição pelos indicadores apresentados abaixo em acordo com as ações do PPA: Número de Pessoas Capacitadas acerca da temática do envelhecimento. Número de Pessoas capacitadas como Cuidadores de idosos Numero de Idosos Atendidos nos CIAPVIs

Programa 1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

**Órgão
Responsável**

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país

Público-alvo Pessoas com Deficiência

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Efetividade de Aprendizagem com Deficiência (percentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	1/5/2009	0,25	01/2011	0,58	0,40	Alta	A relação entre contingenciamento no exercício, eventos negativos e que prejudicaram a execução dos trabalhos cabe ao MTE que é o órgão executor desta ação.
Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	44,44	01/2011	100,00	-	Alta	-
Taxa de matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino (percentagem)	INEP-MEC	1/5/2009	54,00	01/2011	68,93	64,00	Alta	Sem comentários.
Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	1/5/2009	5,14	12/2010	5,14	10,00	Baixa	Incrementar a dotação orçamentária e trabalhar ainda mais em articulação com os entes federativos para que leis municipais instituíam os conselhos.

Programa 0797 Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas

**Órgão
 Responsável**

20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

Objetivo *Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a provisão de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos*

Público-alvo *Governo e sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Crescimento dos Acessos aos Sites do IPEA (proxy de avaliação pela sociedade) (percentagem)</i>	IPEA/MP	4/6/2007	1,00	12/2010	1,55	3,00	Alta	-

Programa 0670 Proteção a Pessoas Ameaçadas

Órgão
Responsável

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo *Garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes*

Público-alvo *Testemunhas de crimes, vítimas de violência, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção (percentagem)</i>	GAJOP	31/12/2003	100,00	12/2010	100,00	100,00	Alta	-
<i>Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes (percentual)</i>	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	-	-	12/2010	-0,02	-	Alta	-
<i>Tempo médio de capacitação oferecido aos técnicos dos serviços de proteção. (hora)</i>	SEDH/PR	31/12/2007	228,00	12/2010	447,00	648,00	Alta	-
<i>Tempo médio de permanência das crianças e adolescentes ameaçados nos serviços de proteção (dias/beneficiários)</i>	SEDH	-	-	12/2010	7,00	-	Alta	-
<i>Tempo médio de permanência das testemunhas nos serviços de proteção (dia/beneficiário)</i>	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	12/2010	36,00	0,00	Alta	-
<i>Tempo médio de permanência dos defensores dos direitos humanos nos serviços de proteção (dias/beneficiários)</i>	SEDH	-	-	12/2010	5,00	-	Alta	-

Programa	0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	-----------------------------------------------------------------------------	--------------------------	----------------------------------

Objetivo	<i>Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas</i>
-----------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------

Público-alvo	<i>Sociedades indígenas</i>
---------------------	-----------------------------

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Órgão
Responsável

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo *Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral*

Público-alvo *Povos Indígenas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena (1/100.000)</i>	SIASI DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	104,10	12/2010	14,86	89,50	Baixa	Índice apurado no exercício 14,86. O índice atingido no exercício de 2010 corresponde somente aos dados de 56% (19/34) dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas/Dsei, não refletindo a realidade do indicador. A ausência de informações dos Dsei reflete o período de transição da saúde indígena, com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena-Sesai, em outubro/2010. Espera-se que após a organização da estrutura da Sesai, a área técnica daquela Secretaria empreenderá todos os esforços para o resgate das informações tão necessárias.
<i>Coefficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena (1/1.000)</i>	SIASI / DESAI - SISMAL/ CENEPI /FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	122,43	12/2010	97,70	50,10	Média	Índice apurado no exercício 97,7. Apesar do índice ter sido inferior ao ano anterior, observou-se um aumento no número de casos. De acordo com a área técnica responsável é possível que o aumento se deve às melhorias da coleta de informação e de acesso ao diagnóstico, possibilitando o tratamento precoce na população indígena. Destaca-se que alguns Distritos Sanitários Especiais Indígenas-Dsei, que até 2009 não realizavam buscas ativas, em 2010 adotaram essa atividade em suas programações.
<i>Coefficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano (1/1.000)</i>	SIASI DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	48,00	12/2010	41,90	39,00	Média	Índice apurado no exercício 41,9. Embora a Taxa de Mortalidade Infantil Indígena -TMI ainda seja mais alta que a da população em geral, verifica-se que a série histórica de 2000 a 2009 aponta uma queda significativa, de 74,6 por mil nascidos vivos em 2000, para 41,9 por mil nascidos vivos no ano de 2009, correspondendo a uma redução de 43,8% para o período. Esse resultado se deu graças a um processo de consolidação e priorização desta temática, fortalecida, nos últimos três anos, por meio de: formação de codificadores da CID-10 nos DSEI; utilização das Declarações de Óbitos em consonância com o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); política de investigação de óbitos infantis e da formação de comissões de investigação de óbitos infantis; participação nos comitês de investigação de mortalidade infantil e materna nos respectivos estados; melhorias internas no sistema de informação e ações diretas e indiretas com foco no aprimoramento da vigilância epidemiológica em relação à temática da mortalidade infantil e das ações de atenção à saúde voltada à redução desse indicador. Entretanto, ainda se configura em um importante problema de saúde pública a ser enfrentado, que deve ser buscado, incessantemente, pela SESAI, objetivando manter a taxa em queda, com foi realizado pela Funasa.

Programa 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

**Órgão
 Responsável**

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo *Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral*

Público-alvo *Povos Indígenas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Terras Indígenas Regularizadas (unidade)</i>	Funai	1/7/2007	420,00	12/2010	432,00	542,00	Média	O Indicador para avaliação de resultado compreende a fórmula de cálculo dada pelo Somatório do número de terras com os procedimentos da demarcação administrativa concluído. Com referencia a este indicador no ano de 2010 houve um evolução de apenas 4 terras com a regularização administrativa concluída, ou seja, a conclusão do processo com o registro no cartório e patrimônio da união. Assim, o indicador chegou ao final de 2010 com 432 terras indígenas com a regularização concluída. Este índice ficou bem abaixo do previsto, sendo que uns dos principais fatores para ocorrência desta situação esta nas decisões contrários de terceiros ao processo de regularização das terras indígenas, seja na instancia administrativa, seja na jurídica.
<i>Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena (percentual)</i>	Funai	1/7/2007	27,20	12/2010	22,92	10,90	Média	O índice apurado levou em conta as terras indígenas conhecidas na elaboração do PPA 2008/2011, tendo em vista que esta situação não é estática, pois todos os anos há o reconhecimento de novas áreas. Sendo assim, o índice no ano de 2010 evoluiu apenas para 22,92%, bem aquém do previsto. Os fatores para o baixo índice estão nas dificuldades impostas pelos moradores não indígenas que buscam de todas as formas protelar a saída da terra indígena, seja na esfera administrativa impedindo a entrada dos técnicos da Funai na execução das vistorias de campo ou na adoção de medidas judiciais que pela morosidade processual da justiça atrasa os procedimentos de retirada. Outro fator esta na insuficiência de recursos, principalmente na parte relativa ao contingenciamento do orçamento e ainda a carência de servidores no quadro da Funai que atuam na área fundiária. A resolução destas questões poderá levar a melhoria desse índice.

Programa 1384 Proteção Social Básica

Órgão
Responsável55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(MDS)

Objetivo Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

Público-alvo Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos de pertencimento social decorrente de discriminação etária, étnica, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, entre outros

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Razão entre o Número de Serviços Ofertados pela Proteção Social Básica e o Número de Benefícios Pagos (unidade)	SNAS	31/12/2006	0,28	12/2010	0,54	-	Alta	-
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para a Pessoa com Deficiência (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	6,76	12/2010	9,39	6,14	Média	A Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada 3 BPC da Assistência Social para Pessoa Idosa apresentou queda nos últimos cinco anos. Em 2006, o crescimento registrado foi de 9,98%, em 2009 foi de 8,25% e 2010 atingiu 5,32%. A diminuição do crescimento pode ser explicada em parte pela melhoria da economia brasileira no período recente, bem como na melhoria do processo de concessão e da fiscalização. A despeito disso, pode-se inferir que o percentual previsto para o final do PPA, que é de 6,77%, provavelmente estará próximo da meta.
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	11,10	12/2010	5,32	6,77	Alta	-
Taxa de Cobertura de CRAS para Famílias com Renda Familiar Per Capita de até 1/2 Salário Mínimo Co-Financiados com Recursos Federais (%)	Matriz de Informações Sociais	31/12/2006	48,00	12/2010	92,80	100,00	Média	O alcance da meta prevista para o final do PPA (100%) depende de disponibilidade orçamentária para a realização de expansão do número de CRAS.

Programa 1385 Proteção Social Especial **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Objetivo *Aumentar o alcance da Seguridade Social brasileira não contributiva, a partir da concretização de atenções sócio-assistenciais de proteção social especial, de modo a promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que não tiveram seus direitos concretizados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiares e comunitários*

Público-alvo *Indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com direitos violados, vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos e situações de contingência*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegradas às suas Famílias (%)</i>	MDS/SISCOM, MDS/SUASWEB, Censos Locais e Pesquisa Nacional Realizada pelo IPEA/2004: "O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil"	1/7/2007	-	-	-	100,00	Baixa	Indicador em construção.
<i>Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade; Piso de Alta Complexidade I; e Piso de Alta Complexidade II (%)</i>	MDS/REDESUAS	1/7/2007	38,80	12/2010	32,08	70,00	Média	No que diz respeito aos serviços da proteção social especial de alta complexidade, destaca-se a necessidade de expansão da taxa de cobertura do Piso de Alta Complexidade, sendo inclusive, que o país já dispõe de pesquisas que apontam a necessidade de ampliação desta rede e dos recursos do cofinanciamento federal. Em relação ao PTMC, ressalte-se que, para se praticar a ampliação da cobertura é necessário desencadear o processo de transição do PTMC, série histórica de cofinanciamento de serviços especializados de proteção social especial de média complexidade.
<i>Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes (%)</i>	Matriz de Informação Social/MDS; IBGE	1/7/2007	0,00	12/2010	98,17	100,00	Alta	-
<i>Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial (%)</i>	MDS/SUASWEB, MDS/SISCON e informação gerencial	1/6/2007	-	-	-	100,00	Baixa	Indicador encontra-se em construção. Esse índice não foi apurado devido à falta de dados que permitam tal apuração. Alguns dos dados necessários à apuração desse indicador serão obtidos pelo Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento.

Programa 1157 Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

**Órgão
Responsável**

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo Garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

Público-alvo Usuários de serviços de telecomunicações

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Densidade de Acesso em Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2006	20,70	01/2011	21,76	19,16	Alta	-
Densidade de Acesso em Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2006	55,70	01/2011	104,68	86,02	Alta	-
Densidade de Acessos em Banda Larga (%)	ANATEL	31/12/2006	3,20	01/2011	8,11	6,35	Alta	-
Solicitações de Reparo na Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/1/2007	1,50	01/2011	1,93	1,50	Média	-
Taxa de Reclamações de Usuários de Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/1/2007	1,00	01/2011	0,34	1,00	Alta	-
Taxa de Reclamações de Usuários de TV por Assinatura (%)	ANATEL	31/1/2007	2,00	01/2011	0,72	2,00	Alta	-
Taxa de Solicitações Atendidas no Prazo (%)	ANATEL	31/1/2007	82,00	01/2011	85,39	82,00	Alta	-

Programa 1346 Qualidade Ambiental

Órgão
Responsável

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	31/12/2003	4.000,00	05/2010	46,90	100,00	Alta	-
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	30/4/2007	874,40	05/2010	1.415,50	1.167,70	Alta	-
Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (unidade)	IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, MME e MT	30/6/2004	440,00	01/2011	58,00	10,00	Muito Baixa	Aumento do quadro do pessoal técnico. Durante o exercício de 2011 será dada prioridade a regularização dos empreendimentos em funcionamento sem licença.
Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (unidade)		3/1/2006	461,00	01/2011	773,00	250,00	Alta	Embora não se contando com os dados da Região Metropolitana de Porto Alegre, verifica-se que o número de ultrapassagens para o material particulado PM10 retornou aos níveis de 2008. Pelo histórico do índice, pode-se atribuir tal melhoria aos dados fornecidos pelo INEA para as estações de monitoramento localizadas na Baixada Fluminense próximas a polos industriais, notadamente de Campos Elísios, Cidade dos Meninos, Jardim Primavera e São Bento. Todavia, a identificação do fator que determinou a mesma demandaria estudos secundários, vez que poderiam estar contemplados vários fatores como, por exemplo, o incremento de equipamentos de combate a poluição atmosférica ou melhora de sua eficácia, o incremento das ações de fiscalização, a desaceleração econômica das atividades ali presentes ou até mesmo a fenômenos climáticos ligados a dispersão.

Programa 0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Órgão
Responsável

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo *Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores*

Público-alvo *Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas (percentagem)</i>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	31/12/2006	83,00	12/2010	83,00	94,00	Média	Realizar ações de acompanhamento nas empresas para avaliar a necessidade de adequação dos registros do produto, pois não há necessidade agrônômica que os produtos mantenham as garantias apresentadas por ocasião dos registros concedidos. Há alguns anos e que por alterações das composições químicas das rochas exploradas, matéria prima dos produtos, podem ter se modificado, ensejando a necessidade das empresas adequarem seus registros.
<i>Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas (percentagem)</i>	CFA/DDIV/SDA	1/1/2004	85,00	12/2010	96,00	95,00	Alta	Não há necessidade para este PPA.
<i>Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais (percentagem)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2006	84,00	12/2010	89,00	95,00	Alta	Foi estabelecida estratégia diferente de fiscalização, priorizando as empresas com menor índice de conformidade e com permanência por mais tempo das Fiscais nas mesmas, visando identificar os pontos críticos onde existem maiores chances de ocorrerem as não conformidades. Também está sendo elaborada legislação que implante o Programa de Boas Práticas de Fabricação, visando eliminar das Empresas os procedimentos inadequados na fabricação de fertilizantes. Trata-se de uma melhoria de processos operacionais das Empresas.
<i>Taxa de Conformidade de Inoculantes (percentagem)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	61,00	12/2010	98,00	90,00	Alta	Não necessidade para este PPA.

Programa 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços

Público-alvo Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) (hora)	ANEEL	31/12/2002	18,07	03/2011	18,40	18,25	Média	A implementação dos Programas de Universalização das concessionárias implica expansão das redes de distribuição, produzindo uma tendência de crescimento dos índices DEC e FEC. Nessas condições, torna-se gradualmente mais difícil manter a qualidade do serviço. Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia de algumas regiões.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Centro-Oeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,74	03/2011	16,63	22,94	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Nordeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	24,21	03/2011	20,70	26,18	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Norte) (hora)	ANEEL	31/12/2002	37,33	03/2011	76,80	38,35	Muito Baixa	Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia da Região Norte.
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sudeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	12,51	03/2011	11,43	11,40	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sul) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,69	03/2011	14,49	17,24	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção Por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	14,84	03/2011	11,35	15,13	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Centro-Oeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	22,44	03/2011	15,64	22,18	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Nordeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,69	03/2011	11,25	19,94	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Norte) (unidade)	MME	31/12/2002	41,71	03/2011	49,07	37,83	Baixa	Entende-se que são necessários investimentos nos sistemas de distribuição de energia da Região Norte.
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sudeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	8,82	03/2011	6,60	9,18	Alta	-

Programa 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços

Público-alvo Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sul) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,71	03/2011	10,52	14,91	Alta	-
Índice de Satisfação do Consumidor (unidade)	Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade - SRC/Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	31/1/2005	58,88	11/2010	64,41	-	Média	Estima-se que o índice de 64,41 alcançado em 2010 possa ser obtido novamente em 2011.
Outorga de Geração (mw)	ANEEL	31/12/2007	6.596,24	12/2010	15.950,17	5.947,40	Alta	-
Outorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica (km)	ANEEL	31/12/2003	2.216,00	12/2010	2.388,00	0,00	Alta	A outorga de linhas de transmissão será feita em conformidade com o planejamento da expansão dos sistemas de transmissão, a ser definido pelo MME.

Programa 0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados,
Gás Natural e Biocombustíveis **Órgão** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)
Responsável

Objetivo Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

Público-alvo Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agentes da indústria de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras (km ²)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	304.502,00	12/2010	339.000,00	-	Alta	-
Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento (percentagem %)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/7/2003	94,00	12/2010	97,70	0,00	Alta	-
Reservas de Gás Natural (milhão de m ³)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/12/2006	347.903,01	02/2011	423.030,00	-	Alta	-
Reservas de Petróleo (Milhão de barris)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	12.181,62	02/2011	14.250,00	-	Alta	-
Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel (percentagem)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	-	-	12/2010	97,00	-	Alta	-

Programa 1463 Qualidade dos Serviços de Transporte

Órgão Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infra-estrutura e na prestação de serviços de transportes

Público-alvo Usuários de transporte de carga e de passageiros

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga (%)	Antaq/MT	-	-	-	-	-	-	Índice não apurado ou não divulgado pelo organismo responsável (fonte)
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga (%)	ANTT/MT	-	-	-	-	-	-	Índice não apurado ou não divulgado pelo organismo responsável (fonte)
Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros (%)	ANTT/MT	-	-	12/2010	87,80	-	Média	Há a necessidade de ampliação da amostragem. Pelo índice apresentado, dado as características do transporte coletivo de passageiros, muito sensível ao tratamento oferecido pelo sistema, pode-se considerar que a prestação dos serviços estão satisfatórios para os níveis desejados. O item segurança parece ser ainda o ponto mais crítico a ser tratado, principalmente no que se refere as condições dos veículo e comportamento dos condutores e suas jornadas de trabalho.
Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte (%)	ANTT/MT e Antaq/MT	-	-	12/2010	96,18	-	Alta	Há necessidade de estabelecer uma metodologia mais precisa que incorpore modais distintos no mesmo índice, como o transporte rodoviário ferroviário e aquaviário. O Índice de 96,16% representa a média do transportes de passageiros (93,51%) e de cargas (98,84%). As características de fiscalização entre eles são distintas, a começar pela frequência A empresa de transporte de passageiro é fiscalizada esporadicamente (por diligências ou denúncias) a de carga é sistematicamente fiscalizada em pontos físicos.

Programa 0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários

Órgão
Responsável

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

Público-alvo Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Pesquisa de Satisfação do Usuário (nota média 1/10)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	7,57	02/2011	9,00	9,00	Alta	-
TMC - Tempo Médio de Concessão (dia)	INSS/MPS	30/4/2007	32,00	01/2011	25,00	15,00	Média	Investimento em desenvolvimento de novos sistemas e na depuração das informações cadastrais, de vínculos e remunerações, que permitam o reconhecimento automático do direito e a resolubilidade imediata do requerimento.
TME - Tempo Médio de Espera (minuto)	SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento	30/4/2007	50,00	01/2011	35,23	10,00	Muito Baixa	Investimento em desenvolvimento de novos sistemas e na depuração das informações cadastrais, de vínculos e remunerações, que permitam o reconhecimento automático do direito e a resolubilidade imediata do requerimento.
TMEA - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (dias)	SIAE	31/1/2009	37,00	02/2010	15,00	28,00	Alta	-

Programa 0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H

**Órgão
 Responsável**

56000 Ministério das Cidades (MCidades)

Objetivo Elevar os patamares da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda

Público-alvo População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)	Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSQs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto	1/5/2007	84,00	12/2010	81,34	88,00	Alta	-
Taxa de Empresas Avaliadas no SiAC (porcentagem (%))	Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE	1/12/2006	3,40	09/2010	8,77	7,30	Alta	-

Programa 1448 Qualidade na Escola

Órgão
Responsável

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Expandir e melhorar a qualidade da educação básica

Público-alvo Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	0,85	-	-	0,93	Muito Baixa	Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 0,81. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (0,93) não seja alcançado. Houve uma estabilização na evolução desse indicador, em relação ao dado anterior. O MEC se manteve empenhado em promover a evolução do indicador, por meio de ações de melhoria da qualidade e fluxo na Educação Básica, especialmente por meio da disponibilização de tecnologias de correção de fluxo selecionadas e disponibilizadas aos estados e municípios, por meio do Guia de Tecnologias.
Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	4,43	-	-	5,40	Muito Baixa	Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 4,1. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (5,4) não seja alcançado. Nota-se que o índice se manteve praticamente estável em relação aos dados dos dois anos anteriores, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação de um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação básica.
Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	8,30	-	-	9,10	Alta	Os últimos dados disponíveis até o momento são referentes a 2009 e informam um índice de 9,1. Dessa forma, o índice previsto para o final do PPA (9,1) foi alcançado já no ano de 2009. Nota-se uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, além de um considerável avanço em relação ao índice de referência.
Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	42,90	10/2010	50,80	70,00	Muito Baixa	Os dados referentes a 2010 informam o alcance de um índice de 50,8. Embora tenha havido uma sensível evolução em relação aos dados coletados nos dois anos anteriores, além de uma considerável evolução em relação ao índice de referência, é muito improvável que o índice previsto para o final do PPA (70,0) seja alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores nesse nível de educação, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil 3 UAB e o Proinfantil, além do Programa de Especialização em Educação Infantil, ofertado no âmbito da Rede Nacional de Formação de Professores.
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	29/3/2006	71,80	10/2010	0,74	85,80	Muito Baixa	Os dados referentes a 2010 informam o alcance de um índice de 74,0. Embora se haja uma sensível evolução em relação ao último dado coletado, além de uma evolução em relação ao índice de referência, é muito provável que o índice previsto para o final do PPA, de 85,8 não seja alcançado. O MEC está empenhado em oferecer um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Programa 1448 Qualidade na Escola

Órgão
Responsável

26000 Ministério da Educação (MEC)

Objetivo Expandir e melhorar a qualidade da educação básica

Público-alvo Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ? INEP / MEC.	31/12/2006	95,40	10/2010	91,60	100,00	Muito Baixa	Os dados referentes a 2010 informam o alcance de um índice de 91,6. É muito provável que o índice previsto para o final do PPA (100,0) não seja alcançado. Nota-se que o índice se manteve praticamente estável em relação aos últimos dados coletados, com tendência a um sensível recuo, tendência essa que o MEC está se empenhando em reverter por meio da implementação de um conjunto articulado de políticas voltadas para a melhoria da formação dos professores, entre as quais se destaca a Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Programa 0101 Qualificação Social e Profissional

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo *Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional*

Público-alvo *Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (hora)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	191,52	02/2011	199,59	230,00	Muito Baixa	Em que pese o índice previsto para o final de 2011 ser de 200 horas, o alcance de 199,59 horas é avaliado como excelente, tendo em vista que a Resolução nº 575 CODEFAT, de 2008, que baliza o programa de qualificação, prevê uma carga horária média de 200 horas. Isso quer dizer que a duração dos cursos de qualificação tem uma carga horária superior as utilizadas por instituições privadas de qualificação profissional em todo o Brasil. A carga horária de 199,59 significa que os conteúdos teóricos e aulas práticas foram ministrados em tempo suficiente para se manter a qualidade pedagógica, tendo sido abordado nos cursos conteúdos básicos e específicos das ocupações pretendidas. A possibilidade de alcance do índice previsto para 2011 é muito baixa em decorrência de não ter previsão de aumento de carga horária dos cursos em resolução do CODEFAT. A carga horária média atual é de 200 horas, e por ser suficiente para manutenção de qualidade pedagógica dos cursos, não há previsão de aumento.
<i>Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade (número índice)</i>	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	89,20	02/2011	69,52	95,00	Média	Historicamente há uma dificuldade das políticas públicas de qualificação em alcançar as pessoas de mais baixa escolaridade, isso porque a integração do Sistema Público de Emprego prevê que seja priorizado na qualificação o público cadastrado nos postos de Intermediação de Mão-de-Obra, no âmbito do SINE (Sistema Nacional de Emprego), e o percentual é muito baixo. O público do programa de qualificação que é de baixa escolaridade chega a um percentual de 69,52%, bem abaixo do índice previsto para 2010 que era de 96,00%.
<i>Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	213,17	02/2011	233,28	216,00	Alta	Para o cálculo deste indicador é realizada uma comparação com o mesmo grupo de população constante da População Economicamente Ativa - PEA. O resultado alcançado em 2010 infere que o Programa de Qualificação superou em mais de 100% o percentual desta população na PEA (medida pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar - PNAD). O aumento desse percentual deve seguir o mesmo aumento que segue a PEA, assim, a necessidade de nova revisão na PLOA 2012 ou em momento oportuno.
<i>Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres (número índice)</i>	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	135,28	02/2011	146,04	136,80	Alta	-

Programa 0101 Qualificação Social e Profissional

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional

Público-alvo Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	123,74	02/2011	121,30	127,00	Alta	-
Taxa de Eficácia das Qualificações (%)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depto. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE	31/12/2005	94,00	02/2011	91,66	95,00	Alta	-
Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho (porcentagem)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2007	114,79	02/2011	96,61	99,50	Alta	-
Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social (percentual)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	70,00	02/2011	72,45	85,00	Alta	-
Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR (porcentagem)	DEQ/SPPE	31/12/2006	6,00	02/2011	1,66	20,00	Muito Baixa	O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Assim, como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE aumentou de 2009 para 2010 e o orçamento da qualificação manteve-se, o índice apurado para este indicador diminuiu. E como a LOA 2011 já foi aprovada com um valor próximo ao vigente em 2010, não há porque estimar um atendimento maior do que o alcançado em 2010 no que diz respeito à meta física.

Programa 1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)

Objetivo Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica

Público-alvo População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (percentagem)	Ministério das Cidades	31/12/2003	11,00	-	-	0,00	Muito Baixa	O indicador não possui ferramenta adequada de aferição nas três esferas federais, salvo algumas pesquisas da Fundação João Pinheiro e IBGE. No entanto, essas aferições não são feitas todos os anos, originando lapsos temporais. O indicador será mantido e analisado no PPA 2012-2015, no entanto, é necessário a destinação de recursos para elaboração de metodologia de cálculo de imóveis vazios a partir de setores censitários, visando a construção de uma plataforma on line cuja alimentação poderá ser feita pelos municípios.
Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram à política de Reabilitação de Centros (%)	Ministério das Cidades	31/12/2006	6,26	12/2010	28,50	62,63	Baixa	Revisão do universo de atuação do programa de forma a incorporar municípios que tenham necessidade de políticas de reabilitação, mas que não fazem parte de regiões metropolitanas ou RIDE's. Também é importante ampliar as ações de capacitação, buscando maior alcance no atendimento a municípios e melhor difusão da política em nível local.

Programa	0632 Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	Órgão	52000	Ministério da Defesa (MD)
		Responsável		

Objetivo *Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional: "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0626 Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	--------------------------------------------------------------	--------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Reaparelhar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0628 Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	----------------------------------------------------------------	--------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro*

Público-alvo *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional

Órgão Responsável

25000 Ministério da Fazenda (MF)

Objetivo Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal

Público-alvo União e contribuintes

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	4.898.747.921,20	02/2011	10.791,59	10.500.901.226,00	Alta	-
Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	1.926.000.000,00	02/2011	5.429,00	3.376.568.002,70	Alta	-
Perdas de Recursos da União Evitadas (R\$)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	31/12/2003	163.065.047,48	02/2011	567.575.263.751,9.	252.393.786,92	Alta	-

Programa	0474 Recursos do Mar	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	----------------------	------------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando divisas para o País*

Público-alvo *Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis

**Órgão
 Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação

Público-alvo Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aqüicultores e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade (percentual alcançado)	IBAMA, IBGE, IPEA	15/8/2003	2,00	-	-	0,50	Baixa	A atual indicador revelou deficiências tanto na disponibilidade de dados para sua mensuração como pela sua confiabilidade em refletir o principal resultado esperado do programa. Deverá ser elaborado e adotado um novo indicador que atenda aos critérios de mensurabilidade e factibilidade, de forma a refletir a condição de sustentabilidade de exploração dos estoques.

Programa 0102 Rede de Proteção ao Trabalho

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo *Garantir o cumprimento das normas legais e convencionadas de proteção ao trabalho*

Público-alvo *População Economicamente Ativa - PEA*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados (percentagem)</i>	SFIT/SIT/MTE	31/12/2006	86,46	01/2011	77,66	82,75	Média	Alterar o índice para algo em torno de 80%.

Programa 0288 Refino de Petróleo

**Órgão
 Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Ampliar e modernizar o parque de refino, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional

Público-alvo Consumidores de derivados do petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,62	01/2011	1,80	-	Alta	-
Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,26	01/2011	1,47	-	Alta	-
Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,83	01/2011	1,99	-	Alta	-

Programa	1083 Reforma do Judiciário	Órgão Responsável	30000 Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	----------------------------	--------------------------	----------------------------------

Objetivo	<i>Modernizar e promover a transparência das Instituições do Sistema de Justiça e democratizar o acesso à Justiça, com a implementação de políticas públicas e efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos</i>
-----------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Público-alvo	<i>Instituições, Operadores do Direito e Sociedade Civil</i>
---------------------	--------------------------------------------------------------

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Órgão Responsável 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

Objetivo Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Público-alvo Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência (percentagem)	Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	12/1/2003	4,50	12/2010	2,50	2,40	Alta	-

Programa 1185 Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

Órgão Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo *Contribuir, através do exercício da sua função de regulação para uma Política de Qualificação da qual resulte a construção de um setor de saúde suplementar, cujo principal interesse seja a produção da saúde. Um setor com operadoras sólidas e auto-suficientes, que seja centrado no beneficiário; que realize ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; que observe os princípios de qualidade, integralidade e resolutividade; que tenha uma concepção incluyente de todos os profissionais de saúde; que respeite o controle social e que esteja adequadamente articulado com o Sistema Único de Saúde*

Público-alvo *Beneficiários de planos de saúde, operadoras de planos de saúde, prestadores de serviços de saúde e Gestores Públicos de Saúde*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Desempenho de Saúde Suplementar - setor médico-hospitalar (%)</i>	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPIN/GGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	30/9/2006	55,10	01/2011	60,50	65,00	Alta	-
<i>Taxa de Desempenho Institucional (%)</i>	Setor responsável pelo cálculo: GGACI/DIGES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	31/12/2006	60,00	01/2011	73,00	70,00	Alta	-
<i>Taxa de Beneficiários em Operadoras Avaliadas pelo Programa de Qualificação em seu "Componente Operadoras" (%)</i>	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPIN/GGSIS/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP.	31/12/2006	80,00	01/2011	93,88	90,00	Alta	-
<i>Taxa de Efetividade na Fiscalização (%)</i>	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	31/12/2006	8,00	01/2011	100,00	85,00	Alta	-
<i>Taxa de Otimização do Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (%)</i>	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	30/6/2007	24,90	01/2011	100,00	100,00	Alta	-

Programa 1264 Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular

**Órgão
 Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Objetivo Representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e informar o Governo brasileiro sobre a evolução político-econômica internacional, bem como prestar atendimento consular ao público e assistência a cidadãos brasileiros no exterior

Público-alvo Governo brasileiro, sociedade brasileira, comunidade internacional, cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros (percentagem)	MRE	21/8/2003	9.496,00	01/2011	75,00	100,00	Alta	-
Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais (%)	MRE	21/8/2003	96,56	01/2011	100,00	100,00	Alta	-

Programa 1401 Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial às violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contraídas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos

Público-alvo Vítimas de violação, autores de denúncias e pessoas que se dispõem a colaborar com o sistema de segurança pública e justiça, especialmente em casos nos quais há um desincentivo à busca dos mecanismos institucionais disponíveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Estados com Ouvidorias de Polícia Implantadas (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	14,00	12/2010	16,00	27,00	Média	Articulação com os Governos Estaduais, buscando o comprometimento das autoridades para a implantação do Programa.
Número de Estados que Aderiram ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	11,00	12/2010	19,00	27,00	Média	Articulação com os Governos Estaduais e com a Sociedade Civil, buscando o comprometimento das autoridades na prevenção da tortura.

Programa 8007 Resíduos Sólidos Urbanos **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores

Público-alvo População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (percentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	1/7/2000	91,10	12/2008	100,00	94,02	Alta	Sem comentários.
Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos (percentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	7/1/2000	29,00	-	-	47,00	Média	Conforme já enunciado no ano anterior a fonte indicada para apuração do índice (PNAD) não é adequada para o que se deseja obter. O índice de 2000 está baseado na Pesquisa Nacional em Saneamento Básico - PNSB/2000, na qual se considera aterro controlado como disposição adequada, o que não procede. Os municípios com destinação adequada seriam de 13% e não 29%. Por outro lado, a PNSB é realizada em datas que não coincidem com os períodos necessários. Dessa forma sugere-se a alteração do indicador para TAXA DE DESTINO FINAL ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, tendo como fonte o SNIS ou os OEMAS (Órgãos licenciadores nos estados) e como fórmula de cálculo a especificação da massa de resíduos sólidos urbanos destinada de forma adequada a empreendimentos regularmente licenciados.

Programa 1029 Resposta aos Desastres e Reconstrução

Órgão Responsável 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

Objetivo Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal

Público-alvo Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Resposta aos Desabrigados e Desalojados nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública (percentagem)	SEDEC/MI e Órgãos Estaduais de Defesa Civil	1/1/2004	40,00	-	-	-	-	Estudos estão sendo realizados para a formulação de novo indicador(es) que retratam a realidade do programa.

Programa 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Órgão Responsável

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.

Público-alvo Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	235,00	-	-	-	Alta	Este índice quando apurados, reflete uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	52,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	73,00	-	-	50,00	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	59,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	23,00	-	-	-	Alta	-
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	21,00	-	-	13,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	13,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (fz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Alta	-

Programa 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Órgão Responsável 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Revitalizar as bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.

Público-alvo Usuários dos recursos hídricos das bacias hidrográficas nacionais.

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)</i>	MMA e ANA	31/12/2002	15,00	-	-	10,00	Alta	-
<i>Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)</i>	ANA e MMA	31/12/2002	3,00	-	-	1,00	Alta	Ressalta-se a imprecisão deste indicador para aferir os resultados deste Programa, em função da complexidade das ações realizadas diretamente pelo Programa.
<i>Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água (percentagem)</i>	Codevas/Ministério da Integração Nacional	-	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1287 Saneamento Rural

Órgão
Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais

Público-alvo População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas (percentagem)	MS/FUNASA - SISABI	18/7/2005	26,00	03/2011	64,38	-	Média	As ações de saneamento em áreas indígenas realizadas pela Funasa são executadas pelas Coordenações Regionais, que elaboram os projetos, licitam as obras, operam e mantêm os sistemas. As dificuldades maiores referem-se à disponibilidade de recursos humanos de infraestrutura. Portanto, dentre as medidas corretivas necessárias estão: aumentar o corpo técnico da Funasa, disponibilizar recursos para manutenção dos sistemas, acelerar a elaboração de projetos, acelerar procedimentos licitatórios, aumentar infraestrutura logística para acompanhamento das obras.
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	16,00	03/2011	32,80	-	Média	Uma das medidas que poderia ser adotada para melhorar os índices seria apoiar os municípios/governos estaduais na elaboração dos projetos, uma vez que esse problema tem sido um dos maiores entraves para execução das ações. Outra medida importante para o alcance da meta programada seria o aumento de recursos para atender o número de domicílios programados.
Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais (%)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	22,70	03/2011	26,00	-	Baixa	Uma das medidas que poderia ser adotada para melhorar os índices seria apoiar os municípios/governos estaduais na elaboração dos projetos, uma vez que esse problema tem sido um dos maiores entraves para execução das ações. Outra medida importante para o alcance da meta programada seria o aumento de recursos para atender o número de domicílios programados.

Programa 0639 Segurança da Navegação Aquaviária

Órgão Responsável 52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira

Público-alvo Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coeficiente de Acidentes Náuticos (1/1.000)	Diretoria de Portos e Costas	31/12/2002	1,60	12/2010	1,30	1,60	Alta	-

Programa 0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária

Órgão
Responsável

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos

Público-alvo Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/8/2007	1.600,00	12/2010	1.530,00	2.700,00	Alta	-
Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação (km ²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	1.350.461,71	12/2010	4.944.883,46	8.419.530,00	Baixa	Os estados das regiões Norte e Nordeste devem avançar em relação a pessoal e vigilância da enfermidade, para alcançar o status de livre de febre aftosa com vacinação.
Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação (km ²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	95.346,18	12/2010	95.346,00	95.346,00	Alta	-
Área Livre de Sigatoka Negra (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/6/2009	2.426,00	12/2010	2.494,00	2.426,00	Baixa	Sensibilização de Unidades da Federação para adesão ao programa de áreas livres de saigatoka negra.
Incidência da Praga <i>Cydia Pomonella</i> (município)	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	3,00	12/2010	2,00	1,00	Média	Intensificação das medidas de erradicação previstas na IN MAPA nº 48/2007. Esperava-se que a doença estivesse erradicada em Santa Catarina, porém o doença foi novamente constatada nesta área.
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	8/1/2004	-	12/2010	129,00	2.500,00	Alta	-
Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2001	-	12/2010	0,00	0,00	Alta	-
Numero de Ocorrências de Raiva Bovina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	2.454,00	12/2010	1.327,00	1.800,00	Média	Incremento do quadro de pessoal nos órgãos estaduais e nas superintendências do MAPA.
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2002	90,00	12/2009	94,00	95,00	Alta	-
Taxa de Incidência da Doença Cancro Cítrico (porcentagem %)	Secretaria de Defesa Agropecuária	1/7/2007	0,30	12/2010	0,20	0,20	Alta	-

Programa 0623 Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

**Órgão
 Responsável**

52000 Ministério da Defesa (MD)

Objetivo *Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil*

Público-alvo *Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Espaço Aéreo Monitorado (porcentagem)</i>	DEPV/CISCEA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	95,00	12/2010	89,00	95,00	Alta	-
<i>Índice de Acidentes Aeronáuticos (porcentagem)</i>	CENIPA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	30/12/2007	0,80	12/2010	0,70	0,90	Alta	-

Programa 0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

Órgão Responsável

56000 Ministério das Cidades (MCidades)

Objetivo Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	6,30	12/2008	6,70	6,30	Média	Não contingenciamento do Funset e adequação da equipe técnica à atribuições do órgão
Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	91,10	12/2009	67,20	91,10	Média	Em razão das alterações de metodologia de apuração dos dados, o Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos foi alterado de 91,1 para 75 (exercício de 2011). Considerando a drástica redução na dotação orçamentária para o denatran em 2011, o alcance da meta prevista pode ficar prejudicado.

Programa 0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Órgão
Responsável

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
(MAPA)

Objetivo Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores

Público-alvo Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal (número índice)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOV/DIPOA	12/1/2005	0,74	12/2010	0,75	0,85	Alta	Ajustes na Programação de execução física.
Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (índice numérico)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA	1/7/2007	-	12/2010	0,47	0,70	Média	1. Aumentar a capacidade operacional da rede laboratorial como a ampliação de análises realizadas pela rede credenciada, aquisição de equipamentos modernos; 2. Implantação de Metodologias com respostas analíticas mais rápidas e em maior volume; 3. Renovação do Termo de Cooperação Técnica com o CNPq para fortalecimento e apoio à Pesquisa, 4. Desenvolvimento e Validação de Métodos Analíticos por meio de concessão de Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq. 5. Homologação do módulo SAC/SIPE/SISLAB, Serviço de Auditoria e Credenciamento/Sistema Informatizado de Gestão Laboratorial e do Sistema de Informações Gerenciais para Laboratórios de Resíduos e Contaminantes em Alimentos; 6. Sistema Informatizado de Gestão Laboratorial (SIGLA/SISLAB), 7. Acreditação pelo INMETRO dos Lanagros SP, MG e RS na ABNT NBR ISO/IEC 17025
Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APCC) (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	250,00	12/2010	229,00	300,00	Alta	Ajustes na Programação de Execução Física em 2011.
Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário (unidade)	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	3.800,00	12/2010	6.490,00	3.800,00	Alta	Para o próximo PPA- reavaliar o Indicador

Programa 1184 Segurança e Saúde no Trabalho

**Órgão
Responsável**

38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Objetivo *Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho*

Público-alvo *Trabalhadores formais e informais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coeficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho (1/1.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	15,63	12/2010	13,44	13,40	Alta	-
<i>Coeficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho (1/10.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	12,00	12/2010	61,89	52,00	Baixa	É baixa a probabilidade de se alterar de forma tão significativa o coeficiente de doenças em um período de um ano.
<i>Coeficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho (1/100.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	10,75	12/2010	8,57	9,10	Alta	-
<i>Coeficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde (1/1.000)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	770,00	12/2010	624,09	750,00	Baixa	Recomposição do quadro de auditores fiscais do trabalho.
<i>Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO (unidade)</i>	Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO	1/12/2006	15,00	12/2010	31,00	35,00	Baixa	Suspensão das restrições orçamentárias.
<i>Taxa de Acidentes Fatais Investigados (percentagem)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	22,45	12/2010	30,01	30,00	Alta	-

Programa 0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais

**Órgão
Responsável**

30000 Ministério da Justiça (MJ)

Objetivo Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito

Público-alvo Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Sensação de Segurança (%)	Pesquisa de opinião	1/1/2007	65,00	-	-	80,00	Baixa	Atualização do efetivo. Complementamento dos 13.098 cargos previstos em lei. Elevação do orçamento para investimento e custeio para 450 milhões anuais.
Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	1,51	01/2011	1,29	1,35	Alta	-
Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (unidade)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	27,20	01/2011	27,13	25,50	Baixa	O principal óbice para atingir essa meta é a falta de efetivo. O DPRF possui um quadro legal de 13.098 policiais, entretanto, apenas 9.178 cargos estavam preenchidos até o fim do exercício 2010. Outro óbice de grande importância é a disponibilidade orçamentária/financeira muito aquém da demanda. Essa restrição não tem permitido avançar com a fiscalização e o monitoramento eletrônico, bem como tem restringido as notificações das autuações(multas) e das imposições de penalidades, contribuindo assim para a maior sensação de impunidade e para a frustração de receita.

Programa 1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados

Órgão
Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sanguínea e de má formação das hemácias

Público-alvo Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Consumo por paciente de fatores de Coagulação VIII (Hemofilia A) (xxx)	Sistema Hemovida - Coagulopatias Web	-	0,00	12/2010	29.291,00	30.000,00	Média	Em observância ao alcance do percentual de 97,6% na execução da meta física prevista para o exercício, considera-se que não há necessidade de medidas corretivas, no entanto faz-se necessária a disponibilização de maior número de UI fator VII por paciente, em atendimento a recomendação da Federação Mundial de Hemofilia que preconiza a disponibilização de 3UI por habitante / ano. A Quantidade de 3UI por habitante / ano garantiria a implantação da profilaxia primária no Brasil, justificando a necessidade da revisão do índice de referência para este indicador.
Taxa de Doação de Sangue (%)	Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	31/12/2006	2,00	12/2010	1,75	2,00	Média	Em observância ao alcance do percentual de 87,5% na execução da meta física prevista para o exercício, constatou-se a garantia do atendimento à atual demanda transfusional do País. No entanto, considerando-se o aumento da complexidade em saúde e a necessidade de atendimento as situações de catástrofe, faz-se necessário o aumento das campanhas de mídia ao longo do ano, a ampliação da capacidade de coletas móveis e dos horários de atendimento aos candidatos à doação de sangue na Rede de Serviços.

Programa	0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas	Órgão Responsável	52000 Ministério da Defesa (MD)
-----------------	------------------------------------------	--------------------------	---------------------------------

Objetivo *Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes*

Público-alvo *Militares das Forças Armadas e seus dependentes*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Órgão
Responsável

56000 Ministério das Cidades (MCidades)

Objetivo Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

Público-alvo População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (percentagem)	SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	31/12/2005	35,30	12/2008	34,60	43,96	Média	O índice de referência de 2005 apresentado pelo Sigplan não está consistente com o valor da série histórica da Fonte: o SNIS. O Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida em 2005 era de 31,66%. Portanto houve um aumento significativo neste indicador de desempenho do Programa.
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	82,30	09/2009	93,50	86,00	Alta	-
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	48,20	09/2009	80,40	55,00	Alta	-

Programa 0153 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

**Órgão
 Responsável**

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Objetivo Consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente

Público-alvo Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos Capacitados (%)	SEDH/PR	31/1/2007	50,00	01/2011	70,00	100,00	Alta	-
Taxa de Municípios com Implantação de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (%)	SPDCA/SEDH/PR	-	-	01/2011	95,00	-	Alta	-

Programa 0152 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE **Órgão** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) **Responsável**

Objetivo Fortalecer a implementação do SINASE, visando a efetividade das medidas socioeducativas

Público-alvo Adolescentes em conflito com a lei

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Déficit de Vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado (unidade)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/8/2006	3.396,00	01/2011	1.228,00	810,00	Média	- Sensibilização junto aos Governos Estaduais para investimentos de recursos próprios na ampliação da rede de unidades sócio-educativas, incidindo na criação de novas vagas diminuindo a super lotação e cumprimento de medidas sócio educativas em lugares inadequados. - Qualificação das medidas de meio aberto buscando assim promover o uso dessas medidas em detrimento daquela de internação, conforme preconizado no ECA, o que incidirá na diminuição da demanda por vagas nas unidades sócio-educativas.
Razão entre Adolescentes Cumprindo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/SEDH	31/12/2007	2,03	01/2011	5,44	3,00	Alta	-
Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (%)	Levantamento Nacional do Atendimento socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/12/2005	12,70	01/2011	13,66	50,00	Alta	-
Taxa de Municipalização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto nas Grandes Cidades (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SPDCA/ SEDH	31/12/2005	40,00	01/2011	97,00	100,00	Alta	-

Programa 1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP **Órgão** 30000 Ministério da Justiça (MJ)
Responsável

Objetivo *Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações em todo o território nacional para a prevenção e o controle da criminalidade*

Público-alvo *Toda a sociedade brasileira e em especial os Operadores de Segurança Pública*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Gestão da SENASP (%)	SENASP	1/7/2007	-	-	-	100,00	Alta	-
Índice de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	-	-	-	100,00	Alta	-
Índice de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	-	-	-	100,00	Alta	-

Programa 0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial

Órgão 52000 Ministério da Defesa (MD)
Responsável

Objetivo *Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira*

Público-alvo *Nação Brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0629 Tecnologia de Uso Naval	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	------------------------------	------------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval*

Público-alvo *Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval*

Este programa não apresenta indicador.

Programa	0642 Tecnologia de Uso Terrestre	Órgão Responsável	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	----------------------------------	------------------------------	-------	---------------------------

Objetivo *Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército*

Público-alvo *Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar*

Este programa não apresenta indicador.

Programa 1335 Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família

**Órgão
Responsável**

55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
(MDS)

Objetivo *Contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação, com o cumprimento das condicionalidades nestas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias*

Público-alvo *Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 60,00*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação (%)</i>	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/12/2006	70,23	12/2010	88,55	95,00	Baixa	Para ampliação do percentual de acompanhamento acredita-se ser fundamental manter uma sistemática de cruzamento das bases de dados com o Censo Escolar, que permite identificar a mudança de escola dos alunos das famílias PBF. Esse processo vêm sendo trabalhado entre MDS, MEC e INEP.
<i>Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde (%)</i>	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/3/2006	33,40	01/2011	68,42	80,00	Baixa	Mudança na organização atual do Ministério da Saúde em relação ao acompanhamento das condicionalidades de saúde, centrado na Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição, não possibilitando a mobilização da área de atenção básica nos municípios, responsável pelos acompanhamentos realizados no nível local.
<i>Taxa de Atendimento às Famílias Pobres (porcentagem)</i>	SENARC/MDS e IBGE	1/7/2007	100,00	12/2010	97,59	100,00	Alta	-

Programa 0290 Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Órgão
Responsável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

Objetivo Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e às exigências ambientais

Público-alvo Consumidores de petróleo e derivados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhão de m ³ por dia)	Petrobras Transportes S.A. - Transpetro	31/12/2006	10,05	12/2010	11,47	-	Alta	Quantidade máx x H/dia x D/mês onde: Quantidade máx é a vazão máxima do duto em m ³ /h, H/dia é o número de horas de operação por dia e D/mês é o número de dias do mês.
Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)	Petrobras Transporte	31/12/1996	7.011,00	12/2010	7.179,00	-	Alta	-
Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados (percentagem)	Petrobras	31/12/2002	48,00	12/2010	29,00	-	Alta	-

Programa 1166 Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

**Órgão
Responsável**

54000 Ministério do Turismo (MTur)

Objetivo Aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda

Público-alvo Turistas domésticos e trade turístico

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Competividade dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional (porcentagem)	Relatório Brasil, 2008. FGV//MTur/Sebrae, 2008, p. 66	15/4/2008	52,00	12/2010	56,00	65,00	Alta	-
Fluxo de Turistas Domésticos (milhão)	EMBRATUR	31/12/2005	139,00	12/2010	186,05	220,00	Alta	-
Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo (milhar)	RAIS/MTE e Ministério do Turismo	31/12/2005	327,00	-	-	550,00	Alta	-

Programa 0257 Universalização dos Serviços de Telecomunicações

**Órgão
Responsável**

41000 Ministério das Comunicações (MC)

Objetivo Promover a universalização do acesso à infra-estrutura de telecomunicações

Público-alvo Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, pessoas com deficiência carentes, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acessos a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2011	0,00	0,00	Alta	Sem considerações.
Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2011	0,00	0,07	Muito Baixa	Sem considerações.

Programa 1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos
Precários

Órgão 56000 Ministério das Cidades (MCidades)
Responsável

Objetivo Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade

Público-alvo Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	10,50	12/2008	7,93	1,50	Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, uma vez que a utilização de indicadores habitacionais macros não é adequada para se mensurar o impacto do programa visto que outros fatores influenciam a precariedade habitacional, tais como disponibilidade de crédito e produção habitacional, associadas a outros programas, e até conjuntura econômica. Ou seja, não há como isolar um único fator- investimento em urbanização e informar que essa é a causa do decréscimo do déficit. Além disso, o indicador no exercício refere-se à PNAD 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Observa-se que os indicadores utilizados para o Programa são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro que utiliza microdados do censo demográfico de 2000, com atualização posterior baseada nas PNAD. Assim, além dos dados de fato só se confirmarem no próximo Censo, os índices da PNAD apurados em um ano referem-se ao ano anterior.
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	4,20	12/2008	4,25	2,23	Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, pelos motivos expostos no item anterior. Sobre o indicador taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas, é possível ainda considerar, como hipótese para o aumento do índice atingido no exercício, o adensamento que vem sendo observado nos assentamentos subnormais de maneira geral, em virtude de, por um lado, haver melhoria da qualidade da habitabilidade dos assentamentos em urbanização, gerando também expectativa de melhoria naqueles ainda não urbanizados; e por outro lado, a ausência de alternativa habitacional regularizada compatível com a faixa de renda dessa população, o que veio a ser suprido, pelo menos parcialmente, pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Deve ser considerado, ainda, que o Programa de Urbanização em questão não intervém apenas naqueles assentamentos cadastrados pelo IBGE como subnormais, e sim, conforme definição de assentamentos precários contida nos normativos do programa e demanda dos tomadores.
Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	31,20	12/2008	14,79	16,30	Alta	O indicador no exercício refere-se à PNAD 2008, dado mais recente trabalhado pela Fundação João Pinheiro. Para este indicador cabe a observação anterior da não adequação da utilização de indicadores habitacionais macros.
Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)	31/12/2006	2,24	-	-	11,12	Muito Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, ou propiciar formas de sua obtenção por meio de pesquisas específicas.

Programa 1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos **Órgão** 56000 Ministério das Cidades (MCidades)
Precários **Responsável**

Objetivo Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade

Público-alvo Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2002	6,00	-	-	0,00	Muito Baixa	É necessário uma reformulação do indicador, ou propiciar formas de sua obtenção por meio de pesquisas específicas.

Programa 1456 Vetor Logístico Amazônico

Órgão
Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Amazônico (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Amazônico (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Amazônico (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Amazônico (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Amazônico (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Amazônico (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1457 Vetor Logístico Centro-Norte

Órgão
Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Norte (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Norte (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Norte (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Norte (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Norte (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste

Órgão
Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Sudeste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Sudeste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Sudeste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Sudeste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Sudeste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-

Programa 1458 Vetor Logístico Leste

Órgão
Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO

Público-alvo Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Leste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Leste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Leste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Leste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Leste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Leste (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1460 Vetor Logístico Nordeste Meridional

**Órgão
Responsável**

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Meridional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Meridional (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Meridional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Meridional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Nordeste Meridional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional

**Órgão
Responsável**

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1462 Vetor Logístico Sul

Órgão
Responsável

39000 Ministério dos Transportes (MT)

Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS

Público-alvo Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Sul (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Sul (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Frete Unitário no Vetor Logístico Sul (RS/(t x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Sul (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Sul (RS/(t x km))	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Sul (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Sul (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Sul (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Alta	-

Programa 1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços **Órgão** 36000 Ministério da Saúde (MS) **Responsável**

Objetivo Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Ampliação de culturas agrícolas analisadas quanto a resíduos de agrotóxicos. (percentual %)	http://www.anvisa.gov.br/toxicologia/residuos/index.htm	31/1/2009	0,17	01/2011	0,18	0,18	Alta	-
Coefficiente de notificação de reação adversa grave a medicamentos (índice numérico)	Notivisa (Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária)/ANVISA	31/12/2006	2,65	01/2011	15,05	7,00	Alta	-
Taxa de inspeções sanitárias em hospitais (%)	SINAVISA/ANVISA e CNES/MS	31/12/2006	63,00	01/2011	75,14	80,00	Alta	-
Taxa de inspeções sanitárias em indústrias de medicamentos (%)	SINAVISA/ANVISA	31/12/2006	46,00	01/2011	58,00	65,00	Alta	O resultado obtido em 2010 foi de 58%, inferior à meta pactuada de inspeção em 60% do total de indústrias de medicamentos cadastradas. Assim, de acordo com a análise a meta será reformulada, com vistas a torná-la mais efetiva.

Programa 1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Órgão
Responsável

36000 Ministério da Saúde (MS)

Objetivo Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna

Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Incidência Parasitária Anual de Malária na Amazônia Legal - IPA (1/1.000)</i>	Ministério da Saúde	31/12/2006	26,60	01/2011	12,90	15,70	Alta	-
<i>Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente (%)</i>	SVS/MS	31/12/2006	74,60	04/2011	80,36	80,00	Alta	-
<i>Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano (%)</i>	SI-API: SMS/ SES/MS - CGPNI / SVS	31/12/2006	96,75	04/2011	91,23	95,00	Alta	-
<i>Taxa de Cura da Hanseníase (%)</i>	SINAN/MS	30/1/2007	75,25	04/2011	80,70	90,00	Muito Baixa	As estratégias utilizadas para obter melhores resultados necessitam de: implementação da descentralização das ações de hanseníase; as assessorias técnicas em vigilância epidemiológica e sistema de informação; monitoramento de indicadores com retroalimentação para os três níveis de gestão; controle social em diversos espaços de discussão; realização e apoio a cursos do SINAN, com enfoque para a hanseníase; e debate ampliado sobre a importância do indicador em diversos fóruns de discussão das ações do Programa.
<i>Taxa de Cura da Tuberculose (%)</i>	SVS/MS	31/12/2005	62,73	01/2011	64,10	85,00	Muito Baixa	As medidas corretivas necessárias e já implementadas pelo PNCT são a melhoria do sistema de informação (Sinan), a atualização do esquema de tratamento de acordo com recomendações internacionais, aumento da realização do Tratamento Diretamente Observado, dentre outras.
<i>Taxa de Incidência de Aids (1/100.000)</i>	Ministério da Saúde	31/12/2006	18,70	01/2011	18,50	17,30	Alta	-

Programa 8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo

Órgão
Responsável

51000 Ministério do Esporte (ME)

Objetivo Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens

Público-alvo Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Nível de Atendimento de participantes do sexo Feminino (percentual)	Banco de dados do Sistema do Programa Segundo Tempo - Convênios do Portal do Ministério do Esporte	29/4/2009	37,00	12/2010	39,54	39,00	Alta	O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de ampliar o atendimento aos participantes do sexo feminino junto ao público-alvo do Programa, que tem sido executado por um conjunto de ações, como a inclusão do tema gênero na capacitação, na realização de estudos e pesquisas e do piloto Aeróbica.
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens (percentual)	SNEED/ME - IBGE/PNAD	31/12/2005	0,01	12/2010	0,53	1,60	Média	Além dos aspectos metodológicos, vale destacar os inúmeros esforços empreendidos pela gestão. No entanto, ainda resta muito a ser feito para ser universalizado o esporte no Brasil. Atende-se atualmente em média apenas 4% das crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica considerando-se os convênios plurianuais em vigência (0,53% se considerado apenas o quantitativo de beneficiados informado no SIGPlan, ou seja, convênios pagos no ano). O orçamento não foi ampliado e o formato de execução tampouco possibilita a ampliação em escala suficiente para a universalização, tornando as estratégias da articulação institucional, em especial, com o MEC, de suma importância para garantia deste direito constitucional. Assim, considerando a estratégia em andamento, reavaliou-se de baixa para média a possibilidade de atingir o índice/meta previsto, devido ao curto espaço de tempo entre a efetivação da parceria e o final do atual PPA, para a obtenção dos resultados da parceria.
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros (percentual)	SNEED/ME- IBGE	31/12/2006	0,11	12/2010	5,90	8,50	Alta	Avalia-se como alta a possibilidade de alcance do índice/meta prevista para esse indicador, uma vez que o Segundo Tempo ao longo do próximo ano estará presente em diversas escolas públicas que integram o Programa Mais Educação, cuja execução se dará de forma mais descentralizada das regiões metropolitanas.
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes e Regiões Metropolitanas (percentual)	SNEED/ME- IBGE	31/12/2007	0,29	12/2010	15,42	10,00	Alta	O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de alcançar todos os municípios com mais de 50 mil habitantes em regiões metropolitanas.
Taxa de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleos capacitados (percentual)	SNEED	2/1/2009	80,00	12/2010	96,88	87,00	Alta	O índice previsto para 2011 já foi alcançado. No entanto, permanece o desafio de atingir 100% de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo e monitores capacitados.

Programa 0512 Zoneamento Ecológico-Econômico

**Órgão
Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Objetivo Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País

Público-alvo Agentes de planejamento e gestão ambiental (locais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2010		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Zoneamento do Território Nacional (percentagem)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2003	16,00	12/2010	0,00	225,00	Muito Baixa	O índice previsto de 225% está errado, porque ele soma várias escalas para o mesmo território. O índice acumulado do Programa desde seu início é de 48,2% na escala 1:250.000 e maiores. Necessidade de revisão da apuração do Índice nos últimos anos e na previsão para 2011. A previsão correta para o final do PPA (2011) é que cerca de 2/3 do território nacional (67%) possua Zoneamentos com a fase de Prognóstico concluída. Avançar nos indicadores de monitoramento e avaliação de desempenho do Programa. Os ZEEs elaborados precisam ser enviados à Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional.